



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPG PsiCC

TRÊS METÁFORAS DE FREUD NA DESCOBERTA DO INCONSCIENTE

Mestranda

Iara Flor Richwin Ferreira

Orientador

Prof. Dr. Francisco Moacir de Melo Catunda Martins

Brasília,

Setembro de 2010



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPG PsiCC

TRÊS METÁFORAS DE FREUD NA DESCOBERTA DO INCONSCIENTE

Dissertação apresentada como requisito parcial para
conclusão do Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura.

Mestranda

IARA FLOR RICHWIN FERREIRA

Orientador

PROF. DR. FRANCISCO MOACIR DE MELO CATUNDA MARTINS

Brasília,

Setembro de 2010

TRÊS METÁFORAS DE FREUD NA DESCOBERTA DO INCONSCIENTE

Iara Flor Richwin Ferreira

Dissertação apresentada como requisito parcial para conclusão de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Aprovada no dia 25/10/2010 pela seguinte comissão examinadora:

Professor Doutor Francisco Moacir de Melo Catunda Martins
Presidente da banca – Universidade de Brasília

Professora Doutora Betty Bernardo Fuks
Membro Externo da banca – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Professora Doutora Daniela Scheinkman Chatelard
Membro interno da banca – Universidade de Brasília

Professora Doutora Simone Ribeiro Garcia
Suplente da banca – Universidade Paulista

Ao meu pai, Zé Ferreira.

Suas metáforas ainda ecoam, atingem, definem e fortalecem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Francisco Martins que abriu um novo mundo para o meu olhar e reflexão sobre a psicologia clínica, sobre a psicanálise e sobre as metáforas. Seus estimulantes ensinamentos desencadearam o interesse e ensejaram a principal motivação para a realização deste mestrado. Suas generosas e instigantes orientações ampliaram minhas possibilidades de pesquisa, leitura, interpretação, reflexão e escrita. Sua confiança permitiu-me ousar e insistir.

A minha mãe, Else. Seu cuidado e doçura acalmaram, seu exemplo deu perseverança, seu amor deu certeza. E, como se não bastasse, a terna mãe também foi “mulher de letras”: foi imprescindível sua ajuda nas consultas aos textos de Freud em alemão. Sem a sua compreensão íntima e familiar dessa língua, a análise das metáforas freudianas aqui realizada restaria empobrecida.

Ao Cristóvão, por acolher-me carinhosamente em sua casa e em sua vida num momento de dor, que coincidiu com o início do mestrado. E pela prestimosa ajuda do início ao fim desta dissertação: a leitura atenta, as pertinentes sugestões e questionamentos, o paciente trabalho de conferir todas as traduções com o original em alemão e até o auxílio final com a formatação.

Aos meus irmãos, Isadora, Igor e Moreno, pelo amor, pela sensação de pertencimento e pela alegria e segurança que me trazem. Agradeço à Isadora pela revisão cuidadosa. Aos três, o sorriso solto e aberto. À Íris, por amparar-me e lembrar-me com alegria de onde venho.

À querida Jane, por sua disposição, carinho e amizade. Seu prazer, motivação e comprometimento com o mestrado foram contagiantes e atingiram-me num momento decisivo desta trajetória.

À Marcella e à Brena, por sua presença, pelos desabafos e pelas alegrias e angústias compartilhadas há tanto tempo. Ao Aldo, pelo companheirismo e generosidade. À Carol Martins, pela surpresa e por dividirmos a aflição do concluir uma fase. À Jana Koosah, por ter participado do início, com diálogos profícuos e encorajadores. E aos demais amigos que me acompanham.

Agradeço à Simone Turíbio e ao Daniel Briand por terem disponibilizado seus espaços sempre que precisei de um lugar tranquilo e silencioso para estudar.

E ao Gustavo, que trouxe sustentação e coragem, transformações e inesperados, alegrias e sonhos. Seu constante caminhar ao meu lado, muitas vezes desviando de sua própria rota, ressoa em cada palavra deste trabalho. Agradeço seu apoio, paciência, compreensão e disponibilidade. Seu olhar, seu sorriso e seu amor trouxeram leveza e força.

RESUMO

O escopo desta dissertação é analisar e apresentar a descoberta do inconsciente e sua progressiva conceitualização a partir da análise de três metáforas utilizadas por Freud no período compreendido entre 1892 e *A Interpretação dos Sonhos* (1900): 1. reino das sombras e maus espíritos, 2. metáfora histórico-arqueológica e 3. metáfora gráfica e de região jurisdicional. A metáfora do reino das sombras e maus espíritos remete à experiência originária de Freud com relação ao inconsciente, ao momento inicial da descoberta de que a consciência é lacunar e descontínua e não recobre toda a extensão do psiquismo. Essa metáfora revela importantes questões relacionadas aos fenômenos clínicos que levaram Freud à conceitualização do inconsciente psicanalítico e anuncia e prefigura vários dos sentidos que o conceito de inconsciente assume com o desenvolvimento da psicanálise. Por meio da metáfora histórico-arqueológica do segundo capítulo, acompanhamos os desdobramentos da descoberta freudiana e apresentamos a elaboração e refinamento do método psicanalítico, que permitiu a Freud maior acesso e conhecimento sobre a região inconsciente do psiquismo. A partir da combinação de metáforas gráficas – inscrição, transcrição e tradução – com uma metáfora de região jurisdicional – *fueros* – apresentamos o primeiro modelo do aparelho psíquico delineado por Freud e a descrição em detalhes de sua estrutura, conteúdo, organização, leis, processos, mecanismos e funcionamento.

Palavras-chave: psicanálise, metáfora, inconsciente, aparelho psíquico.

ABSTRACT

This paper aims to analyze and present the discovery of the unconscious and its stepwise conceptualization. Three metaphors used by Freud between 1892 and *The Interpretation of Dreams* (1900) will be the tools to meet our objective. These are: the kingdom of shadows and evil spirits, the historic-archeological metaphor and the graphic metaphor and jurisdictional region. The metaphor of the kingdom of shadows and evil spirits refers to Freud's original experience related to the unconscious, to the initial moment of the discovery that the consciousness is discontinuous, lacunal and does not cover the whole extension of the psychic. This metaphor reveals important issues related to the clinical phenomena that led Freud to the concept formulation of the psychoanalytical unconscious and announces and prefigures several of the senses that the concept of the unconscious takes with the development of the psychoanalysis. In the second chapter with the historic-archeological metaphor we follow the developments of the Freudian discovery. We present the elaboration and the refinement of the psychoanalytical method that granted Freud more access to and knowledge about the unconscious regions of the psychic. From the combination of the graphical metaphors – inscription, transcription and translation – with a jurisdictional region metaphor – *fueros* – we present the first model of the psychic apparel designed by Freud and a detailed description of its structure, content, organization, laws, processes, mechanisms and functioning.

Key words: psychoanalysis, metaphor, unconscious, psychic apparel.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
CAPÍTULO I REINO DAS SOMBRAS E OS MAUS ESPÍRITOS.....	16
1.1 Contexto de enunciação das metáforas.....	16
1.2 O ponto de partida do percurso de Freud rumo ao inconsciente.....	19
1.3 Reino das sombras: rudimentos da topologia e do inconsciente como sistema.....	27
1.4 Maus Espíritos (<i>Spuk</i>): o conflito psíquico e o caráter dinâmico do inconsciente	34
1.5 Luz e Sombra, Acima e Abaixo	39
CAPÍTULO II ARQUEOLOGIA DO PSIQUISMO.....	51
2.1 Cidade soterrada e escavação arqueológica: psicanálise e arqueologia	51
2.2 A introdução da rememoração e historicização na cena psicoterapêutica	60
2.3 Oposição e entraves à rememoração: defesa e recalque.....	70
2.4: Estratificação e exumação	78
2.5 Fazer as pedras falarem – <i>Saxa loquuntuur</i>	86
CAPÍTULO III A GRAFIA E OS FUEROS: O PRIMEIRO MODELO DO APARELHO PSÍQUICO.....	91
3.1 Traços mnésicos: a introdução da metáfora de impressão gráfica sobre a superfície estratificada.....	91
3.2 Dos traços (<i>Spur</i>) aos hieróglifos e rébus: a escrita psíquica	102
3.3 Transliteração, tradução e falha de tradução: censura e recalque	112
3.4 <i>Fueros</i> psíquicos	120
Conclusões.....	124

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
---------------------------------	-----

Introdução

O inconsciente constitui a principal descoberta realizada por Freud. É o pressuposto que fundamenta todas as demais formulações da psicanálise e que a diferencia de outros métodos clínicos e de outras teorias sobre o psiquismo. Analisar e apresentar a descoberta do inconsciente, a gênese e progressiva estruturação desse importante conceito psicanalítico constitui um dos objetivos que direcionam esta dissertação de mestrado.

A instigante profusão de metáforas e analogias utilizadas por Freud ao longo de sua obra evidencia que, para abarcar e explicitar a novidade que ele inaugurava em toda sua complexidade, foi necessário algo mais do que a escrita pretensamente precisa e técnica da cientificidade. E o recorrente recurso à amplitude multifacetada – e tantas vezes esquiva – da metáfora torna patente que a ciência não se faz apenas com termos técnicos e com uma escrita que se pretende clara, formal e objetiva. O próprio Freud surpreendeu-se com o caráter romanesco e aparentemente desprovido da seriedade científica que seus relatos de caso dos *Estudos sobre a histeria* apresentavam. E ele não tentou fugir disso – que poderia apresentar-se como uma situação embaraçosa – ou recusar o uso das metáforas. Ao contrário, percebeu seu valor para explicar os fenômenos psíquicos e ousou permitir-se utilizá-las amplamente. No início de seu percurso, esse uso foi acompanhado de algumas justificativas:

Emprego aqui uma série de comparações que têm apenas uma vaga semelhança com o tema com o qual me ocupo e que não se acordam entre elas. Reconheço isso e, de forma alguma, arrisco subestimar-lhes o valor, mas, se prossigo com esses paralelos, é a fim de tornar compreensível, por diversas aproximações, as idéias extremamente complicadas e nunca antes expostas. Concedo-me assim a liberdade de continuar, nas páginas seguintes, a me servir dessas comparações, tão discutíveis quanto elas possam ser (FREUD, 1895/2006, p. 283).

Com o progressivo desenvolvimento da psicanálise, observamos que Freud deixa de surpreender-se com a característica literária e plena de metáforas de sua escrita e concede-se uma liberdade maior, passando a prescindir de justificativas ao estimar as metáforas, analogias e aproximações como um enriquecimento das ciências. Como afirma Black (1966), um autor que se debruçou sobre a questão da metáfora no âmbito científico, a ciência também é um lugar para o imaginar. Diante disso, delimitamos nossa pesquisa a partir das metáforas empregadas por Freud nesse percurso relativo à descoberta do inconsciente e à sua progressiva conceitualização.

Nosso estudo está centrado, portanto, no período de investigações e descobertas iniciais de Freud, caracterizado por uma efervescência de trabalhos e achados de extrema importância, que vieram a constituir conceitos centrais da teoria psicanalítica. A análise e a interpretação propostas limitam-se, então, a metáforas relacionadas à descoberta do inconsciente que foram empregadas por Freud no período compreendido entre 1892 e 1899, ou seja, da fase pré-psicanalítica até *A Interpretação dos Sonhos*. Esse é o nosso escopo.

Dentre a rica profusão metafórica presente no conjunto argumentativo de Freud desse período, três metáforas principais mostraram-se de grande relevância e pertinência para o estudo aqui proposto: seja pelas importantes questões nelas embutidas com relação ao inconsciente, por seu poder heurístico e epistemológico, ou por sua congruência e permanência em sentido prospectivo na obra freudiana. Além de fazer largo uso de metáforas, símiles e analogias, Freud constantemente voltou-se sobre os mesmos – validando-os ou refutando-os – e constituiu, *pari passu*, a base de uma revolução paradigmática que formou um pensar radicalmente novo. E as três metáforas aqui tratadas elucidam questões relativas à descoberta do inconsciente e explicitam importantes relações e desdobramentos que mantiveram sua força e pertinência ao longo de todo o desenvolvimento da psicanálise, além de marcar a direção de sentido geral (*Bedeutungsrichtung*) do argumento freudiano. São elas: a metáfora do reino das sombras e os maus espíritos, a metáfora histórico-arqueológica e a metáfora gráfica e de região jurisdicional.

No primeiro capítulo, apresentaremos a metáfora do reino das sombras (*Schattenreich*) e maus espíritos (*Spuke*), enunciada por Freud em 1892. Essa metáfora nos remete à experiência originária de Freud com relação ao inconsciente, ao momento inicial da descoberta de que a consciência é lacunar e descontínua e não recobre toda a extensão do psiquismo. Seremos levados, então, aos primeiros trabalhos de Freud com a histeria, cujo campo clínico suscitou uma reflexão inovadora e engajou o criador da psicanálise no caminho que o levou à descoberta do inconsciente, na medida em que se aprofundava no fenômeno da amnésia histérica e da produção de um grupo psíquico isolado.

Pretendemos demonstrar a abertura de sentido operada pela metáfora do reino das sombras e maus espíritos, num momento em que o inconsciente ainda não era concebido como tal, mas apenas esboçado sob os termos “segunda consciência”, “grupo psíquico isolado” ou “divisão da consciência”. Assim, nosso objetivo é analisar – a partir das noções de reino, reino sombrio e assombração – as questões suscitadas por essa metáfora e a maneira

como ela delinea, organiza e nomeia os fenômenos clínicos com os quais Freud se deparava, bem como as descrições que ela engendra em relação ao inconsciente psicanalítico e suas repercussões no desenvolvimento do conceito. Por fim, pretendemos analisar e apresentar sua pertinência e congruência para referir-se à descoberta de que o “Eu não é o senhor em sua própria casa”, da “outra cena”, desse “outro em nós” (e as metáforas se multiplicam ao longo do século da psicanálise!).

O segundo capítulo apresentará a metáfora Histórico-arqueológica, enunciada pela primeira vez em 1895 e continuamente repetida no texto freudiano, até seus escritos finais. Com essa metáfora, pretendemos apresentar a construção e o contínuo refinamento do método psicoterapêutico, que abriu as vias de acesso à região inconsciente do psiquismo e permitiu que Freud pesquisasse em detalhes seu funcionamento, suas leis e mecanismos específicos. Isso será realizado a partir da estreita articulação, estabelecida por Freud em diversas passagens ao longo de sua obra, entre o método psicanalítico e a história, por um lado, e a arqueologia, por outro. Diante do fato de que a psicanálise está, pela via aberta por seu criador, estreitamente ligada a uma reflexão – e a uma paixão – sobre a história e a arqueologia, pretendemos explicitar os pontos nodais dessa articulação e suas implicações no pensamento freudiano. Estaremos firmados, de maneira precípua, sobre os seguintes eixos suscitados a partir da metáfora: introdução da rememoração e historicização no método psicoterapêutico; estratificação, escavação e exumação; colocação dos objetos descobertos pela atividade arqueológica em uma trama histórica.

Essa abertura das vias de acesso ao inconsciente – que teve como um dos elementos principais o desenvolvimento e o refinamento do método psicoterapêutico – possibilitou sua exploração e a construção de um elaborado modelo para representar o aparelho psíquico e a descrição em detalhes de sua estrutura, conteúdo, organização, leis, processos, mecanismos e funcionamento. Apresentaremos, no terceiro capítulo, o primeiro esboço desse modelo delineado por Freud na carta 52 (enviada a Fliess em dezembro de 1896) e, especificamente, a primeira apresentação explícita do inconsciente como sistema e das suas relações com os demais sistemas que constituem o aparelho psíquico. Nossa análise será direcionada a partir da perspectiva traçada pela combinação de metáforas gráficas com uma metáfora de região jurisdicional.

A metáfora gráfica foi inserida no texto freudiano a partir dos termos “traço mnésico” (*Erinnerungsspur* ou *Erinnerungrest*), “registro” ou “anotação” (*Niederschrift*), “transcrição”

e “transliteração” (*Umschrift*) e “tradução” (*Übersetzung*). Esses termos são utilizados por Freud para representar a maneira como resta consignada ou estocada a atividade no aparelho psíquico e as transformações a que estão sujeitos os diferentes registros. Discutiremos, nesse sentido, a noção de traços psíquicos – a partir do vocábulo alemão *Spur* – e os desdobramentos e repercussões de sua conjugação metafórica com o conteúdo do aparelho psíquico. Também pretendemos explicitar a maneira como a metáfora de registro no psiquismo evolui da noção de traço para a escrita, evidenciada pelas noções de registro (*Niederschrift*), transcrição (*Umschrift*) e tradução (*Übersetzung*). Essa análise será direcionada principalmente a partir do questionamento acerca da especificidade da escrita proposta metaforicamente por Freud para o domínio do aparelho psíquico, tendo em vista a dominância das analogias com os hieróglifos egípcios e com o rébus.

Serão analisados, ademais, os processos de transcrição, transliteração e tradução em funcionamento no modelo do aparelho psíquico freudiano, bem como a afirmação de que o recalque é o resultado de uma falha na tradução. Por fim, explicitaremos o encadeamento operado por Freud de uma metáfora de região jurisdicional com a metáfora gráfica, a partir da noção de *fueros* espanhóis. Analisaremos, então, o modelo de aparelho psíquico proposto por Freud em 1896 sob o prisma aberto a partir da metáfora de *fueros*.

Como pode ser observado, nossa proposta de estudar a descoberta do inconsciente amplia-se para a análise da formulação do aparelho psíquico realizada por Freud. Essa ampliação é decorrente, por um lado, do fato de sermos constantemente remetidos ao aparelho psíquico como um todo ao tratarmos do inconsciente. E, por outro lado, constitui uma escolha de nossa pesquisa. Além de acreditarmos que o inconsciente só é passível de ser compreendido em sua intrincada relação com os demais sistemas do aparelho psíquico, pretendemos seguir o que foi proposto por Freud e não vilipendiar a consciência a partir de um elogio do inconsciente, pois a consciência continua sendo a “única luz (*einziges Licht*) que ilumina nosso caminho e nos conduz através das trevas (*Dunkel* - escuridão) da vida mental” (FREUD, [1940 /1938/2006], p. 306).

Ademais, a despeito de termos delimitado e estruturado nosso estudo sobre três metáforas principais, afirmamos que cada uma dessas metáforas constitui, na realidade, um encadeamento metafórico que, por sua vez, evoca uma série de outras metáforas e imagens. Esse intrincado entrelaçamento de metáforas forma uma tessitura de inter-significações que perpassam o conceito freudiano de inconsciente. E a cada metáfora que analisamos somos

remetidos a toda a trama e a seus pontos nodais. Tal como Freud afirmou sobre os elementos do sonho, estamos na “fábrica dos pensamentos” do Fausto de Goethe:

...Um só pedal mil fios move,
 Nas lançadeiras que vão e vêm,
 Urdem-se os fios despercebidos
 E a trama infinda vai indo além¹.

Goethe, Fausto, Parte I, cena 4 (apud FREUD, 1900/2006, p. 309).

Cumprе ressaltar que a metáfora é compreendida, neste estudo, não como uma figura de linguagem que é produzida apenas no âmbito da palavra, mas também no âmbito da frase e acima da frase. Dessa forma, a ênfase de nossa análise não incide apenas sobre a palavra ou frase, e sim sobre o texto e sobre o discurso freudiano a respeito da tese embutida em cada metáfora, bem como sobre a referência, a realidade fora da linguagem. Diante da amplitude que se instala, nossa análise prospectiva do discurso freudiano restringe-se ao que foi apresentado até *A Interpretação dos Sonhos*, marco decisivo e essencial no desenvolvimento da psicanálise.

As reflexões e discussões sobre a metáfora remontam às origens da filosofia ocidental e constituem um campo amplo e diversificado, que se divide, precipuamente, entre as concepções lingüísticas e as filosóficas. Salientamos, então, que diante da amplitude que se instala, adotamos a concepção clássica aristotélica de metáfora, que constitui o fundamento de todos os desdobramentos posteriores. Portanto, ela é definida a partir da noção de transferência ou transporte e é tomada enquanto gênero, e não como espécie. Dessa forma, sob o termo metáfora abrange-se uma vasta gama de figuras de linguagem em que estão implicadas, pelo menos, duas ideias e o transporte de uma a outra. Além disso, seguimos o Estagirita ao situar a metáfora junto à *mimesis*: descobrir metáforas significa bem se aperceber das semelhanças e correlações. Não obstante, afirmamos que, além da semelhança, toda metáfora implica também uma dessemelhança e uma limitação, que Freud sempre insistiu em apontar.

Acentuamos, contudo, que a metáfora é apreendida neste estudo não como um mero

¹ “Ein Tritt tausend Fäden regt,
 Die Schifflein herüber, hinüber schiessen,
 Die Fäden ungesehen fließen,
 Ein Schlag tausend Verbindungen schlägt.”

ornamento textual, que poderia, sem prejuízos, ser substituída pela formulação literal. Ao contrário, na esteira de autores como Max Black – *Modelos y Metáforas* (1966) – e Paul Ricoeur – *A metáfora viva* (2000) e *Teoria da Interpretação* (1976) –, consideramos a metáfora, quando válida e congruente, como uma figura com capacidades distintivas de fornecer um entendimento sobre a realidade, revelar relações e modos de funcionamento. Ou, nas palavras de Freud: a metáfora tem a capacidade de “lançar luz de diferentes direções sobre um tópico altamente complexo, que nunca foi representado até hoje” (FREUD, 1895/2006, p. 303) Portanto, as metáforas são figuras que apresentam grande poder heurístico e epistemológico.

Uma metáfora, segundo Black (1966), é capaz de engendrar um novo sentido a partir da conjugação entre duas ideias que produzem uma resultante capaz de gerar interrogações e aberturas de sentidos importantes. É nessa perspectiva, portanto, que pretendemos analisar a conjugação operada por Freud entre os fenômenos com os quais se deparava – na clínica, em sua auto-análise ou na cultura – e imagens como reino das sombras, arqueologia, hieróglifos e tradução no aparelho psíquico. Além disso, levaremos em conta que toda metáfora inscreve-se no âmbito mais amplo de um paradigma dominante, relativo a determinado contexto cultural e espírito do tempo, que influencia diretamente os questionamentos, hipóteses, e a elaboração de concepções e teorias.

Por fim, devemos afirmar que consideramos de essencial relevância para um estudo exegético a consulta que procuramos fazer dos textos na língua original, apesar de nossas limitações com relação à língua alemã. Sobretudo quando esse estudo é firmado sobre o uso de metáforas, muitas vezes entremeadas com a tradição oral, cuja tradução é bastante delicada.

CAPÍTULO I

REINO DAS SOMBRAS E OS MAUS ESPÍRITOS

Parece destituído de significado querer saber o que acontece às intenções inibidas em relação à vida ideativa normal. Poderíamos ser tentados a responder que elas simplesmente não existem. O estudo da histeria mostra que, não obstante, elas [ideias antitéticas aflitivas] *realmente* existem, ou seja, que é mantida a modificação física (*materielle* – material) a elas correspondente e que **elas são armazenadas e levam a vida insuspeitada numa espécie de reino das sombras (*Schattenreich*), até emergirem como maus espíritos (*Spuk* – assombração) e assumirem o controle do corpo**, que, geralmente, está sob as ordens da predominante consciência do ego (FREUD, 1892-93/2006, p. 169)².

1.1 Contexto de enunciação das metáforas

Primeiramente, devemos ressaltar que a presente análise não se debruça sobre uma metáfora isolada no texto de Freud, e sim sobre uma rede internamente articulada de metáforas – armazenamento, reino das sombras, vida insuspeitada, assombrações que retornam e assumem o controle do corpo. Essa rede, por sua vez, entrelaça-se externamente com outras metáforas do texto freudiano, algumas das quais abordadas em nosso estudo, formando um esquema de inter-significações que perpassam a tessitura do conceito de inconsciente psicanalítico. Ademais, como veremos no desenrolar desta análise, cada metáfora remete a outra e, tal como afirma Ricoeur, “permanece viva ao conservar seu poder de evocar toda a rede” (RICOEUR, 1976, p. 76).

Esta cadeia metafórica que abre o presente capítulo foi escrita por Freud ainda no período pré-psicanalítico, aproximadamente na mesma época da “Comunicação Preliminar”, no artigo “Um Caso de Cura pelo Hipnotismo”, de 1892-93. Nele, Freud relata um caso de

² *Die Frage: Was wird aus den gehemmten Vorsätzen? scheint für das normale Vorstellungsleben sinnlos zu sein. Man möchte darauf antworten, sie kommen eben nicht zustande. Das Studium der Hysterie zeigt, daß sie dennoch zustandekommen, d. h. daß die ihnen entsprechende materielle Veränderung erhalten bleibt, und daß sie aufbewahrt werden, in einer Art von Schattenreich eine ungeahnte Existenz fristen, bis sie als Spuk hervortreten und sich des Körpers bemächtigen, der sonst dem herrschenden Ichbewußtsein gedient hat. (EIN FALL VON HYPNOTISCHER HEILUNG, GESAMMELTE WERKE: I, 14).*

cura por meio da sugestão hipnótica, a partir da qual conseguira eliminar os sintomas de uma jovem senhora, que consistiam na incapacidade de amamentar seus filhos recém-nascidos.

Após o nascimento do primeiro filho, a mãe não produziu leite suficiente, sentiu dores durante a amamentação, perda de apetite e insônia. Com o nascimento do segundo filho, os sintomas retornaram com mais força: vômitos, alterações gástricas e estado depressivo diante da impotência de sua vontade em relação à aversão aos alimentos. Freud foi chamado nessa ocasião e, a partir de algumas sugestões hipnóticas, conseguiu eliminar todos os sintomas e a mãe amamentou seu filho sem nenhum problema. Com o nascimento do terceiro filho, os sintomas reapareceram, e foram removidos também a partir da sugestão hipnótica. Freud explica o mecanismo psíquico do distúrbio de sua paciente a partir da noção de “ideias antitéticas aflitivas” (*peinliche Kontrastvorstellungen*):

Existem determinadas ideias que têm um afeto de expectativa que lhes está vinculado. São de dois tipos: ideia de eu fazer isto ou aquilo – o que denominamos *intenções* – e ideias de isto ou aquilo me acontecer – são as *expectativas* propriamente ditas. O afeto vinculado a tais ideias depende de dois fatores: primeiro, o grau de importância que o resultado tem para mim; segundo, o grau de incerteza inerente à expectativa desse trabalho. A incerteza subjetiva, a contra-expectativa (expectativa oposta), é em si representada por um conjunto de ideias ao qual darei o nome de “ideias antitéticas aflitivas” (*peinliche Kontrastvorstellungen* - “ideias antagônicas (opostas) aflitivas”) (FREUD, 1892-93/2006, p. 163)

Assim, nas “ideias antitéticas aflitivas” (*peinliche Kontrastvorstellungen*), as intenções e expectativas apresentam-se em uma forma frustrada, seja de impotência para executar as próprias intenções, seja como contra-expectativa, em que, por motivos diversos, acredita-se que não acontecerá o que realmente se deseja. Freud postula a ocorrência de “ideias antitéticas aflitivas” tanto para estados psíquicos saudáveis, quanto para os patológicos, como a histeria ou neurastenia. Portanto, o mecanismo psíquico das neuroses não é apresentado por Freud como decorrência do impacto de uma perturbação patológica sobre a vida psíquica, mas já está presente na estrutura normal do aparelho anímico. Anuncia-se, desde já, o que Freud definiu em 1932 como o *princípio do cristal*, o patológico dando visibilidade à estrutura normal.

Em seus estudos sobre as neuroses, Freud já se encaminhava para a distinção entre neuroses atuais, cuja etiologia está ligada a uma inadequação atual da satisfação sexual, e psiconeuroses, em que a etiologia está estreitamente relacionada ao conflito psíquico, principalmente infantil. Nesse sentido, a histeria e a neurastenia, então caracterizadas por Freud como as duas principais manifestações das psiconeuroses e das neuroses atuais,

respectivamente, diferem principalmente no tocante à intensificação das ideias relativas às intenções: na neurastenia, a intensificação das ideias antitéticas aflitivas desencadeia uma *fraqueza* da vontade (*Willensschwäche*) e, na histeria, uma *perversão* da vontade (*Willensperversion*). Dessa forma, enquanto na neurastenia a ideia antitética aflitiva intensificada inibe a ideia volitiva e causa, portanto, fraqueza da vontade, na histeria, devido à tendência à dissociação – que à época era tida por Freud como a característica fundamental dessa neurose – a ideia antitética aflitiva passa a existir de maneira desconectada com a intenção e, muitas vezes, desconhecida pela própria pessoa.

Freud afirma que na histeria a ideia antitética se estabelece como uma “contravontade”, ao atualizar-se pela inervação do corpo no momento em que a intenção deveria ser colocada em execução. Dessa forma, “o paciente, surpreso, apercebe-se de que tem uma vontade que é resoluto, porém impotente” (idem, ibidem, p. 164), tal como no presente caso, em que a mãe não conseguia amamentar seus filhos, apesar de suas fortes intenções e esforços dispensados nesse sentido:

[A histérica] pode não estar consciente do seu receio, estar bastante decidida a levar a cabo sua intenção e passar a executá-la sem hesitação. Aí, porém, comporta-se como se fosse sua vontade não amamentar a criança em absoluto. Ademais, essa vontade desperta nela todos os sintomas subjetivos que uma simuladora apresentaria como desculpa para não amamentar seu filho; perda de apetite, aversão à comida, dores quando a criança é posta para mamar. E, como a contravontade exerce sobre o corpo um controle maior do que a simulação consciente, também produz no aparelho digestivo uma série de sinais objetivos que a simulação seria incapaz de engendrar. Aqui, em contraste com a *fraqueza* da vontade (*Willensschwäche*) mostrada na neurastenia, temos uma *perversão* da vontade (*Willensperversion*); e, em contraste com a resignada irresolução mostrada no primeiro caso, aqui encontramos surpresa e exasperação ante uma dissensão que é incompreensível para a paciente (idem, ibidem, p. 165).

Portanto, Freud passa a observar a origem dos sintomas histéricos por meio da atuação de uma *contravontade* (*Gegenwille*): as ideias antitéticas aflitivas, ideias excluídas das cadeias de associações normais da consciência, que apesar de inibidas e suprimidas em relação à consciência “normal”, permanecem ativas. Esse mecanismo, segundo Freud, não explica somente ocorrências histéricas isoladas, mas determina grande parte da sintomatologia histérica e uma de suas características mais notórias:

Se atentarmos cuidadosamente para o fato de que são as ideias antitéticas aflitivas (inibidas e rechaçadas pela consciência normal) que se impõem num primeiro plano, no momento de disposição para a histeria, e têm acesso à inervação somática, então teremos a solução para compreender também a

peculiaridade dos delírios dos ataques histéricos. Não é mera coincidência que o delírio histérico das monjas durante as epidemias da Idade Média tenha assumido a forma de blasfêmias violentas e linguagem erótica desenfreada, ou, (como observou Charcot no primeiro volume de suas *Leçons du Mardi*) que sejam justamente os meninos de boa educação e bem comportados os que sofrem de ataques histéricos, nos quais dão livre vazão a todo tipo de insubordinação, a todo tipo de má-criação e má conduta. São os grupos de ideias recalçadas – laboriosamente recalçadas – que entram em ação nesses casos, pela operação de uma espécie de contravontade (*Gegenwillen*), quando a pessoa cai vítima de exaustão histérica (idem, *ibidem*, p. 168).

1.2 O ponto de partida do percurso de Freud rumo ao inconsciente

Após apresentar o contexto em que aparecem as metáforas do Reino das sombras e maus espíritos e as noções de ideias antitéticas aflitivas e contravontade, afirmamos, de partida, que estas metáforas relacionam-se diretamente com o que veio a ser o inconsciente freudiano e que, além disso, esboçam questões que fizeram eco ao longo de toda a obra de Freud.

À época em que escreveu “Um Caso de Cura pelo Hipnotismo”, em 1892-93, Freud ainda não utilizava o termo “inconsciente” no sentido que adquiriu com o desenvolvimento da psicanálise. O percurso de Freud em relação ao inconsciente envolveu diferentes concepções até chegar ao seu sentido propriamente psicanalítico, ao sentido sistêmico da primeira tópica, estabelecida em 1895. Esse percurso esteve estreitamente ligado ao contexto social e cultural no qual estava inserido, a seu trabalho clínico, a sua experiência de auto-análise e à análise dos produtos culturais nos quais foi consignada pelas diversas civilizações a experiência do inconsciente.

Pretendemos, então, interpretar as metáforas do reino das sombras e maus espíritos, especificando e analisando a abertura de sentido que ela opera em relação ao conceito de inconsciente: como as metáforas nomeiam e organizam os fenômenos clínicos com os quais Freud se deparava, as descrições que elas fornecem em relação ao inconsciente psicanalítico e suas repercussões em relação ao desenvolvimento do conceito. Para tal escopo, é necessário perpassar as diferentes dimensões e paragens envolvidas no percurso de Freud em relação ao inconsciente e ao aparelho psíquico. Com isso, pretendemos remontar à experiência originária de Freud com relação ao inconsciente, às experiências clínicas e de auto-análise – experiências estas que, a nosso ver, muitas vezes ficam encobertas sob o termo inconsciente –

que o levaram a caracterizar e descrever o conteúdo e o modo de funcionamento de um outro no psiquismo que não corresponde à consciência.

A primeira paragem à qual remetemos diz respeito aos primeiros trabalhos de Freud com a histeria, que estão diretamente relacionados ao abandono da neurologia e anatomia em proveito da psicopatologia e psicologia, importante momento no trajeto de Freud em direção à investigação, à sistematização e à descrição do aparelho psíquico, ou aparelho da alma – *Seelenapparat* –, que foi realmente como Freud o definiu.

No deslocamento do interesse de Freud da neuropatologia para a psicopatologia, da pesquisa experimental para a pesquisa clínica e a atividade terapêutica, seu trabalho com Charcot na *Salpêtrière*, de outubro de 1885 a fevereiro de 1886, constituiu um marco fundamental. Antes disso, durante sua formação acadêmica e suas primeiras atividades científicas, Freud dedicou-se principalmente a trabalhos físicos e neurológicos. Seguem, à guisa de exemplo, alguns dos escritos científicos dispostos nas sinopses de suas publicações elaboradas como pré-requisito de sua indicação para *Professor Extraordinarius* na Universidade de Viena: “Observações sobre a configuração e a estrutura delicada dos órgãos lobados descritos como testículos nas enguias.”(1877b); “Sobre a origem das raízes nervosas posteriores na medula espinhal dos Ammocoetes (*Petromyzon planeri*).” (1877a); “Novo método para o estudo dos tratos nervosos no sistema central.” (1884d), entre outros.

Percebe-se, a partir desses títulos, o contraste entre os interesses e trabalhos de Freud no seu início de carreira e os seus trabalhos posteriores que o consagraram como o “pai da psicanálise”. Pouco antes de sua viagem a Paris, ainda em Viena, Freud estava interessado em problemas anatômicos e concentrava-se no estudo das atrofia e degenerações secundárias que se seguem às afecções do cérebro de crianças, partindo para seus estudos em Paris e Berlim com a intenção de concentrar-se nessa investigação, o que não foi possível devido às condições precárias do laboratório da *Salpêtrière*. Em oposição à precariedade do laboratório, a *Salpêtrière* oferecia um material clínico muito rico e abundante, que despertou o interesse e os esforços de Freud (FREUD, 1886/2006). Tais foram as condições e fatores – certamente associados à fascinação exercida pela personalidade de Charcot em Freud – que compuseram o contexto propício ao desenvolvimento da psicanálise, ao contribuírem para o despertar do interesse de Freud pela psicopatologia, pela pesquisa clínica e terapêutica. Segundo Jones (1989), o momento em que Freud decidiu não mais trabalhar no laboratório da *Salpêtrière*

constituiu praticamente o fim do seu trabalho com o microscópio; daí em diante ele focou-se na terapêutica e na investigação do psiquismo.

O trabalho com Charcot marcou Freud principalmente no que diz respeito à sua abordagem com relação à histeria e à sua postura de observação clínica. Charcot, inicialmente, partilhou da crença na anatomia patológica, tornando-se professor de anatomia e patologia da faculdade de Medicina de Paris. Entretanto, posteriormente Charcot mudou seu ponto de vista e passou a defender o trabalho clínico, o observar e ordenar as coisas, em lugar dos abusos da medicina teórica, da anatomia ou da fisiologia: “*La théorie, c’est bon, mais ça n’empêche pas d’exister*”³, afirmara para um grupo de estudantes na *Salpêtrière* diante da objeção de um aluno (FREUD, 1893/2006, p. 23).

Essa prevalência defendida por Charcot do trabalho clínico em relação à medicina teórica aplicava-se principalmente às neuroses, cujas conexões com as alterações no sistema nervoso não eram passíveis de serem determinadas e, sobretudo, à histeria, “a mais enigmática de todas as doenças nervosas, para cuja avaliação a medicina ainda não achara nenhum ângulo de enfoque aproveitável” (idem, ibidem, p. 28).

Segundo Freud (1888), apesar de a doença histérica ser uma noção muito antiga, cujos “estigmas” e sinais somáticos eram bem conhecidos na Idade Média, até ser estudada por Charcot não tivera a devida abordagem e compreensão: era a *bête noire* da medicina. Charcot restituiu a dignidade dos histéricos, superando preconceitos amplamente difundidos em relação à histeria, como a grande importância dada à simulação no seu quadro clínico, a suposição de que a doença histérica estava ligada a uma irritação genital e era uma doença exclusivamente feminina e a ideia de que nenhuma sintomatologia definida poderia ser atribuída à histeria, pois nela poderia ocorrer qualquer combinação aleatória de sintomas.

Além de devolver aos histéricos sua dignidade e retirar a histeria de um caos, Charcot procurou também responder o problema da etiologia da histeria. Assim, na concepção de Charcot, que como a maior parte dos psiquiatras e neuropatologistas do final do século XIX estava influenciado pelas doutrinas hereditárias (Andersson, 1962), haveria na histeria uma predisposição hereditária que seria desencadeada por experiências traumáticas, os “*agents*

³ Teoria é bom, mas não impede que as coisas existam.

provocateurs”. Dessa forma, o papel dos fatores traumáticos na etiologia da histeria seria o de atualizar ou disparar a disposição hereditária, segundo a concepção de *família neuropatológica*.

O envolvimento de experiências traumáticas na etiologia da histeria, apesar de nesse momento constituir somente um fator secundário, tem um papel significativo no desenvolvimento da psicanálise: embora tenha desviado a atenção de Freud da sexualidade infantil e do Complexo de Édipo, a noção de experiência traumática exclui da etiologia da histeria a ordem física e anatômica e passa a ligá-la a um fator psíquico e não a um dano orgânico e, além disso, inclui a narrativa da história pessoal do paciente para que nela seja localizado o evento traumático.

Portanto, Freud percebe que o estudo das neuroses exigia um profundo desenvolvimento para além do trabalho da anatomia e da teoria das doenças orgânicas do sistema nervoso. Segundo Jones (1989), o trabalho de Charcot com a histeria possibilitou a compreensão de que, independente da base neurológica desconhecida da histeria, seus sintomas tinham uma origem psicogênica e podiam ser tratados e abolidos apenas por ideias:

Isso abriu as portas da motivação médica para a investigação da psicologia dos pacientes, com todos os resultados correlacionados que se revelaram no último meio século. Colocou a própria psicologia em uma posição totalmente diferente de sua posição acadêmica anterior e tornou possíveis descobertas referentes às camadas mais profundas da mente, que não poderiam ter sido feitas de outra forma. (JONES, 1989, p. 235)

Portanto, Freud estabelece a dissociação completa da histeria em relação à anatomia, ideia em que é forte a influência de Charcot, mas que, ao mesmo tempo, a supera. Charcot, apesar de defender o método clínico-descritivo no lugar da medicina teórica e fornecer explicações psicológicas para a histeria, defendia também uma explicação alternativa anatomofisiológica que completasse a observação clínica (ANDERSSON, 1962). Dessa forma, Charcot afirmava que, apesar de os métodos anatômicos então disponíveis não poderem demonstrar as lesões orgânicas, isso poderia ser levado a cabo com o desenvolvimento futuro de novos métodos. No artigo “Histeria” de 1888, Freud deixa

evidente que contraria esse ponto de vista, o que constitui, segundo Andersson (1962), a primeira crítica de Freud à doutrina de Charcot sobre a histeria⁴:

A histeria é uma neurose no mais estrito sentido da palavra – quer dizer, não só não foram achadas nessa doença alterações perceptíveis do sistema nervoso, como também não se espera que qualquer aperfeiçoamento das técnicas de anatomia venha a revelar alguma dessas alterações. A histeria baseia-se total e inteiramente em modificações fisiológicas do sistema nervoso; sua essência deve ser expressa em uma fórmula que leve em consideração as condições de excitabilidade nas diferentes partes do sistema nervoso. Uma fórmula fisiopatológica desse tipo, no entanto, ainda não foi descoberta; por enquanto, devemos nos contentar em definir a neurose de um modo puramente nosográfico, pela totalidade dos sintomas que ela apresenta (...). (FREUD, 1888/2006, p. 77)

No artigo “Algumas Considerações para um Estudo Comparativo das Paralisias Motoras Orgânicas e Histéricas” (1893 [1888-1893]), Freud ressalta, mais uma vez a completa separação entre histeria e anatomia e defende que os sintomas histéricos eram demarcados conforme a concepção popular sobre o corpo e não de acordo com bases anatômicas:

(...) a lesão nas paralisias histéricas deve ser completamente independente da anatomia do sistema nervoso, pois, nas suas paralisias e em outras manifestações, a histeria se comporta como se a anatomia não existisse, ou como se não tivesse conhecimento desta (FREUD, 1893 [1888-1893], p. 212).

As asserções de Freud citadas acima evidenciam que ele, progressivamente, afastava-se da anatomia e da neurologia e, passando por tentativas de explicações fisiológicas⁵, dirigia-se a uma descrição dos fenômenos histéricos em termos psicológicos. Além disso, vislumbra-se a noção que o corpo tomará posteriormente na psicanálise, não apenas como corpo físico e material (*Körper*), mas como corpo vivido, corpo simbólico e permeado pela linguagem (*Leib*).

⁴ Essa recusa total de relacionar os sintomas da histeria à anatomia do sistema nervoso e a defesa do ponto de vista segundo o qual as neuroses seriam distúrbios do funcionamento do sistema nervoso que não poderiam ser localizados anatomicamente, não constituíam, segundo Andersson (1962), uma crítica desferida diretamente a Charcot, mas um dos numerosos ataques lançados contra a tradição das localizações anatômicas no campo das neuroses e da psicologia.

⁵ Freud dedicou-se à busca de uma fórmula fisiopatológica no período de 1892-1893 .

No entanto, o direcionamento do interesse maior de Freud para além de questões relativas ao corpo biológico, à anatomia, à neurologia e à fisiologia não se deu de forma definitiva, como o atesta o “Projeto para uma Psicologia Científica” de 1895. Segundo Anzieu (1989), foi somente em 1896, que Freud “se liberou do corpo biológico para entrar na compreensão do corpo fantástico. Do que se exprime nos sintomas histéricos, no que é figurado nos sonhos, o corpo do prazer, o corpo de desejo, o corpo de delito” (p. 88). Ressaltamos, não obstante, que Freud jamais abandonou definitivamente um olhar sobre o corpo biológico; a psicanálise tal como proposta por ele nunca chegou a ser totalmente independente da biologia.

Apresentamos, então, neste primeiro momento do percurso de Freud em direção à descoberta do inconsciente, o início de seus trabalhos com a histeria, os quais contribuíram para voltar seu interesse para a psicopatologia, para a pesquisa clínica e a atividade terapêutica, em detrimento de seu foco anterior na neurologia. Consideramos, portanto – juntamente com Anzieu (1989), ao afirmar que a psicanálise foi pressentida a partir de uma reflexão inovadora a respeito da doença histérica – que o campo clínico que engajou Freud no caminho que o levou à descoberta do inconsciente foi o da histeria. Mais ainda, a histeria não constituiu somente um ponto de partida para Freud na sua trajetória de pesquisa do inconsciente, mas forneceu o protótipo ou modelo para a própria estruturação do inconsciente, na medida em que Freud aprofundou-se no fenômeno da amnésia histérica e da produção de um grupo psíquico isolado.

A histeria é o modo de estruturar-se caracterizado predominantemente pelo recalque, a retirada e o isolamento de conteúdos da consciência. A noção de ideias que se encontram isoladas e inacessíveis à consciência foi relacionada ao mecanismo histérico desde Charcot, ao defender que, por meio da sugestão hipnótica, era possível evocar em alguém uma ideia ou grupo de ideias “que se instalavam como um parasita na mente da pessoa em questão, permanecendo inacessível ao influxo de todas as outras representações, podendo manifestar-se também por meio de atos motores dirigidos ao exterior” (Charcot, 1875, apud Andersson, 1962, p. 93).

Próxima à analogia com o parasita, Freud e Breuer (1893) propõem a comparação do trauma psíquico com um corpo estranho que se instala em um organismo: mesmo muito

tempo após sua entrada, ele continua agindo e seus efeitos só desaparecem após sua remoção. Apesar de essa comparação ser posteriormente revista por Freud⁶, ela aponta para uma das características fundamentais atribuída posteriormente ao inconsciente: a “estranheza”, a noção do inconsciente como “outro em nós” (LAPLANCHE, 2006, p. 23).

Freud e Breuer afirmam que o fato de experiências tidas há tanto tempo continuarem a agir intensamente, como corpos estranhos, e não passarem pelo desgaste natural do tempo está ligado a uma reação inadequada ao trauma, cuja lembrança não é ab-reagida. Dessa forma, o esmaecimento de uma lembrança e a perda de seu afeto correspondente dependem, principalmente, de uma reação adequada e em grau suficiente para que o afeto desapareça. Como “reação”, designam os reflexos voluntários ou involuntários – “das lágrimas aos atos de vingança” (FREUD, 1893/2006, p. 44) – pelos quais os afetos são descarregados.

Freud afirma em sua conferência proferida em 1893, “Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos”, que a reação mais adequada para diminuir a soma de excitação do sistema nervoso é sempre uma tomada de atitude. No entanto, acrescenta a ideia de que a palavra serve de substituto para a ação, anunciando, desde já, a importância que a linguagem adquire na psicanálise:

Mas como observou espirituosamente um escritor inglês⁷, o primeiro homem a desfechar contra seu inimigo um insulto, em vez de uma lança, foi o fundador da civilização. Portanto, as palavras são substitutas das ações e, em alguns casos, (por exemplo, na confissão) as únicas substitutas (FREUD, 1893, p. 45).

Freud e Breuer discerniam dois grupos de condições, que podiam estar presentes ao mesmo tempo, sob as quais a reação adequada ao trauma deixava de ocorrer e a correspondente lembrança não era “ab-reagida”: o primeiro grupo dizia respeito ao conteúdo inadmissível das lembranças e o segundo grupo a estados psíquicos em que o paciente viveu as experiências em questão.

⁶ Dois anos depois, em “A Psicoterapia da histeria, Freud revê essa comparação e afirma que a analogia com a infiltração mostra-se mais adequada do que com um “corpo estranho”. Dessa forma, afirma que “o tratamento não consiste em extirpar algo – a psicoterapia até agora não é capaz de fazer isso – mas em fazer com que a resistência se dissolva e assim permitir que a circulação prossiga para uma região que até então esteve isolada” (Freud, 1893-95, p. 303).

⁷ Segundo Andersson (1962), o referido “escritor inglês” seria Jackson, que afirmara em um artigo: “Diz-se que aquele que foi o primeiro a insultar o seu vizinho, em vez de rachar-lhe a cabeça sem dizer uma palavra, tinha desta maneira assentado as bases da civilidade” (ANDERSSON, 1962, p. 151).

Em ambos os casos, as lembranças de traumas não ab-reagidos são excluídas da elaboração associativa e formam um grupo psíquico isolado. No primeiro grupo porque o paciente tem a intenção de esquecer as experiências aflitivas e as exclui tanto quanto possível da associação. No segundo grupo porque não existe nenhuma conexão entre o estado psíquico patológico em que as representações surgiram e a consciência normal.

Assim, pode-se dizer que as representações que se tornaram patológicas persistiram com tal nitidez e intensidade afetiva porque lhes foram negados os processos normais de desgaste por meio da ab-reação e da reprodução em estado de associação não inibida. (FREUD, 1893/2006, p. 47)

Dessa forma, percebemos que, com Breuer, a noção de trauma ganha espaço e relevância na teoria freudiana: de meros *agents provocateurs* (segundo a terminologia de Charcot) do desencadeamento do sintoma, que levaria então uma existência independente, passou a ter um papel determinante na patologia da histeria. No entanto, Freud e Breuer sustentam que não é o trauma em si o principal fator em ação na etiologia da histeria, e sim a lembrança do trauma, seu traço mnêmico. Daí resulta a célebre máxima de que “os histéricos sofrem principalmente de reminiscências (*Reminiszenzen*)” (idem, *ibidem*, p. 43).

Retomando brevemente o caminho até aqui percorrido, cumpre enfatizar a importância da clínica da histeria para a elaboração do método psicanalítico e para a descoberta do inconsciente. A partir do momento em que se depara com fenômenos cujo funcionamento e sentido escapam aos recursos proporcionados por sua formação médica, que privilegiava a neurologia e a anatomia, Freud se vê interpelado a reinventar seu proceder clínico e a lógica a partir da qual compreendia os fenômenos. Nessa reinvenção e com a descoberta da importância do recaiado, do que estava excluído da associação da consciência “normal”, ele passa a qualificar de maneira fundamental a linguagem e a fala dos pacientes, o corpo vivido, simbólico e também constituído pela linguagem (*Leib*), em detrimento de uma noção de corpo estritamente material (*Körper*), ou “corpo-máquina”; a realidade psíquica em contrapartida à realidade material; bem como o *kairós*, o tempo vivencial, marcado pela crise e por momentos decisivos e não pelo ritmo continuado – *chronos* (Martins, 2003).

Portanto, Freud distancia-se do pensar sindrômico da medicina, marcado, segundo Martins (2003), pela valorização da história natural das doenças, dos signos unívocos que seriam específicos ou diferenciadores para cada entidade sindrômica e no qual a fala e os comportamentos do paciente são abordados somente num contexto de causa e efeito entre signos e as doenças que eles indicam. A nosografia deixa de ter um papel central, dando lugar

à história de vida dos pacientes, ao relato dessa história, às fantasias, sonhos, devaneios, temores e desejos. O interesse não é mais a história natural, mas o *Erlebnis*, a experiência vivida. E emerge uma qualificação do simbólico, da fala e da linguagem em toda a sua plenitude e potencialidade, conferindo-lhe o poder de cura (*talking cure*) e o estatuto de instrumento essencial do tratamento psíquico.

1.3 Reino das sombras: rudimentos da topologia e do inconsciente como sistema

O caminho está preparado para adentrarmos no reino das sombras descrito por Freud. Em primeiro lugar, as metáforas de reino das sombras e maus espíritos tornam evidente a descoberta de que o psíquico não se limita à consciência “normal”, de que esta é descontínua e não recobre toda a extensão do psiquismo. Todos os casos de histeria com que Freud se deparou apresentavam uma memória e uma vida repleta de lacunas, como se estivessem “cortadas em pedacinhos”, como descreveu sua paciente, Sra. Caecilie M. Freud percebe então, a partir da clínica da histeria e do recurso à hipnose como forma de investigação da história dos pacientes, a existência de outra determinação psíquica, proveniente de um “lugar” que não a consciência, de “outra cena”, e que interfere no estado mental e somático dos pacientes, dando lugar aos sintomas.

Assim, com base na etiologia traumática da histeria e na ideia de que os histéricos sofrem de reminiscências, Freud e Breuer levavam os pacientes, sob hipnose, a rememorar e reproduzir essas experiências de forma catártica. Nesse retorno à pré-história psíquica da doença, os autores perceberam que a mente manifesta dos pacientes não abarcava a mente em sua totalidade: quando inquiridos sob hipnose, os pacientes conseguiam trazer vividamente à tona as lembranças patológicas, que não estavam presentes em estado psíquico normal.

Dessa forma, Freud promovia uma restituição de sentido aos sintomas histéricos que, sob o enquadre exclusivo da consciência, aparentavam ser absurdos. A incapacidade da mãe em amamentar seu filho, o estalo nos lábios que irrompia no meio das conversas de uma paciente, o desagradável e persistente cheiro de pudim queimado ou a característica demoníaca frequentemente apresentada na histeria são explicados, então, pela ação de ideias que, embora “laboriosamente recalçadas”, armazenadas no reino das sombras e

desconhecidas pela própria pessoa, assumiam o controle do corpo, do desejo e do pensamento dos pacientes.

Desde muito cedo, Freud suspeitara da existência desses processos mentais que, apesar de permanecerem ignotos ao homem, exerciam forte influência em sua vida psíquica. Freud (1925 [1924] /2006) afirma ter tido a mais profunda impressão, ainda em 1889 – quando buscava aperfeiçoar sua técnica hipnótica a partir da observação dos experimentos de Liébault e Bernheim – acerca da existência desses processos extremamente poderosos que, no entanto, permaneciam desconhecidos.

No retorno às reminiscências, à pré-história psíquica dos pacientes, Freud constata sua impressão ao chocar-se com uma “outra coisa” no psiquismo que funciona sem o conhecimento ou consentimento da pessoa e determina sua vida psíquica e somática. Tem-se, então, desde o início das investigações freudianas, a importante descoberta – que norteou toda a exploração empreendida por Freud – de “um outro” radical em nós; “um outro”, como ressalta Laplanche (1992), “não no sentido em que se contraiu o habito de usar a maiúscula, no ‘Outro’ (o da ‘Palavra’ ou da ‘Lei’...), mas um outro neutro, uma ‘outra coisa’[*ein Anderes*]” (1992, p. 122). E essa “outra coisa” se afigurava na experiência de Freud como um reino sombrio do qual emergiam maus espíritos que interferiam no ordenamento da “predominante consciência do ego”.

Percebe-se assim, que estavam em plena ebulição no pensamento de Freud tanto o acesso ao inconsciente – a partir da clínica da histeria – quanto sua decorrente teorização, embora ainda não concebido sob o termo “inconsciente”. Este era então usado apenas em sua forma adjetiva, nomeando tão só a característica de um processo não se fazer presente no campo efetivo da consciência. Esse é o sentido descritivo do termo *inconsciente*, que assinala a ausência do fenômeno de ser consciente em relação a determinados processos.

Mesmo com o desenvolvimento da psicanálise e com a elaboração da primeira e segunda tópicas, o sentido descritivo do inconsciente não deixou de ter sua pertinência; no entanto, o simples critério de ausência de consciência não foi suficiente para caracterizar a experiência com a qual Freud se deparava e descrever sua descoberta. Ademais, o sentido descritivo abarca um fenômeno muito mais vasto do que o sentido propriamente psicanalítico do inconsciente, pois designa tudo aquilo que não está atualizado no campo da consciência –

recordações, conhecimentos, opiniões, processos fisiológicos – e não consegue, assim, atingir sua especificidade.

Dessa forma, além do critério de não ser acompanhado de fenômenos conscientes, o que caracterizava esses processos dissociados da consciência normal e relegados a um reino das sombras era o fato de que os mesmos eram *intencionalmente* rechaçados e suprimidos pela pessoa histérica. Intencional, embora não necessariamente consciente. Trata-se do que Freud denominou em *A Interpretação dos Sonhos*, com boa pincelada de humor, como a “política do avestruz” (FREUD, 1900, p. 626), a evitação do aflitivo (note-se que a mesma metáfora foi repetida em 1914, em “Recordar, Repetir e Elaborar). E essa foi uma importante descoberta freudiana; aquilo que é desconhecido, o é por vontade própria: “Não sabia...ou melhor, não queria saber. Queria tirar isso de minha cabeça (*aus dem Kopfe schlagen* - arrancar) e não pensar mais no assunto...” (idem, 1893-95/2006, p. 144) afirmara a paciente de Freud Miss Lucy R. Esse estado caracteriza o que Freud denominou de “a cegueira de quem vê” (idem, *ibidem*, p. 144), no qual ao mesmo tempo se sabe e não se sabe uma coisa.

Trata-se de uma exclusão ativa de determinadas ideias e atos psíquicos que não são aceitáveis ou causam desprazer por estarem relacionados a experiências traumáticas, segundo a etiologia traumática das neuroses então defendida por Freud. Percebe-se, portanto, que o recalque – a retirada de conteúdos representacionais da consciência – foi descrito desde os primórdios da reflexão freudiana acerca da histeria. O mecanismo histérico tornou-se, assim, paradigmático para a noção de recalque e continuou impondo-lhe sua marca ao longo do desenvolvimento psicanalítico.

No entanto, à época que está sob nosso enfoque, Freud afirmava que o recalque resultava em uma divisão da consciência, em um “rudimento mais ou menos altamente organizado de uma segunda consciência, uma *condition seconde*” (idem, 1893-92, p. 51) ou, ainda, em um reino das sombras; ainda não falara do inconsciente substantivo (*das Unbewusste*) como resultado do recalque. Dessa forma, junto a Breuer, Freud estabelece que o fenômeno basilar e mais característico da histeria era essa tendência a uma “divisão da consciência” (*Spaltung des Bewußtseins*) (presente nos casos clássicos conhecidos como *Double conscience*) e, também, que a “lembrança que forma o conteúdo de um ataque histérico é uma lembrança inconsciente [*unbewusst* – forma adjetiva], ou, mais corretamente, faz parte do segundo estado de consciência, que está presente, organizado em maior ou menor grau, em toda histeria” (idem, 1892, p.195). Nesse sentido, o ataque histérico corresponderia a

uma intrusão dessa segunda consciência na inervação somática que, normalmente, encontra-se sob o domínio da consciência dita normal.

O reino das sombras, portanto, não corresponde à acepção de então atribuída por Freud ao termo inconsciente. Podemos aproximá-lo do que era descrito como a segunda consciência, organizada entre si e isolada das demais representações psíquicas. Entretanto, veremos que a abertura de sentido operada pela metáfora, que toma de empréstimo uma expressão da linguagem medieval tão cara à Santa Inquisição em sua literal caça as bruxas, permite irmos além dessa concepção da divisão da consciência e, ainda, que a metáfora anuncia e prefigura muitos dos posteriores significados que o inconsciente adquire com o desenvolvimento da psicanálise.

Em 1912, aproximadamente vinte anos após o período que estamos tratando, o próprio Freud contesta a ideia da segunda consciência e afirma em seu artigo “Uma Nota sobre o Inconsciente na Psicanálise” que o inconsciente, no que ele veio a significar na psicanálise, “e somente nesta” (p. 279), não corresponde – ao contrário do que afirmara em 1892-93 – à divisão da consciência, tal como ocorre nos casos clássicos conhecidos como *double conscience*, descritos pelos psicopatologistas franceses, como Janet e Binet, entre o início de 1880 e o final de 1890. Não coincide, portanto, com a noção de uma consciência dividida em que certas ideias e atos psíquicos formam uma consciência dissociada, uma segunda consciência, que tornou-se desligada e isolada da massa de atividade psíquica consciente:

Aventuro-me a alegar contra essa teoria que ela é uma suposição gratuita, baseada no mau uso da palavra ‘consciente’. Não temos o direito de estender o significado desta palavra a ponto de fazê-la incluir uma consciência da qual seu próprio possuidor não se acha ciente. Se os filósofos encontram dificuldades em aceitar a existência de ideias inconscientes (*unbewußten Gedankens* – pensamentos inconscientes), a existência de uma consciência inconsciente (*unbewußten Bewußtseins*) parece-me ainda mais objetável. Os casos descritos como divisão (*splitting*) da consciência (*Teilung des Bewußtseins*), como o do Dr. Azam, poderiam de preferência ser denominados de deslocamentos de consciência – essa função ou o que quer que seja – que oscila entre dois complexos psíquicos diferentes que se tornam conscientes e inconscientes alternadamente (FREUD, 1912/2006, p. 282).

Já a ideia de reino à qual nos remete o enunciado metafórico supera a noção de “consciência inconsciente” (*unbewußten Bewußtseins*) ao introduzir a analogia espacial e evocar as noções de lugar, território, domínio e, especificamente, de um lugar sujeito a

determinado regime, funcionamento e leis. Apresentamos, a seguir, um quadro comparativo entre a noção de segunda consciência e o reino das sombras:

Quadro 1: Comparação entre “segunda consciência” e reino das sombras

Segunda consciência	Reino das sombras
“Consciência inconsciente” (<i>unbewußten Bewußtseins</i>)	Território, âmbito, domínio, regime, leis
Não difere qualitativamente as duas consciências: trata-se de duas consciências dissociadas, porém da mesma ordem.	A ideia de outro reino implica um lugar psíquico diferente, sujeito a um regime e leis específicas.
As ideias antitéticas aflitivas são dissociadas do restante das associações psíquicas,	As ideias antitéticas aflitivas são excluídas do restante das associações psíquicas e relegadas a outro domínio, que funciona sob um regime diferente.

Percebemos a diferença entre as duas afirmações, contemporâneas no discurso freudiano:

- “Se uma pessoa histérica intencionalmente procura esquecer uma experiência, ou decididamente rechaça, inibe e suprime (*verdrängte, hemmte und unterdrückte*) uma intenção ou ideia, esses atos psíquicos, em consequência, entram no segundo estado de consciência” (FREUD, 1892-93/2006, p. 196).
- “...elas [ideias antitéticas aflitivas] são armazenadas e levam a vida insuspeitada numa espécie de reino das sombras ...” (idem, *ibidem*, p. 169).

Ambas as asserções conduzem à concepção de um sistema dissociado do restante da atividade psíquica. Dissociado, porém ativo, uma vez que já estava desenvolvida a tese de que o recalque não elimina ou exaure as ideias aflitivas, apenas aparta-as das demais representações do estado psíquico normal. Não obstante, enquanto o primeiro enunciado leva ao entendimento de que as ideias recalçadas associar-se-iam entre si, formando uma consciência inconsciente, o enunciado metafórico remete às noções de domínio, território ou

lugar psíquico, que estiveram ligadas ao inconsciente psicanalítico, principalmente na primeira tópica, já que, a partir da segunda tópica, podemos dizer que esse lugar psíquico teve suas fronteiras ampliadas ou dissolvidas.

Destarte, a noção de segunda consciência conduz a uma espécie de Dr. Jekyll e Mr. Hyde, ao que foi classificado por Janet e Binet como dupla personalidade ou personalidade alternante. Além disso, o termo não é capaz de discernir qualitativamente as “duas consciências”, a não ser pelo critério – absurdo, disse Freud em 1912 – de não se ter consciência da segunda consciência. Já a metáfora produzida por Freud elucidada justamente que não se trata tão só de outra consciência, mas de um domínio específico, sujeito a determinado regimento, a determinados mecanismos, leis e modos de funcionamento. Afinal, Freud não mostrou enfaticamente, a partir de *A Interpretação dos Sonhos*, que o inconsciente apresenta características e funcionamentos peculiares, sem igual na consciência? O processo primário, marcado pela livre energia e pelos mecanismos de deslocamento e condensação; a ausência do princípio da não-contradição e da identidade; a atemporalidade; a ausência de negação e a substituição da realidade externa e material pela realidade psíquica demonstram que o inconsciente constitui um domínio completamente distinto da consciência, regido por outras leis e mecanismos.

Afirmamos, portanto – acompanhando principalmente o pensamento de Ricoeur (1976) e de Lakoff & Johnson (2009) –, que a metáfora não constitui meramente um ornamento retórico, sem o aporte de qualquer informação nova. Ao contrário, a metáfora é neste estudo concebida como uma forma de estruturação e organização da nossa existência, na medida em que redescreve e proporciona uma nova percepção das nossas experiências (Lakoff e Johnson, 2009). Desta maneira, salientamos que, enquanto a conceituação provisória de dupla consciência usada por Freud obscurece a experiência freudiana em relação aos fenômenos históricos com os quais se deparava em sua prática clínica, a metáfora do reino das sombras e maus espíritos traz em si o frescor da vivência freudiana, redescreve essa realidade e revela determinados aspectos que, com o posterior desenvolvimento da psicanálise, mostraram-se de grande relevância, como o atestam as noções de domínio e regime evocados pela metáfora.

Toda a obra de Freud apresenta reivindicações de cientificidade, sua pretensão era científica. Contudo, a estrutura de sua argumentação não se restringe ao discurso científico, da ordem da *epistémé*. Ao ter de lidar com os fenômenos da clínica que ultrapassavam o corpo

anatômico e biológico e diziam respeito ao corpo simbolizado e permeado pela linguagem, ele é levado a recorrer também à fala ordinária, aos ditos populares, ao senso comum, à *doxa* e à *poiesis*. Ao abandonar a explicação puramente neurológica e anatômica e partir para a busca de uma explicação psíquica para os sintomas histéricos, conduzindo os pacientes a um retorno a sua pré-história psíquica, Freud aproxima-se da *poiesis*, o que não significa que abandone sua pretensão científica. Essa aproximação foi logo percebida pelo próprio Freud, com certo receio de que o fizesse cair no descrédito: “...ainda me causa estranheza que os relatos de casos que escrevo pareçam contos (*Novellen*) e que, como se poderia dizer, falte-lhes a marca de seriedade da ciência (*Wissenschaftlichkeit*)” (FREUD, 1893-95/2006, p. 183).

Portanto, pela via da metáfora, “o processo retórico pelo qual o discurso libera o poder que algumas ficções têm de redescrever a realidade” (RICOEUR, 2000, p. 13) Freud logrou uma descrição bem mais acurada sobre o fenômeno histérico da exclusão de conteúdos da consciência (fenômeno que saiu do âmbito da psicopatologia e passou para a estrutura e funcionamento do psiquismo em geral). Mais especificamente, sobre o destino desses conteúdos após sofrerem o recalque.

Vemos, assim, que nessa metáfora estão embutidos os rudimentos da concepção do inconsciente como sistema da primeira tópica, que Freud consolida e apresenta na *Interpretação dos Sonhos*: embora não faça referência ao termo inconsciente, pressupõe-se pela metáfora que as ideias antitéticas aflitivas e demais representações psíquicas isoladas ficam armazenadas em uma instância, em um sistema (um reino) que funciona paralelamente ao sistema dos processos psíquicos conscientes. E esse reino, apesar de ser insuspeitado e desconhecido pela própria pessoa que o abriga, é ativo e seus seres podem emergir, com efeitos não somente no psiquismo, mas também nas inervações somáticas, “assumindo o controle do corpo” (FREUD, 1892-93, p. 169).

Anuncia-se, assim, a ambição freudiana de descrever a organização e o funcionamento do aparelho psíquico, aparelho de alma (*Seelenapparat*), um termo quiçá contraditório, à primeira vista, ao propor uma maquinaria da alma humana, mas que reflete o afã científico de Freud de lançar a luz da razão sobre a questão da alma e das paixões humanas. Freud utiliza-se de uma expressão alemã, corrente tanto na tradição popular quanto na tradição médica, que opera a atribuição de um termo concreto e mecânico, de uma maquinaria, a fenômenos da *Erlebnis*, que não pertencem a *res extensa*. Ademais, tal como afirma Hanns (1996), o termo

Seele foi amplamente utilizado no meio médico e psiquiátrico, de maneira técnica, o que o desvincula de uma conotação mística ou religiosa.

Portanto, afirmamos que as metáforas do reino das sombras e maus espíritos condensam os prenúncios de um momento fundamental da elaboração teórica de Freud: a noção do inconsciente como sistema e a representação topológica do aparelho psíquico. É mister ressaltar que essa topologia deve ser compreendida, por sua vez, como uma topologia metafórica, sob pena de incorrerem em uma substancialização do aparelho psíquico; a topologia faz referência a lugares psíquicos, e não a lugares anatômicos e orgânicos.

1.4 Maus Espíritos (*Spuk*): o conflito psíquico e o caráter dinâmico do inconsciente

Antes de adentrar na análise da metáfora dos maus espíritos proposta por Freud, devemos afirmar, de saída, que o termo alemão *Spuk* corresponde mais adequadamente a “assombrações” do que a “maus espíritos”, tal como foi traduzido para o português. Vemos, então, que o vocábulo *Spuk*, relativo a assombrações, é mais amplo do que o termo espírito e tampouco toca a questão do espiritismo, muito presente em toda a Europa do século XVIII, e com a qual Freud sempre teve receio de misturar-se.

Toda metáfora traz em si uma dupla rede simbólica, uma dupla interpretação: a interpretação literal e a interpretação metafórica, uma em *praesentia* e outra em *absentia*. Segundo Ricoeur (1976), a significação global de uma metáfora resulta da tensão entre dois termos de um enunciado metafórico: ela é constituída pela articulação e conflito entre o sentido literal e o sentido figurativo. A interpretação literal de uma metáfora resulta em uma “absurdidade”, uma inconsistência ou uma “impertinência semântica” (RICOEUR, 1976), por exemplo, afirmar literalmente que existe, no psiquismo, um reino das sombras do qual emergem maus espíritos para assombrar-nos. Não obstante, é o trabalho de sentido aplicado à interpretação literal em tensão com a interpretação metafórica que produz uma abertura de sentido e fornece uma nova informação sobre a realidade:

Assim, uma metáfora não existe em si mesma, mas numa e por uma interpretação. A interpretação metafórica pressupõe uma interpretação literal que se autodestrói numa contradição significativa. É este processo de autodestruição ou de transformação que impõe uma espécie de torção às

palavras, uma extensão do sentido, graças à qual podemos descortinar um sentido onde uma interpretação literal seria literalmente absurda. Por isso, uma metáfora surge como uma espécie de réplica a uma certa inconsistência na enunciação metafórica interpretada à letra (idem, ibidem, p. 62).

Apresentamos em seguida um quadro que explicita as duas cadeias simbólicas implicadas no trabalho metafórico do reino das sombras e maus espíritos:

Quadro 2: as duas cadeias dos enunciados metafóricos

Enunciado metafórico	Cadeia <i>in praesentia</i>	Cadeia <i>in absentia</i>
“elas [ideias antitéticas aflitivas] são armazenadas”	Armazenamento	Recalcamento
“e levam a vida insuspeitada numa espécie de reino das sombras ”	Vida insuspeitada	Ideias recalçadas e desconhecidas pela pessoa estão ativas no inconsciente
“até emergirem como maus espíritos”	Reparição	Retorno do recalçado
“e assumirem o controle do corpo, que, geralmente, está sob as ordens da predominante consciência do ego”.	Tomada do corpo	Formação sintomática: conversão da carga de afeto ligada à representação recalçada para inervações somáticas.

Apresenta-se, então, embutida nos enunciados metafóricos, a seguinte sequência, que se manteve por todo o desenvolvimento teórico e clínico da psicanálise: o armazenamento (o recalçamento), a vida insuspeitada (as ideias inibidas estão ativas no inconsciente, apesar de serem desconhecidas pelo sujeito), a reparição (o retorno do recalçado) e a tomada do corpo (o sintoma). O recalçamento ocorre devido à sensação de desprazer causada pela ideia a ser recalçada, à sua incompatibilidade com o restante do material psíquico dominante; não obstante, a representação recalçada, a despeito de permanecer desconhecida, lança sua vingança⁸ (FREUD, 1893-95/2006), perturbando a consciência com assombrações.

Além de estabelecer um reino distinto, um sistema – que aqui consideramos como o

⁸ Freud afirma no caso Miss. Lucy R.: “A base do próprio recalçamento só pode ser uma sensação de desprazer, uma incompatibilidade entre a representação isolada a ser recalçada e a massa dominante de representações que constituem o ego. A representação recalçada *vinga-se (rächt)*, contudo, tornando-se patogênica” (Freud, 1893-95, p. 143, grifo nosso).

esboço do que veio a ser o inconsciente – as metáforas tornam patente que o mesmo está em relação com outro sistema – “a vida ideativa normal” ou a “predominante consciência do ego” – que é perturbado pela emergência das assombrações provenientes do reino das sombras. A consciência, então, segundo os desdobramentos da metáfora, é perturbada por conteúdos do inconsciente (as ideias antitéticas aflitivas), do rejeitado, do recalcado, do que vive fora das luzes e não é conhecido, mas que apresenta efetivo funcionamento mental. Sofre a intrusão desses “corpos estranhos” e fica fadada a uma constante luta contra a emergência das ideias recalçadas, os maus espíritos provenientes do reino das sombras.

A doença histórica sempre esteve associada, no imaginário popular, à possessão por assombrações ou pelo demônio. Essa associação, usada metaforicamente por Freud para descrever os sintomas somáticos como decorrência da “emergência dos maus espíritos” também permite entrever o caráter dinâmico do inconsciente, os processos que se dão entre os sistemas inconsciente e consciente: ideias que, a despeito de permanecerem no desconhecimento por terem sido recalçadas (armazenadas no reino das sombras), são intensas e ativas, exercendo uma interferência na consciência e exigindo desta uma ação contrária, que impeça sua emergência.

Portanto, essa metáfora descreve o conflito e composição de forças que, na concepção de Freud, constituem e caracterizam o psiquismo. O armazenamento de certas ideias que promovem conflito e luta mostra o pensamento de Freud, desde já, em direção à teoria de um aparelho psíquico essencialmente neurótico. A parte recalçada do psiquismo – aqui caracterizada pelas ideias antitéticas aflitivas – exerce ação permanente em direção à consciência, que por sua vez, promove uma ação contrária impedindo seu acesso, o que resulta em uma solução que leva à vida comprometida por impedimentos e incapacitações, inibições, opressões, perversão da vontade, sofrimento, produção de sintomas somáticos e outros substitutos simbólicos como o sonho e o ato falho. Ressaltamos que a noção de conflito psíquico como elemento constitutivo do ser humano manteve-se ao longo de todo o desenvolvimento da psicanálise e tornou-se a noção central da teoria das neuroses.

Os sintomas, os sonhos e os atos falhos representam, dessa maneira, a formação de compromisso (*Kompromissbildung*) resultante do conflito psíquico, o substituto do conflito subjacente. Mais especificamente, representam a solução que responde aos dois sistemas – inconsciente e consciente – ao mesmo tempo, satisfazendo as exigências das moções pulsionais desejantes e da censura. Constituem a resultante do desenrolar de um processo

psíquico conflitivo, uma espécie de acordo, em que ambas as partes recuam e fazem concessões, “em que o inconsciente encontra possibilidade de exprimir-se mas em que, ao mesmo tempo, se infiltram elementos que pertencem à esfera da jurisdição da defesa e do ego” (LAPLANCHE, 1992, p. 38).

As noções de conflito psíquico e formação de compromisso, explicitadas na metáfora pela emergência dos maus espíritos, mostram-se de extrema importância para a compreensão do aparelho psíquico na concepção freudiana, uma vez que derrubam e inviabilizam a ideia de um elogio do inconsciente, da supervalorização de um inconsciente solipcista e apontam que o psiquismo, segundo Freud, envolve necessariamente uma consciência, um eu defensivo, que busca uma conciliação na luta entre dois grupamentos psíquicos que se opõem. Ressaltamos que o conflito e o sofrimento não se dão no nível inconsciente, uma vez que o mesmo não obedece ao princípio da identidade e da não-contradição, mas no nível consciente, quando da emergência de conteúdos inconscientes.

Estivemos, até aqui, demonstrando que a metáfora do Reino das sombras traz a essencial questão da descoberta de que a consciência não recobre todo o psiquismo. No entanto, na medida em que não pretendemos vilipendiar a consciência por meio de um enaltecimento do inconsciente, é necessário ressaltar essa questão fundamental – que norteia todo o nosso trabalho – também trazida pela metáfora por via da explicitação do caráter dinâmico do inconsciente e da formação de compromisso: a noção de que não há um inconsciente solipcista e que, ao contrário, o psiquismo está em constante polaridade e conflito entre consciente e inconsciente, ou, entre o reino das sombras e o das luzes. Freud demonstrou que a consciência não constitui a essência do que é psíquico e, ademais, que a mesma é lacunar, descontínua e fugaz, porém, jamais a relegou a um plano de importância secundária. Ao contrário, afirmou que a consciência, ainda que só nos possa fornecer uma cadeia incompleta e rompida de fenômenos, continua sendo a “única luz (*einzigste Licht*) que ilumina nosso caminho e nos conduz através das trevas (*Dunkel* - escuridão) da vida mental” (FREUD, 1940 [1938]/2006, p. 306).

Com a descoberta do inconsciente, Freud desalojou a consciência do seu lugar central e absoluto, o que constituiu uma revolução na história do pensamento e mesmo na história do homem; no entanto, jamais excluiu a consciência do aparelho psíquico. Freud – bem como Nietzsche e Marx – estabeleceu uma desconfiança em relação à consciência imediata, uma crítica à pretensão da consciência a reger o sentido. Crítica esta que, segundo Ricoeur (1977),

operou um deslocamento do foco das significações, do lugar de origem dos sentidos, em “proveito de uma outra instância do sentido” (RICOEUR, 1977, p. 345). Portanto, vemos que o desapossamento da consciência é promovido pela introdução da instância inconsciente; não obstante, a consciência continua incluída na noção de aparelho psíquico, em polaridade com o inconsciente:

Esse desapossamento da consciência imediata é regulado pela construção de um modelo ou de uma série de modelos, nos quais a própria consciência figura como um dos lugares entre outros. Assim, a consciência será uma das instâncias na tríade Ics. – Pcs. – Cs. (idem, *ibidem*, p. 345).

A compreensão do psiquismo implica que se pense em sua totalidade, e uma postura seduzida pelo inconsciente pode levar a uma compreensão parcial e ao esquecimento de que o mesmo só tem realidade e sentido com relação ao ser consciente.

A psicanálise, a despeito de ser concebida como a teoria e clínica do inconsciente, tem como principal recurso de trabalho a fala dos pacientes que, apesar de ser infiltrada pelo inconsciente, é um produto do processo secundário, característico da consciência. Um psicanalista só pode apreender algo acerca dos processos inconscientes de seu paciente até eles produzirem algum efeito que possa ser observado ou comunicado, ressalta Freud em *A Interpretação dos Sonhos* (1900).

Uma teoria do psiquismo exige então que se entenda não somente do inconsciente, mas também da consciência – que é o que de fato faz interlocução, comunica e produz – da elaboração secundária, das operações de referenciamento no tempo/pessoa/espço, enfim, de um amplo universo de fenômenos que não se restringe ao conteúdo inconsciente. É a elaboração secundária que organiza a vida, os sistemas de pensamento, a comunicação, a existência. Um sonho, um sintoma ou um ato falho não são, por si mesmos, diálogo ou comunicação. Para que um sonho comunique algo é necessário um relato do sonho, seu conteúdo manifesto, no qual já houve a participação da elaboração secundária. E é justamente aquilo que escapa à comunicação no sonho, seu ponto insondável – o “umbigo dos sonhos” – o que atesta a existência do inconsciente.

Ainda que, como afirma Ricoeur, o inconsciente constitua outra instância de sentido, ainda que ele seja um fenômeno de sentido, ele não tem nenhum objetivo de comunicação. A comunicação só é efetuada a partir do trabalho de análise, que envolve, obviamente, a

consciência. Seguimos, portanto, a tese de Laplanche segundo a qual o “inconsciente nada comunica”:

Pode-se dizer – talvez metaforicamente – que o inconsciente fala, mas não quer comunicar nada, não veicula nenhuma mensagem. No sonho, no sintoma, e mesmo em sintomas diretamente associados à linguagem como o lapso, por exemplo, cumpre insistir nisto: trata-se de formações do inconsciente fechadas em si mesmas e não destinadas à comunicação. (...) É a análise que retransforma em comunicação o que essencialmente está fechado sobre si mesmo, no inconsciente, e é justamente na medida em que está fechado sobre si mesmo que o inconsciente é repetitivo (LAPLANCHE, 1992, p. 98-99).

1.5 Luz e Sombra, Acima e Abaixo

Explicitamos que essas metáforas evidenciam que o pensamento de Freud, à época em que foram elaboradas – 1892 –, já começava a delinear, pela referência espacial, o inconsciente topológico e sistemático, que aqui identificamos com o reino das sombras, no qual ficam armazenadas as ideias antitéticas aflitivas. Afirmamos, também, que as metáforas permitem entrever o que viria a ser descrito como o caráter dinâmico do inconsciente e, além disso, que as mesmas, pela concepção de armazenamento e emergência das ideias antitéticas aflitivas, enfatizam o conflito psíquico, que para a psicanálise, é um processo constitutivo do homem.

Resta agora analisarmos as inferências, entendimentos e interpretações decorrentes da conjugação operada por Freud, por meio desta rede metafórica, entre inconsciente e o sombrio do qual emergem assombrações. Afirmamos de partida que o enunciado metafórico, ao estabelecer essa aproximação, extrai uma verdadeira criação de sentido. Segundo Ricoeur, a metáfora apresenta-se como uma “estratégia de discurso que, ao preservar e desenvolver a potência criadora da linguagem, preserva e desenvolve o poder heurístico desdobrado pela ficção” (RICOEUR, 2000, p. 13).

Segundo Aristóteles, o emprego de metáforas revela o engenho natural do poeta, pois “bem saber descobrir as metáforas significa bem se aperceber das semelhanças” (ARISTÓTELES, 1459/1990 a 4). Ricoeur desenvolve o pensamento aristotélico e afirma que o trabalho da semelhança consiste em aproximar o que estava distante, reduzir o hiato ou a diferença entre duas ideias à primeira vista incompatíveis, tal como a ideia de um reino

sombrio habitado por maus espíritos constituindo o psiquismo humano. Dessa maneira, a expressão metafórica proporciona

o aparecimento de um parentesco onde a visão ordinária não percebe qualquer relação. (...) É, com efeito, um erro calculado, que associa coisas que não se ajustam e, mediante este aparente mal-entendido, faz vir ao de cima uma nova relação de sentido, até então despercebida, entre os termos que prévios sistemas de classificação ignoravam ou não admitiam. Quando Shakespeare fala do tempo como “um pedinte”, ensina-nos a ver o tempo como..., a ver o tempo como um pedinte. Duas classes anteriormente distantes são aqui de súbito conjugadas e o trabalho da semelhança consiste precisamente em congregar o que uma vez estava distante. (RICOEUR, 1976, p. 63).

Por conseguinte, uma metáfora, para Ricoeur, não é uma simples associação apoiada na semelhança, o *é* metafórico significa ao mesmo tempo *não é* e *é como*. Trata-se antes, na metáfora, da resolução de um enigma, de uma inovação semântica que não tem precedentes na linguagem já estabelecida (metáfora viva) e que se dá por meio da atribuição de um predicado inaudito ou inesperado. Além disso, a concomitância no verbo *ser* metafórico do *não é* e *é como* aponta para o fato de que uma metáfora, ao mesmo tempo em que indica a similitude, também faz transparecer a dessemelhança.

Ora, o que podemos apreender então do fato de que o fenômeno histórico de dissociação de determinados grupos psíquicos foi entendido e experienciado por Freud nos termos da constituição de um reino sombrio? E a sintomatização histórica nos termos da emergência de maus espíritos? Quais sentidos são estabelecidos a partir dessa predicação inesperada, dessa aproximação aparentemente absurda?

Primeiramente, além da ideia de território ou âmbito já desenvolvida anteriormente, reino das sombras remete a um lugar que está fora das luzes, não iluminado, obscuro, desconhecido. E as assombrações que emergem desse obscuro desconhecido trazem a noção de algo insuspeito que age sorrateiramente e assume de forma maléfica o controle do psiquismo e do próprio corpo. Essa aproximação operada pela metáfora enfatiza o potencial cruel, violento e aterrador do inconsciente – quando conteúdos do mesmo escapam para a consciência – e explicita o sofrimento decorrente do embate entre dois reinos, dando lugar à solução de compromisso sintomática.

À época da enunciação da metáfora, Freud já realizara o tratamento da Sra. Emmy Von N. e já dera início ao tratamento da Srta. Elisabeth Von R. e da Srta Lucy R. Considerava o fenômeno de base da histeria como a dissociação da consciência e sua etiologia ligada a

lembranças patogênicas que permaneciam na escuridão, no reino das sombras, mas cuja excitação era convertida no corpo, dando lugar aos sintomas. A alusão às trevas e aos maus espíritos ressalta o horror e o sofrimento físico e psíquico com que se deparara Freud no tratamento das histéricas: opressivos impedimentos e incapacidades histéricas, como a mãe incapaz de amamentar seu filho; inibição da vontade, do agir e da eficiência; fobias, angústia, depressão e melancolia; delírios e alucinações, como a gravidez fantasmática de Anna O; paralisias, contraturas, convulsões, cegueira, anorexia, vômitos. Enfim, atesta a existência atormentada devido às reminiscências recalcadas, à conversão e ao conflito psíquico. Não foi à toa que Freud afirmou em “A Psicoterapia da Histeria” (1893-95) que já seria um grande ganho se seu tratamento conseguisse transformar o sofrimento histérico em infelicidade comum.

Reino das trevas e assoombrações remetem diretamente aos Tribunais da Santa Inquisição e sua caça às bruxas e evidencia a semelhança observada por Freud, e reiteradamente repetida ao longo de toda sua obra, da histeria com as feiticeiras caçadas pelos tribunais eclesiásticos da Idade Média.

Você se lembra que eu sempre disse que a teoria medieval da possessão pelo demônio, sustentada pelos tribunais eclesiásticos, era idêntica à nossa teoria de um corpo estranho e de uma divisão (*splitting*) da consciência? Mas por que é que o diabo, que se apossava das pobres bruxas, invariavelmente as desonrava, e de forma revoltante? Por que as confissões delas sob tortura se assemelham às comunicações feitas por meus pacientes em tratamento psíquico? (FREUD, 1897/2006, p. 290)

Freud pesquisou com paixão a questão das bruxas da Idade Média, adquirindo inclusive o *Malleus Maleficarum* (Martelo do Mau), o manual eclesiástico para a caça e extermínio das bruxas elaborado no século XV por James Sprenger e Heinrich Kramer, que apresentava em detalhe as diretrizes para a guerra santa.

Além disso, a metáfora remete à emergência do abjeto que foi recalcado – linguagem erótica e blasfêmias como a forma do ataque histérico nas monjas e insubordinação e má-conduta nos ataques de “meninos de boa educação” – e à característica demoníaca frequentemente apresentada pela histeria:

A característica de os pacientes serem incapazes de fazer alguma coisa precisamente quando e onde mais ardentemente desejam fazê-la; de fazerem

justamente o oposto daquilo que lhes foi solicitado; e de serem obrigados a cobrir de maus tratos e suspeitas tudo o que mais valorizam. A perversidade⁹ de caráter que os histéricos mostram, sua ânsia de fazerem a coisa errada, de parecerem doente quando mais necessitam estar bem – as compulsões dessa ordem (como as conhece todo aquele que já teve contato com esses pacientes) muitas vezes podem comprometer os caracteres mais irrepreensíveis, quando, durante algum período, esses pacientes se tornam vítimas desamparadas de suas ideias antitéticas (FREUD, 1892-93/2006, p. 168-169).

Ressaltamos, portanto, que a metáfora contraria o enaltecimento do inconsciente e coloca em questão a noção de um inconsciente romantizado, fonte de criação e imaginação, que desconsidera sua potência violenta, aterradora ou destruidora. Se Freud apontou a importância do inconsciente como o âmago do ser, a fonte primária e bruta do desejo humano, assim como suas grandiosas formações, ele sempre mostrou com clareza a violência e brutalidade de seu funcionamento, podendo levar às desorganizações do psiquismo e da vida em geral. Afinal, a primeira formação do inconsciente à qual Freud teve acesso foi o sintoma neurótico (que nada tem de belo), abrindo-lhe a passagem para o sonho, os atos falhos, chistes e as grandes criações da humanidade.

Além do aspecto ressaltado acima com relação ao poder da metáfora de operar uma predicação inusitada e reduzir o hiato existente entre duas ideias aparentemente opostas, Ricoeur salienta que no trabalho de referência metafórica, isto é, na sua capacidade de dizer algo sobre a realidade, não é apenas a transferência de um predicado isolado que está em jogo, mas a transferência de todo um esquema de significações e de outras metáforas articuladas na mesma rede. Portanto, segundo a concepção de Ricoeur (2000), uma metáfora desenvolve seu potencial de reorganizar a visão da realidade na medida em que transpõe todo um reino para um território estrangeiro e suscita uma ação recíproca e tensional entre as diferenças e semelhanças. Nesse sentido, observamos que as metáforas propostas por Freud articulam-se de tal maneira no âmbito de uma complexa tessitura de metáforas que passam a constituir uma estrutura próxima à dos modelos teóricos.

Essa correspondência epistemológica entre redes metafóricas e modelos teóricos foi salientada por Max Black (1966): ambos apresentam, no que diz respeito à sua dimensão referencial, uma função heurística desdobrada pela ficção e pela transposição de suas

⁹ A expressão “a perversidade de caráter” não nos parece correta, já que Freud usa aqui perversão (*Perversion*) e não perversidade (*Perversität*).

propriedades e características para a realidade descrita. A construção de uma ficção heurística, seja no modelo ou na rede metafórica, oferece uma nova visão sobre a realidade, descobre novas relações e dá o direcionamento da interpretação.

Esclarecida a questão da articulação das metáforas em uma rede ou cadeia e sua aproximação com o modelo teórico, afirmamos que a ideia de reino das sombras, ou das trevas, articula-se diretamente com uma imagem infernal. Em todas as descrições e imagens que dele se fez, o inferno é apresentado como sombrio, obscuro e localizado nas profundezas. E Freud relacionou explicitamente o inconsciente a forças infernais, tal como o atesta a citação, retirada da *Eneida* de Virgílio, que escolhera para colocar em epígrafe ao capítulo sobre “a formação do sintoma” de uma grande obra sobre as neuroses, projetada, porém não realizada:

Flectere si nequeo superos Acheronta movebo.

“Se não posso dobrar os poderes superiores, moverei o Acheronte”.

“Se não posso implorar meus votos aos deuses do Alto, porei os infernos em ação”
(Tradução de Anzieu, 1975).

Emerge, então, outro ponto nodal da complexa trama metafórica proposta por Freud com relação ao inconsciente psicanalítico. Aqueronte é o rio do inferno descrito por Virgílio e também por Dante; por suas águas, o hediondo Caronte transporta num barco os pecadores para a outra margem, em direção às suas penas e castigos, à “treva sempiterna, ao fogo e ao gelo” (DANTE, 1998, p. 40). No inferno, essa imensa cratera nas profundezas da terra, a lama imunda, o fedor, tumbas e sepulcros, chamas ardendo, rio de sangue em fervura, feras monstruosas e perversas, como Cérbero, demônios, espíritos, Fúrias infernais, “de sangue ungidas”, convocando a arte de Medusa, Hidras com cabeleiras de serpentes, “mais tormentos e mais atormentados aonde me mova ou volva minha aflita vista me surgem por todos os lados” (idem, *ibidem*, p. 55). Eis a descrição da entrada do Inferno na *Eneida*:

No vestíbulo mesmo, às fauces do Orco
Se aninha o ultriz Remorso, e o Luto e o Medo;
Pálidos Morbos e a Velhice triste,
Má conselheira a Fome e a vil Penúria,
Visões de horror; da mente os ruins prazeres,
E a Morte e a Lida, e o Sono irmão da Morte:
Defronte a letal Guerra, e em férreo catre

As Fúrias, e a Discórdia insana que ata
 Cruentos nastros na vipérea grenha.
 No centro, anosos braços largo e opaco
 Olmo expande, e nos ramos se diz moram
 A cada folha os sonhos vão pegados.
 Monstros mil aos portais, biformes Cilas,
 Os Centauros, as Górgonas se alojam,
 Mais o animal de Lerna horri-stridente,
 E o fantasma tricórpore e as Hárpias.
 Eis de pavor o gume saca Enéias,
 Tem-se à espera; e, se a mestra não lhe adverte
 Que eram sem corpo avoejantes vidas
 E ocas formas sutis, ele investira
 E de aço inútil açoitara sombras.
 (Virgílio, *Eneida*, tradução de Manuel Odorico Mendes, s.d.). (1799-1864)

A obra sobre as neuroses planejada por Freud não foi levada a cabo, mas a citação foi utilizada posteriormente como exergo para a *Interpretação dos Sonhos*, denunciando de saída aonde os sonhos o levaram. O dístico também foi incluído, em 1909, no capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos*, na digressão acerca dos processos primário e secundário. Além disso, observamos que o verso de *Eneida* descreve os esforços das pulsões recalçadas; é evidente a relação entre o fluxo de um rio no centro da terra – o Acheronte – e o movimento pulsional endógeno. No caso da citação escolhida para apresentar a formação dos sintomas, torna-se patente a composição de forças e o conflito psíquico envolvidos na formação sintomática a partir da dicotomia, apresentada na citação, entre forças superiores e inferiores.

Reafirmamos, então, o caráter infernal do inconsciente embutido na metáfora do reino das sombras e maus espíritos e destacado por Freud na medida em que insistiu na aproximação entre o inconsciente e o inferno dantesco ou de Virgílio. Ora, o que Freud pretendia anunciar abrindo o capítulo sobre a formação sintomática de sua pretensa obra com os versos de Virgílio em epígrafe? Ou, mais significativo ainda, colocando tais versos como as primeiras palavras de sua obra máxima, *A Interpretação dos Sonhos*? Os sonhos constituem, afirma Freud, a via régia de acesso ao inconsciente, e essa via foi associada, antes de qualquer coisa, à descida aos Infernos que constituiu o périplo de Enéias, ou de Dante.

Talvez se trate de uma advertência para aqueles que pretendam adentrar no seu livro, ou para aqueles que pretendam submeter-se a uma psicanálise ou, ainda, que pretendam ser psicanalistas. Assim como Freud desceu a seus próprios infernos em sua auto-análise e enfrentou seus monstros, demônios, imundices e fedores, uma psicanálise implica a coragem,

por parte do analisando, de percorrer essa descida infernal, e por parte do analista, de acompanhar tal descida. E *A Interpretação dos Sonhos* é o resultado e a apresentação da auto-análise de Freud, é a confiança de seus próprios sonhos e de tudo o que eles revelam, assumindo, nas palavras de Anzieu (1989), “o risco, a audácia, a indecência e sobretudo a dor de expor uma boa parte de sua vida pessoal” (p. 356).

Segundo Anzieu, há uma identificação por parte de Freud com o herói de Virgílio:

Enéias, filho de vencido, troiano vítima de um longo exílio, dos perigos, tempestades, viagens e escalas, protótipo do judeu errante, mas sempre inspirado quanto à inteligência, arriscando-se a uma descida aos infernos para conhecer, com seu passado, seu futuro, tocando a terra, finalmente, na embocadura do Tibre, Roma e sua civilização sendo o resultado, depois de muitas guerras, para sua descendência (ANZIEU, 1989, p. 354).

Assim como Enéias, Freud teve a coragem de enfrentar as tormentas, monstros, feiticeiras e fantasmas, símbolos dos perigos interiores. *Flectere si nequeo superos Acheronta movebo* é, na Eneida, a maldição que Juno, a deusa inimiga dos troianos e protetora dos gregos, lança contra Enéias. Como não conseguiu dobrar os poderes superiores de Júpiter e dos deuses do Olimpo para que impedissem que a profecia de que Enéias daria origem à Itália fosse cumprida, Juno apela para as potências infernais, desencadeando sobre Enéias a Fúria Aleto, cuja cabeça era coberta de víboras.

Portanto, além do sentido mais evidente da referência aos versos de Virgílio, a saber, a descida de Enéias ao inferno como a representação do afastamento de Freud das ideias e valores conscientes para compreender e aproximar-se de suas bases infernais e inconscientes, enfrentando as imagens interiores terríficas, Anzieu ressalta outro sentido: “ninguém pode descer aos infernos interiores sem ‘mexer’ com forças obscuras. É com estes riscos e perigos que Freud começa sua auto-análise, propriamente dita.” (idem, *ibidem*, p. 86). Quiçá seja essa a advertência pretendida por Freud, assim como Enéias e Dante foram advertidos, antes de sua entrada nas profundezas infernais, sobre os perigos a serem enfrentados e, ainda, sobre a possibilidade de delas nunca mais voltar.

O inferno de Dante é esquematizado espacialmente de acordo com os diferentes pecados; após o vestibulo – o limbo – encontra-se o grotesco Minós, que distribui os pecadores para os diversos círculos do inferno conforme o pecado cometido:

Lá está Minós que horrendamente ringe; as culpas examina já na entrada, julga e despacha conforme se cinge. Digo, que quando a alma

malfadada se lhe apresenta, toda se confessa, e ele, que bem conhece, para cada culpa, o lugar do inferno que mereça, tantas vezes co'a cauda então se enrola quantos graus determina que ela desça (Dante, 1998, p. 49-50).

Freud, ao propor de maneira metafórica e desimbuída da moral cristã, que há tal inferno, habitado pelos mais diversos pecados, em cada um de nós, introduz o que será desenvolvido posteriormente em “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (1905): existe, na base das perversões, algo de que todos os homens partilham, mas que varia em intensidade e de acordo com os vários fatores implicados no desenvolvimento individual. A perversão deixa então de ser um erro, um desvio da norma, e torna-se uma disposição constitutiva presente em todo ser humano; todos têm em si um reino sombrio, habitado pela luxúria, pelo crime, pela violência, pelo incesto, pela traição, pelo excesso e transgressão, por pulsões destrutivas e desejos de matar. É necessário o processo de civilização e sublimação, bem como a internalização da interdição e da lei.

Devem ser ressaltadas, contudo, as limitações e dissonâncias presentes na metáfora que articula o inconsciente ao inferno. Ao evocarmos, com Freud, o inferno de Dante ou de Virgílio e entrelaçá-lo metaforicamente com o inconsciente, corremos o risco de delineá-lo como o próprio lugar de sofrimento, de conflito e desespero. Ao contrário, na perspectiva da tópica psíquica traçada por Freud, o inconsciente não é lugar de conflito, nem de sofrimento – tampouco de alegria. Não se sofre, ou sente-se prazer, no inconsciente, mas no Eu, na injunção entre a consciência e o que escapa do inconsciente. Nesse sentido, a emergência dos maus espíritos que vêm assombrar a consciência, também expressa na cadeia metafórica, mostra maior acurácia, ao tornar explícito que se trata de um movimento dinâmico, de uma emergência que causa conflito psíquico e sofrimento.

Estivemos longo tempo no inferno; no entanto essa parada foi necessária por sua estreita articulação com a metáfora do reino das sombras e maus espíritos. Percebemos que tanto essa metáfora quanto a analogia ao inferno de Virgílio, estruturam-se em duas antinomias ou polaridades fundamentais: “luz e sombra” e “acima e abaixo”, estas, por sua vez, interligadas entre si. A sombra remete ao baixo, às profundezas; a luz e a claridade remetem à superfície, ao que está acima. Tais polaridades não se fazem presentes apenas nos casos particulares aqui desenvolvidos, mas permeiam toda a obra de Freud.

A polaridade acima-abaixo, superior-inferior, remete à elevação como a metáfora clássica do sublime e da civilização. Remete também à educação estética de Freud, fundada

no pensamento romântico alemão, principalmente sobre Goethe e Schiller, para quem o sublime consistia no que há de mais elevado e superior. Com efeito, o termo sublimação, do latim *sublimis*, significa elevado. E Freud não estabeleceu a sublimação como a base da civilização? É importante ressaltar que essas orientações metafóricas não são consignadas de maneira arbitrária, mas estão fundadas em nossa experiência física e cultural, inclusive em uma das mais remotas experiências da humanidade e que constitui um dos diferenciais do homem com relação ao animal: a verticalização, a aquisição da postura ereta.

As imagens espaciais que situam o inconsciente abaixo, em profundidade, e a consciência acima são uma constante ao longo de todo o desenvolvimento da psicanálise efetuado por Freud, seja no período pré-psicanalítico, seja no momento de consolidação da primeira tópica, em 1915, ou, ainda, a partir da apresentação da segunda tópica.

Em 1897, quando planejava realizar a grande obra sobre as neuroses citada anteriormente, Freud pretendia colocar como epígrafe para o capítulo sobre a sexualidade a seguinte citação do *Fausto* de Goethe: “Do céu, através do mundo, até o inferno” (*Vom Himmel durch die Welt zur Hölle*). A citação foi utilizada posteriormente, ao tratar das perversões, nos “Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). Em 1893, compara seu trabalho terapêutico à técnica de escavar cidades soterradas¹⁰ e estabelece uma relação entre o psiquismo e o modelo geológico de superposição de camadas estratificadas

Em *A Interpretação dos Sonhos*, relaciona os desejos inconscientes aos Titãs soterrados por grandes montanhas:

Esses desejos de nosso inconsciente e, por assim dizer, imortais, fazem lembrar os legendários titãs, esmagados desde os tempos primordiais pelo peso maciço das montanhas que um dia foram arremessadas sobre eles pelos deuses vitoriosos e que ainda são abaladas de tempos em tempos pela convulsão de seus membros (FREUD, 1900 /2006, p. 583).

Em 1914, na “História do Movimento Psicanalítico” Freud lança a seguinte afirmação como forma de conclusão de seu histórico acerca da psicanálise:

Para concluir, quero expressar o desejo de que a sorte (*Schicksal* – destino) proporcione um caminho de elevação (*Auffahrt* – subida) muito agradável a todos aqueles que acharam a estada no submundo (*Unterwelt* – mundo dos

¹⁰ A metáfora arqueológica será desenvolvida no próximo capítulo.

mortos, mundo inferior, e não submundo) da psicanálise desagradável demais para o seu gosto. E possamos nós, os que ficamos, desenvolver até o fim, sem atropelos, nosso trabalho nas profundezas (idem, 1914, p. 73).

Já em 1938, em “Um esboço de Psicanálise”, afirma que o âmago do nosso ser é formado pelo *obscura* id (p. 211), descreve a psicanálise como “psicologia profunda” e afirma que a consciência permanece a única luz que nos guia pelas trevas da vida psíquica (idem, 1938, p. 306).

É evidente, portanto, o uso extensivo e permanente de imagens e metáforas que polarizam o psiquismo entre acima (consciência) e abaixo (inconsciente), a despeito de alguns autores pós-freudianos insistirem em que o inconsciente não deve ser identificado com as profundezas e tampouco a psicanálise com a psicologia profunda. Acreditamos ter deixado claro, a partir das citações acima, que Freud não apresentou essa ideia. O que não significa que o inconsciente, por ser profundo, não se mostre de alguma maneira; ao contrário, o que explicitam as assombrações da metáfora é que, apesar de insuspeitado, profundo e obscuro, o inconsciente age sobre o psiquismo e sobre o corpo. O inconsciente sempre é revelado de algum modo, seja nas lacunas da consciência, na sintomatização, nos sonhos, nos chistes, nos atos falhos ou em qualquer outra “formação do inconsciente”.

O que não pode ser perdido de vista é que se trata de uma relação metafórica, e não de uma suposição de que o inconsciente encontra-se literalmente abaixo da consciência, em termos da anatomia cerebral. Vale, neste ponto, reproduzirmos a ressalva feita por Breuer quanto à metaforização:

Todo o nosso pensamento tende a se fazer acompanhar e ajudar por representações espaciais, e nos expressamos através de metáforas espaciais. Assim, quando falamos de representações que se encontram na região da consciência lúcida e de representações inconscientes que jamais penetram na plena luz da consciência de si mesmo, quase inevitavelmente formamos quadros de uma árvore com o tronco à luz do dia e as raízes na escuridão, ou de um edifício com seus escuros porões subterrâneos. Se, contudo, tivermos sempre em mente que todas essas relações espaciais são metafóricas, e não nos deixarmos iludir pela suposição de que essas relações se acham literalmente presentes no cérebro, poderemos, não obstante, falar numa consciência e num subconsciente. Mas só nessa condição (BREUER, 1893-95/2006, p. 247).

Retomando especificamente a polaridade luz-sombra, afirmamos que a metáfora do reino das sombras e maus espíritos, além da alusão direta às sombras, também carrega a noção de luz: o reino das sombras é o sucedâneo sempre presente do reino das luzes. Onde existe luz se movendo, uma sombra potencial a acompanhará. A metáfora da luz atravessa toda a obra

de Freud. Não apenas a de Freud, mas todo o pensar científico e filosófico; segundo Zambrano (2000), a filosofia mais pura teve seu desenvolvimento fundado no espaço traçado pela metáfora da visão e da luz inteligível. Basta atentarmos para as expressões da linguagem filosófica ou científica: “lançar luz”, “clarear”, “esclarecer”, “clareza”, “elucidar”, “dar visibilidade” “um homem esclarecido” e, se quisermos remontar ao pensamento grego, citemos a palavra que designa a verdade, *aletheia*, cuja tradução é desvelar, “trazer à luz”.

E a metáfora da luz, da visibilidade, é estruturada, segundo Derrida (1971), pelo que ele denominou *heliotropo*, caracterizado pelo movimento do sol que gera a luz e a escuridão:

O sol não fornece apenas um exemplo, entre todos o mais notável, de ser sensível enquanto pode sempre desaparecer, furtar-se ao olhar, não estar presente. A própria oposição do aparecer e do desaparecer, todo o léxico do *phainesthai*, da *aletheia* etc do dia e da noite, do visível e do invisível, do presente e do ausente, tudo isso só é possível sob o sol. Este, enquanto estrutura o espaço metafórico da filosofia, representa o natural da linguagem filosófica (DERRIDA, 1971, p. 292).

A metáfora do clarão e da luz teve seu ápice com o *Aufklärung*, a corrente filosófica iluminista de valorização do homem e da razão. Freud era fruto do iluminismo e recebia, também, forte influência do Romantismo, movimento que cultivava e enfatizava o não-racional, o sombrio, as paixões, os afetos e o erotismo. Segundo Thomas Mann, Freud se encaixa perfeitamente entre os escritores do século XIX e XX que,

Seja como historiadores, filósofos, críticos culturais ou arqueólogos, em fase do racionalismo, do intelectualismo, do classicismo, numa palavra, da fé espiritual do século XVIII e um pouco ainda do século XIX, acentuam, cultivam, salientam cientificamente o lado noturno da natureza e da alma como o real determinante e criador da vida; e representam de modo revolucionário a primazia de todo o geo-divino-pré-espiritual, da ‘vontade’, da paixão, do inconsciente ou, como diz Nietzsche, do ‘sentimento’ diante da ‘razão’ (MANN, 1929 /2006, p.31)

Dessa forma, afirmamos com Roudinesco (2008), que Freud era um pensador do iluminismo sombrio, e não do anti-iluminismo, tomando por iluminismo sombrio o tênue limite que se interpõe entre o fascínio pelo não-racional da intenção de dominá-lo e revelá-lo, numa complexa articulação entre sombra e luzes.

Nos seus escritos é abundante o uso de metáforas de luz e, também, de sombra. Essa dicotomia entre sombra e luz remete à questão da verdade em relação à psicanálise e à neurose. Segundo Anzieu (1989), a essência da neurose é a verdade desconhecida, e a essência da psicanálise é a verdade restaurada; portanto, se pensarmos na metáfora iluminista,

com a qual Freud comungava, a verdade, na neurose, permanece na sombra, e o objetivo da psicanálise é trazê-la para a luz.

Ao que foi aqui exposto sobre a relação do inconsciente com o reino das sombras e os maus espíritos, ou, mais especificamente, sobre a afirmação de que essa metáfora condensa os rudimentos do inconsciente como sistema, podem ser objetadas as críticas desferidas, no desenvolvimento da psicanálise posterior a Freud, a uma identificação do inconsciente psicanalítico com as profundezas do ser, o que marcaria a psicanálise como “psicologia profunda”.

Ou, ainda, poderia ser argumentado que a metáfora engendra um entendimento do inconsciente como algo pertencente ao mistério obscuro, ao místico, ao caótico ou ao ilógico. Quanto a este último argumento, afirmamos que, ao contrário, o que a metáfora torna patente é que Freud contesta a noção de que só é cognoscível, no aparelho psíquico ou fora dele, aquilo que é acessível diretamente à consciência. Ele percebe que, a partir da formação do sintoma neurótico, é possível observar e descrever outra “região” do aparelho psíquico, que, apesar de profunda e sem visibilidade, não tem nada de mística ou inefável. Além disso, a noção sistemática apresentada pela referência a um reino atesta que o inconsciente não é o arbitrário ou ilógico, mas um sistema sujeito a leis e funcionamentos diferentes daqueles do sistema consciente.

Quanto à objeção de que reino das sombras e maus espíritos – e também a característica infernal do inconsciente aqui ressaltada pelos versos da Eneida – remetem às profundezas obscuras e malévolas, afirmamos que Freud, apesar de não ter reduzido o inconsciente a essa noção, reiteradamente estabeleceu essa relação metafórica. Lacan, um dos autores que criticam a noção de inconsciente profundo ou identificado com os seres da noite, afirma, contudo, que isto nunca deixou de relacionar-se com “o lugar para onde se volta o olhar de Freud”:

O inconsciente de Freud não é de modo algum o inconsciente romântico da criação imaginante. Não é o lugar das divindades da noite. Sem dúvida que isto não deixa totalmente de ter relação com o lugar para onde se volta o olhar de Freud – mas o fato de Jung, relé dos termos do inconsciente romântico, ter sido repudiado por Freud, nos indica bastante que a psicanálise introduz outra coisa (LACAN, 1964 [1998], p. 29).

CAPÍTULO II

ARQUEOLOGIA DO PSIQUISMO

2.1 Cidade soterrada e escavação arqueológica: psicanálise e arqueologia

Ocorreu assim que nesta, que foi a primeira análise integral de uma histeria empreendida por mim, cheguei a um processo que mais tarde transformei num método regular e empreguei deliberadamente. **Esse processo consistia em remover o material psíquico patogênico camada por camada e gostávamos de compará-lo à técnica de escavar uma cidade soterrada.** Eu começava por fazer com que a paciente me contasse o que sabia e anotava cuidadosamente os pontos em que alguma sequência de pensamentos permanecia obscura ou em que algum elo da cadeia causal parecia estar faltando. E depois penetrava em camadas mais profundas de suas lembranças nesses pontos, realizando uma investigação sob hipnose ou utilizando alguma técnica semelhante. Todo o trabalho baseava-se, naturalmente, na expectativa de que seria possível identificar um conjunto perfeitamente adequado de determinantes para os fatos em questão (FREUD, 1895 /2006, p.165)¹¹.

A metáfora acima é o disparador para a presente análise da metáfora arqueológica com relação ao conceito de inconsciente. Não obstante, afirmamos, de saída, que ela não constitui uma ocorrência isolada na obra freudiana: após essa metáfora, enunciada no caso de Elisabeth Von R., Freud apresenta uma série de metáforas ligadas à arqueologia, até seus escritos posteriores, como “Construções em Análise” (1937). Ao mesmo tempo, crescia e aprofundava-se seu interesse pelas descobertas, personalidades, leituras e peças arqueológicas. Em 1896, enuncia, ao tratar do seu método terapêutico, uma interessante metáfora relacionada a ruínas arqueológicas:

Imaginemos que um explorador chega a uma região pouco conhecida onde seu interesse é despertado por uma extensa área de ruínas, com restos de paredes, fragmentos de colunas e lápides com inscrições meio apagadas e

¹¹ So gelangte ich bei dieser ersten vollständigen Analyse einer Hysterie, die ich unternahm, zu einem Verfahren, das ich später zu einer Methode erhob und zielbewußt einleitete, zu einem Verfahren der schichtweisen Ausräumung des pathogenen psychischen Materials, welches wir gerne mit der Technik der Ausgrabung einer verschütteten Stadt zu vergleichen pflegten. Ich ließ mir zunächst erzählen, was der Kranken bekannt war, achtete sorgfältig darauf, wo ein Zusammenhang rätselhaft blieb, wo ein Glied in der Kette der Verursachungen zu fehlen schien, und drang dann später in tiefere Schichten der Erinnerung ein, indem ich an jenen Stellen die hypnotische Erforschung oder eine ihr ähnliche Technik wirken ließ. Die Voraussetzung der ganzen Arbeit war natürlich die Erwartung, daß eine vollkommen zureichende Determinierung zu erweisen sei; von den Mitteln zur Tieferforschung wird bald die Rede sein. (KRANKENGESCHICHTEN, GESAMMELTE WERKE: I, 200).

ilegíveis. (...) Se seu trabalho for coroado de êxito, as descobertas se explicarão por si mesmas: as paredes tombadas são partes das muralhas de um palácio ou de um depósito de tesouro; os fragmentos de colunas podem reconstituir um templo; as numerosas inscrições, que, por um lance de sorte, talvez sejam bilíngües, revelam um alfabeto e uma linguagem que, uma vez decifrados e traduzidos, fornecem informações nem mesmo sonhadas sobre os eventos do mais remoto passado em cuja homenagem os monumentos foram erigidos. *Saxa loquuntur!* Ao tentarmos, de maneira aproximadamente semelhante, induzir os sintomas da histeria a se fazerem ouvir como testemunhas da história da origem da doença, devemos partir da portentosa descoberta de Josef Breuer: *os sintomas da histeria (à parte os estigmas) são determinados por certas experiências do paciente que atuaram de modo traumático e que são reproduzidas em sua vida psíquica sob a forma de símbolos mnêmicos*. O que temos a fazer é aplicar o método de Breuer – ou algum que lhe seja essencialmente idêntico – de modo a fazer a atenção do paciente retroagir desde seu sintoma até a cena na qual e pela qual o sintoma surgiu; e, tendo assim localizado a cena, eliminamos o sintoma ao promover, durante a reprodução da cena traumática, uma correção subsequente do curso psíquico dos acontecimentos que então ocorreram.” (FREUD, 1896/2006, p. 190)

Também na *Interpretação dos Sonhos*, não são raras as menções aos antigos hieróglifos, palimpsestos, e ruínas romanas. No caso Dora, em 1901, Freud compara a emergência do material na análise, através da fala da paciente, com a exumação de “inestimáveis” e “mutiladas” (p. 23) relíquias, após longo tempo de sepultamento. Na análise que faz da obra de Wilhelm Jensen, em 1906, Freud apresenta o soterramento que acometeu Pompeia como o símile para o recalque – “na verdade não existe melhor analogia para o recalque” (FREUD, 1906/2006, p. 44) – e, na contrapartida, compara o trabalho de escavação que a faz ressurgir com o trabalho da análise. Por fim, dando um grande salto à frente, em “Construções em Análise”, em 1937, Freud mais uma vez evoca a escavação arqueológica e a reconstrução de antigos edifícios soterrados ao compará-las com o trabalho de construção em análise.

Portanto, vemos que a metáfora que encabeça o presente capítulo é apenas a primeira de uma rede de metáforas apresentadas por Freud, do início ao fim de sua obra, que remetem à arqueologia, constituindo, assim, uma trama metafórica – um sistema de metáforas – de grande poder heurístico e congruência que atravessa a psicanálise, tal como proposta por Freud e, especificamente, o conceito de inconsciente.

Além de constituir um sistema de grande coerência interna, essa cadeia metafórica articula-se, por sua vez, com outras redes presentes na obra de Freud, constituindo uma ampla trama de inter-significações. De um lado, a metáfora arqueológica é estreitamente articulada com a metáfora de estratificação geológica do psiquismo e, por conseguinte, com a metáfora

de profundidade apresentada por Freud com relação ao aparelho psíquico, presente também no reino das sombras estudado no capítulo precedente. Dessa maneira, além da polaridade alto-baixo, ela é perpassada ainda pela antinomia luz-sombra, remetendo à metáfora do clarão, da *Aufklärung*.

De outro lado, afirmamos que as metáforas arqueológicas remetem a uma metáfora mais radical e dominante, a histórica ou historiográfica, que organiza e congrega uma série de metáforas encontradas na obra de Freud, além da arqueológica: “pré-história do psiquismo”, “história”, “romance”, “documentos”, “monumentos” e “arquivos”, são algumas delas, todas apresentadas antes de *A Interpretação dos Sonhos*, mas que mantiveram sua força e coerência no âmbito da produção freudiana, como veremos, até seus escritos posteriores.

A pertinência da introdução de um capítulo sobre as metáforas arqueológicas em um trabalho que versa sobre a descoberta freudiana do inconsciente pode não ser nítida a um primeiro golpe de vista. Contudo, essa pertinência mostra-se claramente ao analisarmos, por um lado, a estreita relação da descoberta do inconsciente com o desenvolvimento do método psicanalítico, e por outro lado, a profusão de metáforas apresentadas por Freud, ao tratar de seu método psicoterapêutico, que se articulam entre si e formam uma trama metafórica, ou símile, que poderíamos denominar histórico-arqueológico.

A propósito da primeira relação citada – a descoberta do inconsciente e o desenvolvimento do método psicanalítico – afirmamos que, com a construção e o refinamento gradual de seu método psicoterapêutico, que se deu entre 1892 e 1895, Freud elaborou um instrumento que lhe permitiu ter acesso à região inconsciente do psiquismo. A descoberta de que a consciência é lacunar e não recobre toda a extensão no psiquismo deu-se ainda quando Freud utilizava o método terapêutico de sugestão sob hipnose e, como mostramos no capítulo precedente, antes mesmo da elaboração e refinamento do método psicanalítico, Freud já lançara os prenúncios do que viria a ser o inconsciente topológico e sistemático. No entanto, somente com a transição do método catártico para o método da associação livre, Freud criou as condições necessárias para realmente ter acesso e descrever em detalhes o inconsciente, com suas leis e mecanismos específicos.

Ressaltamos, contudo, que a descoberta freudiana não pode ser reduzida a seu método, à invenção de um novo procedimento para abordar fenômenos mal explicados, porém já reconhecidos. Ao contrário, como afirma Laplanche (2006), trata-se ao mesmo tempo de um

método e de um objeto – o inconsciente – inéditos. O inconsciente, segundo Laplanche (2006), exerceu uma exigência que empurrou Freud numa determinada direção; portanto, não se trata de uma exigência do pesquisador que assim elabora um novo método de pesquisa, e sim de uma exigência e pressão exercidas também pelo próprio objeto.

E, a propósito do outro desdobramento de nossa justificativa, afirmamos que a análise dos textos iniciais de Freud, nos quais é apresentado o desenvolvimento de seu método concomitante à descoberta e à especificação do inconsciente, mostrou uma estreita relação estabelecida pelo criador da psicanálise com questões pertencentes ao âmbito da arqueologia e da historiografia, tal como o atestam as metáforas citadas acima. Cumpre salientar que, no tocante à relação da história com a psicanálise, o presente estudo privilegiará um enfoque específico, que não consiste, a despeito de sua importância, nas diversas incursões freudianas no âmbito da cultura, história, sociologia e antropologia, e sim, dito amplamente, na introdução de uma maneira específica de historicização na terapêutica freudiana.

Ao conjugarmos, dessa forma, história e arqueologia, tocamos uma controversa questão que perpassa a relação entre ambas: é a arqueologia uma ciência auxiliar da história ou, ao contrário, ela constitui uma ciência independente? Não há espaço, no presente estudo, para essa abordagem – que sequer nos compete – mas a simples existência desse questionamento revela a estreita relação entre arqueologia e história, que aqui retomamos, e a tênue fronteira que se estabelece entre ambas. Portanto, quando afirmamos anteriormente que a metáfora relativa à história é mais fundamental e dominante, não estamos tomando partido nessa controvérsia, mas observando que, na obra freudiana, há diversas metáforas, dentre elas a arqueológica, que remetem à metáfora histórica, que denominamos, com Ricoeur (1976), de metáfora de raiz:

Com efeito, uma metáfora exige outra e cada uma permanece viva ao conservar o seu poder de evocar toda a rede. (...) A rede gera o que podemos chamar metáforas de raiz, metáforas que, por um lado, têm o poder de conjugar as metáforas parciais tiradas dos diversos campos da nossa experiência e, assim, de lhes garantir uma espécie de equilíbrio. Por outro lado, possuem a capacidade de engendrar uma diversidade conceptual, quero dizer, um número ilimitado de interpretações potenciais a um nível conceptual. (RICOEUR, 1976, p. 76)

Além disso, como será desenvolvido adiante, no âmbito da psicanálise, uma arqueologia sem colocação em história não tem valor terapêutico.

Se a história é um campo mais amplo do que a arqueologia, esta, por sua vez, constitui um elemento essencial para o alargamento da cultura histórica. Como afirma Le Goff (1990), ainda em seus primórdios, no século XVIII, a arqueologia abriu para a história o território da pré-história e da proto-história. Também Freud, quando inclui no seu método terapêutico um recuo à “pré-história psíquica” (1888/2006, p. 93), traz para dentro da cena psicanalítica a arqueologia.

Portanto, enfatizamos que a psicanálise está, pela via aberta por seu criador, estreitamente ligada a uma reflexão sobre a história e a arqueologia. Não apenas a uma reflexão, mas a uma paixão: Freud era um apaixonado pelas origens da civilização, pela antiguidade – e pelas antiguidades, colecionando-as a despeito de sua precária condição financeira. Logo o seu consultório estaria repleto de peças e objetos antigos, egípcios, gregos e romanos, réplicas e originais. A correspondência com Fliess mostra seu entusiasmo e paixão pelas grandes descobertas arqueológicas, pelas civilizações antigas e por seus próprios pequenos achados que enriqueciam aos poucos sua coleção: suas estatuetas florentinas, a estátua de Jano de duas faces, que o “fitavam com um ar muito superior” (17 de julho de 1899) e as duas antiguidades egípcias adquiridas em Salzburg, que lhe “falam de tempos e paisagens longínquos” (6 de agosto de 1899).

A coleção de antiguidades de Freud estava ligada não apenas a sua vida pessoal, mas também a sua atividade psicanalítica: além das diversas analogias com a arqueologia feitas por Freud em seus textos, nos próprios tratamentos Freud lançava mão de algum objeto ou escultura de sua coleção para, mostrando-o ao paciente, ilustrar sua interpretação ou metaforizar o trabalho de recuperação do passado, como no caso do Homem dos Ratos. Portanto, a arqueologia é literalmente trazida para dentro da cena psicoterapêutica.

Ademais, Freud tinha uma ampla cultura histórica, principalmente no que diz respeito à história antiga. A Itália nele exercia uma enorme fascinação, como a civilização universal que ecoou na eternidade e, também, em sua constante referência goetheana, como o país que proporcionou a Goethe a grande virada de sua vida, virada esta que Freud também esperava para si. Da arte etrusca à arte renascentista, as ruínas romanas e a cidade soterrada de Pompeia, Freud sempre se interessou pela civilização greco-romana. Sonhos de extrema importância em sua vida também foram ambientados em Roma: “Vista sobre o Tibre e a ponte do Saint-Ange”, “Roma vista de longe na bruma” “Perguntar ao Sr. Zucker o caminho de Roma” e “Um canto de rua em Roma com letreiros em alemão” (ANZIEU, 1989). Passou

boa parte de suas férias na Itália do norte e seu grande objetivo era ir a Nápoles e Pompeia com Fliess.

E foi na Itália que começaram as primeiras escavações arqueológicas, ligadas à descoberta do passado em Herculano (1738) e Pompeia (1748) (LE GOFF, 1990). Herculano e Pompeia são cidades da Itália do sul que foram sepultadas pela erupção do Vesúvio em 79 d.C. (DUVAL, 1972). Essas cidades, como o mostra Duval (1972), oferecem um exemplo ímpar de conjuntos conservados integralmente, uma vez que a vida aí foi abruptamente interrompida pela erupção do Vesúvio e, além disso, as cinzas colaboraram para maior conservação dos restos antropológicos e zoológicos.

O século XVIII, segundo Le Goff (1990), foi marcado, no que tange à arqueologia, por duas grandes obras: Winckelmann publica a *História de arte antiga (Geschichte der Kunst des Altertums, 1764)* e o Conde de Caylus, o *Recueil d'antiquités égyptiennes, étrusques, grecques, romaines et gauloises (1752- 67)*. Com Winckelmann, tem-se a introdução da importância dada aos objetos e artefatos do cotidiano, aos detalhes, em contraposição à ênfase dada ao monumental e às grandes obras de arte. Herdeira dos antiquários, dos colecionadores de antiguidades, viajantes, apaixonados pela arte antiga e ladrões de tumbas e monumentos, a arqueologia evolui, aos poucos, para uma sistematização e para a emergência como ciência que estuda, por meio dos traços materiais deixados pelos homens, sua vida social, econômica e psicológica, bem como o seu desenrolar através do tempo.

O século XIX foi o século das grandes descobertas arqueológicas: as descobertas sobre a civilização minóica de Evans; as de Schliemann sobre Troia e sobre a civilização micênica; as teorias de Thomsen sobre as idades da Pré-História; as escavações de Hallstatt; a obra de Boucher de Perthes e as explorações da arqueologia mesopotâmica, da Palestina e do Egito; as descobertas sobre a civilização maia por Stephens e das civilizações peruanas por Uhle (MATOS, 2007).

Freud seguia com grande entusiasmo essas escavações e descobertas, lia “A História da Civilização grega”, de Burckhardt – que lhe fornecia imprevistos paralelos (Carta a Fliess, 30 de janeiro de 1899) – e interessava-se profundamente por Schliemann, alemão que descobrira Troia e Micenas. A biografia de Schliemann atesta para Freud sua teoria de que a felicidade é a satisfação de um desejo pré-histórico: “O homem se sentiu feliz ao encontrar o tesouro de Príamo, pois a única felicidade é a satisfação de um desejo infantil” (carta a Fliess,

28 de maio de 1899). Schliemann, em sua infância, tinha enorme interesse e paixão pela *Ilíada* de Homero e, desde então, esteve certo de que a descrição ali presente do Palácio de Príamo lhe permitiria encontrar Troia. E foi o que de fato se deu: seu desejo infantil e a defesa da realidade histórica dos espaços geográficos citados na obra de Homero levaram-no a fazer importantes descobertas sobre a civilização e encontrar a Troia, até então tida como imaginária, em Hissarlik, na Turquia.

Ao observarmos a literatura sobre arqueologia antiga, percebemos que Schliemann foi bastante difamado no meio científico; seus métodos, apesar dos avanços promovidos, são considerados pouco rigorosos e arbitrários. O que fascinara Freud na biografia de Schliemann, a saber, a verdade do desejo e do imaginário, para a comunidade científica constituía falta de rigor e de cientificidade; a verdade não poderia coincidir, de forma alguma, com uma narrativa mitológica.

O interesse de Freud pela arqueologia cresce na medida em que percebe uma aproximação entre a pesquisa arqueológica e as pesquisas levadas a cabo com seus pacientes; a psicanálise toma os contornos de uma arqueologia do psiquismo de cada paciente que procura Freud com suas queixas e sofrimentos. No lugar do método de investigação anamnésica do modelo médico, Freud propõe uma arqueologia do psiquismo individual, uma busca no passado remoto do paciente em que os sintomas deixem de ser mudos e falem como testemunhas da história de sua doença, em que se descubra em torno de quê esses monumentos, os sintomas, foram erigidos.

A arqueologia é a área do conhecimento que se debruça, a partir dos elementos materiais construídos, transformados e apropriados pelo homem, sobre os sistemas socioculturais, seu funcionamento e estruturas e sua transformação no decorrer do tempo (FUNARI, 1988). Embora a arqueologia, segundo Funari (1988), tenha alargado seu campo de ação para a totalidade material de qualquer época, seja ela passada ou presente, seu sentido está profundamente atrelado a um olhar sobre o passado, inclusive pela etimologia da palavra: arqueologia significa, em grego, conhecimento dos primórdios ou relato das coisas antigas. Dessa maneira, afirmamos que a concepção de arqueologia predominante na época de Freud, era a de uma ciência que permitia conhecer o passado do homem a partir de suas manifestações materiais.

No âmbito dessa concepção arqueológica, então, o trabalho do arqueólogo num sítio consiste em retrair as formas de vida e as motivações de civilizações extintas, ocultadas à nossa vista pela passagem do tempo ou pela ocorrência de grandes cataclismas ou, de forma bem mais simplista, consiste em desvendar camada por camada (dentro de certas condições) os mistérios de civilizações que há muito já ruíram. E o trabalho de Freud, no contexto que aqui tratamos do período pré-psicanalítico à *Interpretação dos sonhos*, aproxima-se de uma arqueologia do Eu, do desvendamento de um mistério, camada por camada, do traçar e reconstruir o passado e reintegrá-lo ao presente a partir da restituição dos laços perdidos. Não é isso, afinal, o que se dá na cura de Elisabeth Von R. ou de Miss Lucy? Um aprofundamento em camadas soterradas, em cenas que levam a outras mais antigas, seja no seio de ruínas que se acumulam e se misturam no moderno e atual, como a cidade de Roma, ou ainda, entre cenas estáticas, bastante preservadas, como no caso de Pompeia. Assim como o trabalho da arqueologia serve ao entendimento da História da Humanidade e do que ela é hoje, o trabalho de análise psíquica mira o passado (ou o submerso) para, ao mesmo tempo, entender o que acontece agora, como tudo isso ainda existe e repercute no presente.

Percebe-se, então, que a metáfora histórico-arqueológica inserida na psicanálise por Freud está firmada principalmente sobre a noção de passado, que constitui, por sua vez, o elo mais evidente de interligação entre psicanálise, arqueologia e história. É justamente com respeito à noção do tempo e do passado que é ressaltado, por Anzieu, o limite da metáfora arqueológica na psicanálise, ao levantar a dessemelhança – presente em toda e qualquer metáfora – entre o passado na arqueologia e o passado na psicanálise: o passado exumado pela arqueologia, segundo Anzieu, está completamente morto e sua emergência, ainda que permita melhor compreensão sobre as cadeias da história coletiva, não exerce fortes influências sobre a atual evolução, ao passo que o passado pelo qual se interessa a psicanálise está bastante vivo e em ação no indivíduo e sua revivescência colabora para a resolução de conflitos atualmente presentes. Apesar dessa limitação levantada com relação à metáfora arqueológica proposta por Freud, Anzieu ressalta, ao mesmo tempo, sua importância como um meio que veicula importantes fantasias de Freud, então fascinado por uma imagem cujo sentido ainda lhe escapava: ser aquele que escavava profundamente a terra e realizava importantes descobertas para a humanidade (ANZIEU, 1975).

Não concordamos completamente com a afirmação de Anzieu sobre o fato de o passado na arqueologia estar completamente morto e sem exercer repercussões significativas sobre a atualidade; acreditamos que essa questão merece maior reflexão e uma abordagem

mais profunda e detalhada, o que não constitui nosso objetivo. Contudo, a sua afirmação acerca do passado pelo qual Freud voltou sua atenção levanta uma questão fundamental: o passado sobre o qual se volta a psicanálise é um passado que atuou e que continua atuando em nós.

Dessa forma, ainda que concordemos com Ricoeur (1977) ao afirmar que o freudismo é “a revelação do arcaico, uma manifestação do sempre anterior” (p. 358), cuja temática constitui sua “própria obsessão”, ressaltamos que o arcaico retomado por Freud deve ser visto na especificidade que o mesmo assume na psicanálise, principalmente a partir da noção de inconsciente. Seu olhar para o passado não constitui uma atividade nostálgica, de um tempo que passou, de lembranças trancafiadas pelo tempo, embalsamadas ou conservadas pelas cinzas, portanto, mortas. Trata-se, outrossim, de restituição de vínculos perdidos, de reconstrução da tessitura histórica com objetivos prospectivos e de busca de pontos nodais cuja origem está no passado, mas que continuam atuando vivamente (muitas vezes de forma destrutiva, como fonte de sintomas e angustias).

Desde o início de suas construções teóricas Freud ressaltou que nada do que ocorre no psiquismo pode fenecer ou ser erradicado, o passado vivenciado é indestrutível: tudo, na esfera psíquica, é de alguma maneira preservado e pode, sob determinadas condições, ser trazido à luz. Passado e presente estão, na psicanálise, articulados de maneira particular e devem ser abordados a partir da perspectiva traçada pelo caráter atemporal – *zeitlos* – do inconsciente em conexão com a função de temporalização, colocação no antes e depois, exercida pela consciência. Outra característica específica da psicanálise com relação à temporalidade e à história é aquela introduzida pela noção freudiana de *Nachträglichkeit*, segundo a qual traços mnésicos, experiências e impressões são atualizados e remodelados em função de novas circunstâncias, experiências e níveis de desenvolvimento. Com isso, a sucessão temporal e histórica na psicanálise não pode ser restrita a uma concepção linear e determinista. Além da ação do passado sobre o presente deve-se considerar também a ação do presente sobre o passado.

Ressaltada a peculiaridade da concepção de tempo e passado na psicanálise, voltemos a atenção para o emprego feito por Freud das metáforas arqueológicas: a grande maioria das metáforas é proferida ao tratar do método psicanalítico, conjugando o trabalho de escavação arqueológica com o trabalho terapêutico. Esse será o viés aqui privilegiado. Destarte, em vista da estreita articulação entre arqueologia e história já citada, pretendemos apresentar o

paulatino desenvolvimento do método psicanalítico em sua relação com uma restituição da importância da palavra dos pacientes e introdução da rememoração e historicização no trabalho terapêutico.

2.2 A introdução da rememoração e historicização na cena psicoterapêutica

O inconsciente psicanalítico foi descoberto e conceituado por Freud a partir de seu trabalho clínico e de sua auto-análise. O termo inconsciente, portanto, só adquire o sentido do qual é investido no âmbito da psicanálise quando colocado em relação com o método psicanalítico e com a originalidade que ele instaura.

O inconsciente só se mostra verdadeiramente no interior da experiência psicanalítica; não é a filosofia ou a psicopatologia ou, ainda, a pesquisa sociológica e antropológica que fornecerá uma resposta definitiva para essa questão, a despeito de sua importância. Freud, apesar de ter dialogado constantemente com a filosofia ao tratar do inconsciente, não tinha pretensões filosóficas ao propor este conceito, e sim clínicas e terapêuticas, diante dos fenômenos lacunares e aparentemente sem sentido que a vida e as narrativas de seus pacientes lhe apresentavam.

Portanto, pretendemos adentrar o seio da situação analítica em suas origens, a partir dos casos clínicos relatados nos *Estudos sobre a Histeria*, e apresentar os primórdios do desenvolvimento da psicanálise e do método psicanalítico, método este que instaurou as vias de acesso ao inconsciente. À época em que Freud levou a cabo os tratamentos apresentados nos *Estudos sobre a Histeria*, ele ainda fazia uso de tratamentos típicos das casas de saúde de então, como a aplicação de massagens, faradização, indicação de banhos específicos, dieta alimentar e repouso.

De maneira associada – e é este o ponto que confere grande importância aos casos clínicos apresentados nos *Estudos* para o desenvolvimento da psicanálise – usava a hipnose tanto para a sugestão, quanto para a investigação da história psíquica dos pacientes. Desta feita, Freud não se restringia a procurar eliminar os sintomas de maneira autoritária por via da sugestão, mas solicitava que o paciente, sob hipnose, contasse a respeito de cada sintoma isolado sua primeira aparição e a história que o envolvia, buscando sua origem e

desenvolvimento – procedimento que constitui o primeiro sentido do termo “análise” (Freud, 1893-95/2006, p. 82).

Essa importância consiste, portanto, na colocação da palavra dos pacientes, da narrativa, de seu relato acerca de si, numa posição privilegiada da cena terapêutica. E a importância da palavra, desde então, tinha mais de um desdobramento: além do caráter de vomitório, catártico, herdado da terapêutica de Breuer, a fala emerge também como maneira de partilhar, investigar e buscar soluções para os diversos sofrimentos dos pacientes. A partir de então, a palavra foi restituída ao paciente de maneira crescente dentro da situação analítica; e a Sra. Emmy Von N., primeiro caso de Freud apresentado nos *Estudos sobre a Histeria*, exerceu, nesse sentido, um importante papel ao advertir Freud de que a deixasse falar sem interrupções ou direcionamentos. Com essa paciente, Freud percebe que não poderia furtar-se da escuta dos relatos e histórias de seus pacientes “com todos os detalhes até a última palavra” (idem, *ibidem*, p. 94):

Aproveitei também a oportunidade para lhe perguntar porque ela sofria de dores gástricas e de onde provinham. (creio que todos os seus acessos de zoopsias |alucinações com animais| são acompanhados de dores gástricas) Sua resposta, dada a contragosto, foi que não sabia. Pedi-lhe que se lembrasse até amanhã. Disse-me então, num claro tom de queixa, que eu não devia continuar a perguntar-lhe de onde provinha isso ou aquilo, mas que a deixasse continuar o que tinha a dizer. (idem, *ibidem*, p. 95)

Este caso, portanto, constitui um importante marco para o desenvolvimento do que passou a constituir, posteriormente, a regra fundamental da psicanálise: a associação livre por parte do paciente e a atenção livremente flutuante por parte do psicanalista. Além disso, Freud passou a perceber que a sugestão autoritária de eliminação dos sintomas não surtia efeito com a Sra. Emmy; somente a convicção pessoal ou a “análise psíquica” (idem, *ibidem*, p. 127) eram capazes de atenuar seus sintomas. Foi então que Freud começou a questionar a validade da sugestão: “apenas de um cérebro verdadeiramente patológico é que se poderiam varrer por mera sugestão produtos tão bem fundamentados de eventos psíquicos intensos” (idem, *ibidem*, p. 128).

A descoberta do inconsciente e todas as formulações clínicas e teóricas de Freud são permeadas profundamente pela questão da memória – e do esquecimento. Desde a “Comunicação Preliminar”, ao afirmar que as histéricas sofrem de reminiscências, Freud marcou a neurose como um distúrbio inserido no terreno da memória – e, conseqüentemente,

do tempo –, efeito de acontecimentos e experiências que se perderam de tal maneira no tempo, nas distorções e rechaços, que acabaram por tornar-se estrangeiras ao sujeito.

O termo reminiscência usado por Freud, pode remeter ao sentido platônico, e engendra a compreensão das lembranças patogênicas como desligadas de sua origem e experiência original, de tal maneira que sequer são reconhecidas como lembranças. Ora, este é exatamente o sentido do sintoma, um símbolo mnêmico, assombração oriunda de uma experiência traumática que foi relegada ao esquecimento, ao campo do desconhecido e estrangeiro. Os sintomas, então, são sofrimentos atuais, do presente, mas que estão profundamente imbricados no passado, a despeito de essa relação ser aparentemente desconhecida, posto que a ligação foi perdida, o elo foi truncado.

Se em Platão essa abolição da origem da reminiscência é marcada pelo nascimento, pela incorporação da alma em forma humana, em Freud, a perda dos elos com o passado está relacionada à existência de ideias incompatíveis, ao conflito psíquico e ao recalque:

... a ideia incompatível é forçada para fora do ego consciente. Em troca, essa consciência guarda então a reminiscência física surgida por meio da conversão (...) e sofre por causa do afeto que se acha de forma mais ou menos clara ligado precisamente àquela reminiscência (idem, *ibidem* p. 149).

Podemos afirmar, então, que se o capítulo precedente foi movido pelo fluxo do rio Aqueronte, o presente capítulo tem como impulso as águas de outro rio do inferno, o Letes, o rio do esquecimento. Nesse sentido dos fluxos infernais, podemos enxergar uma aproximação da psicoterapia proposta por Freud nos *Estudos sobre a Histeria* com o inferno órfico, no qual, segundo Le Goff (1990), o morto devia evitar as água do rio Letes, fonte do Esquecimento e nutrir-se da Memória, seu antídoto e fonte de imortalidade. Sendo a neurose encarada como um distúrbio que concerne predominantemente ao campo da memória, o tratamento de Freud aproximou-se dessa condição órfica de superação do esquecimento e focou-se, de maneira explícita e direcionada, no seu período inicial, em uma restituição das lembranças apagadas (ou restituição das origens abolidas das reminiscências), com conseqüente reintegração do que se tornara estrangeiro, e ab-reação do afeto estrangulado. Afirmamos, dessa forma – juntamente a Viderman (1990) – que a descoberta e o desenvolvimento da psicanálise foram marcados tecnicamente por uma maneira específica de recuperação da memória, a partir da qual, os laços com o passado podem ser reconstruídos.

Antes de prosseguirmos com o período específico dos *Estudos sobre a Histeria*, faz-se mister ressaltar que o trabalho de rememoração, ainda que tenha passado por diversos remanejamentos técnicos e teóricos, não tem sua relevância restrita a este período inicial; ele manteve seu importante lugar no tratamento durante todo o desenvolvimento psicanalítico operado por Freud. No início de seu trabalho com Breuer tratava-se da busca de uma situação ou experiência específica – que por ser traumática dera lugar ao adoecimento psíquico – e abreação do afeto. Com o desenvolvimento da psicanálise o ato de recordar passa a assumir outros desdobramentos, finalidades e sentidos. Com a queda da *neurótica*, isto é, a derrocada de sua teoria da etiologia sexual das neuroses, em 1897, trata-se não mais de encontrar um evento pontual e traumático do passado, mas de, a partir da rememoração, descobrir as fantasias erigidas pelos pacientes, os mecanismos de velamento e defesa em funcionamento, e investigar a verdade particular do paciente – que pesa sobre a realidade psíquica e não sobre a realidade factual e material – e, assim, junto ao analista, reconstruir a tessitura de sentidos sobre si mesmo.

Desse modo, com a técnica da associação livre, deixou-se de insistir em um sintoma, momento ou acontecimento específicos. O trabalho dava-se a partir daquilo que vinha à superfície da mente do paciente no momento da análise e da identificação das lacunas e resistências em ação, sendo a transferência o principal direcionador do trabalho do analista. Sob a nova técnica, Freud apreende outra modalidade de rememoração que atesta a amplitude deste fenômeno no tratamento psicanalítico: o recordar vai além da fala e da narrativa, pode dar-se também não como reprodução na esfera psíquica, mas como reprodução na esfera motora. O paciente reproduz de forma distinta da lembrança psíquica, reproduz como ação; “repete-o [o material esquecido], sem, naturalmente, saber que o está repetindo” (FREUD, 1914/2006, p. 165). E Freud afirma a importância de levar o paciente a recordar, no lugar de passar ao ato; de manter na esfera psíquica todos os impulsos que ele desejaria descarregar em ação. Podemos, ainda, fechar o breve círculo do desenvolvimento da rememoração na psicanálise aqui traçado se pensarmos que o que Freud propõe em “Recordar, Repetir e Elaborar”, em 1914, não está muito distante de sua teoria da conversão histérica, que, afinal, também consiste numa reprodução no plano somático e motor; em 1914, tem-se a passagem ao ato, em 1892, o sintoma somático.

Após esse parêntese aberto para elucidar o panorama da posição ocupada pela rememoração na psicanálise, podemos retomar o período dos *Estudos*. Com o fim de combater os pressupostos sobre os quais eram erguidas as representações patológicas, Freud

buscava a gênese de cada sintoma isolado a partir das lembranças a ele associadas. Ele pretendia trazer à luz as lembranças soterradas e acompanhar em detalhe as associações relacionadas pelos pacientes, fazendo com que eles reproduzissem, em *status nascendi*, os processos mentais envolvidos na formação dos sintomas. Esse método de recordação engajava os pacientes em uma historicização de sua vida a partir do complexo de sintomas. De história em história, o sintoma se dissolvia pela emergência do sentido que ele carregava de maneira escamoteada e, também, pela ab-reação do afeto – por via da palavra – ligado às representações patogênicas.

Nesse retorno à “pré-história psíquica da doença” (FREUD, 1888/2006, p. 93), Freud percebeu que os relatos ultrapassavam as questões sintomáticas; não se tratava apenas da história natural da enfermidade dos pacientes, mas de um retorno à pré-história de sua vida como um todo, pois as lembranças não eram interrompidas nos pontos de partida dos sintomas ou nos eventos traumáticos, mas retrocediam cada vez mais, até a remota infância. Esse movimento em direção ao passado nos quais os pacientes acabavam por engajar-se por si mesmos, mostra que a rememoração, o olhar para o passado, não constitui um imperativo metodológico criado fora da situação clínica e imposto por Freud. Os próprios pacientes, em sua historicização – que tinha como ponto de partida seus sintomas e sofrimentos – retrocediam ao seu passado mais remoto. Vejamos como se dá o trabalho de rememoração com as pacientes dos *Estudos sobre a Histeria*.

Entre os banhos, massagens e sugestões, Freud fazia com que Emmy Von N. relatasse, sob hipnose, os acontecimentos envolvidos em seus sintomas: seu medo de animais foi desencadeado por uma experiência em que seu irmão atirou-lhe um sapo morto; seu terror de choques repentinos e inesperados era o resultado de ter presenciado seu marido sofrer subitamente um ataque cardíaco; seu medo de ser enterrada viva correspondia à sua crença de que o marido não estava realmente morto quando seu corpo foi levado (crença estreitamente relacionada a sua não aceitação da morte do homem a quem amava); seu medo de estranhos e das pessoas em geral estava relacionado com a perseguição e difamação que sofrera pelos parentes de seu falecido marido; sua anorexia devia-se ao fato de relacionar a alimentação com lembranças de acontecimentos repulsivos à hora de comer, e assim por diante.

A partir de uma alucinação olfativa, o cheiro de pudim queimado que a perseguia, Miss Lucy logrou colocar esse sintoma, cuja absurdidade saltava aos olhos, numa trama histórica que lhe revelou o sentido: retrocedeu a uma série de cenas e experiências das quais o

cheiro tornara-se o símbolo mnésico e que evidenciavam, por sua vez, suas questões amorosas, suas relações de trabalho, seus conflitos psíquicos e mecanismos defensivos.

No caso de Katharina, que supunha tudo poder contar a um médico, a narrativa partiu de suas crises de angústia e falta de ar e desembocou em íntimos segredos de alcova: ela contou com detalhes as investidas sexuais de seu pai contra sua prima e, retrocedendo mais ainda no tempo, chegou a cenas em que seu pai investia sexualmente contra ela mesma, experiências que, à época em que ocorreram, não foram compreendidas por Katharina em seu teor sexual.

As dores nas pernas e dificuldades na marcha de Elisabeth Von R., ao serem colocadas em análise e associação, engendraram a narrativa sobre sua história das camadas mais superficiais às mais profundas, o que levou Freud a associá-la à escavação de uma cidade soterrada. Num primeiro momento, emergiu um relato sobre sua íntima relação com o pai, que a estimulava intelectualmente; seu caráter insolente e ambicioso; seu descontentamento por ser mulher e sua aversão ao casamento e pelos sacrifícios dele decorrentes; o papel por ela assumido de principal cuidadora junto ao leito do pai quando este caíra enfermo; seu adoecimento dois anos após a morte do pai e sua luta, desde então empreendida, para restituir a felicidade familiar perdida; sua relação conflitiva com um de seus cunhados; a morte de sua querida irmã, enfim, uma sequência de experiências dolorosas e choques corriqueiros que, à primeira vista, constituíram para Freud uma decepção.

Não satisfeito, ele propõe uma investigação em direção aos “níveis mais profundos de sua consciência” (Freud, 1893-95/2006, p. 170). Sob a técnica da pressão sobre a testa, Elisabeth passa a relatar uma nova cadeia de representações: seus sentimentos afetuosos para com um determinado rapaz; o conflito psíquico instalado entre os sentimentos de alegria ocasionados pela companhia de tal jovem e o agravamento do estado de seu pai; sua renúncia de manter qualquer relação estreita em nome dos cuidados demandados pelo pai enfermo; a explicação sobre sua zona histerogênica – suas dores irradiavam justamente do lugar em que seu pai costumava apoiar a perna ao fazer o curativo – e, finalmente, a representação recalçada determinante no caso de Elisabeth, seu amor pelo outro cunhado e seu fugaz pensamento, quando da morte de sua irmã, de que o viúvo estaria livre para ela: “ela conseguiu poupar-se da dolorosa convicção de que amava o marido da irmã induzindo dores físicas em si mesma (*indem sie sich dafür körperliche Schmerzen schuf*)” (idem, ibidem, p. 180).

Vemos, portanto, que a partir do momento em que Freud levava suas pacientes à rememoração e à localização de seus sintomas na tessitura de suas vidas, procurando dar-lhes sentido, o que emergia era a versão das pacientes de suas histórias, suas narrativas, a colocação de suas vidas em romance. A propósito do tratamento de Elisabeth Von R., Freud afirma que “era como se ela estivesse lendo um livro ilustrado cujas páginas estivessem sendo viradas diante de seus olhos” (idem, *ibidem*, p. 177).

A historicização, a colocação em romance e a autobiografia assumem desde então um preponderante papel no tratamento psicoterápico, de tal maneira que Freud, como afirmamos no capítulo precedente, preocupava-se com o fato de que seus casos mais parecessem contos – ou romances, conforme uma tradução mais adequada do termo *Novellen* usado por Freud – faltando-lhes a marca da cientificidade. Esse deslocamento da escrita de Freud em direção a uma forma romanesca ou poética não constitui um procedimento estilístico, mas é decorrente da importância dada, na terapêutica, à historicização. A nova maneira de tratar a histeria transforma a escrita de Freud. E essa constatação pegou o criador da psicanálise, filho da *Aufklärung* científica, desprevenido.

Dessa maneira, em contraposição a um viés puramente sindrômico, Freud deu-se conta de que era impossível dissociar a “doença” do próprio sujeito que adoecia; portanto, passou a privilegiar o falar acerca de si por parte daquele que sofre, a historicização em primeira pessoa, a narrativa de sua experiência vivida (*Erlebnis*), e não a história natural:

A verdade é que o diagnóstico local e as reações elétricas não levam a parte alguma no estudo da histeria, **ao passo que uma descrição pormenorizada (*Darstellung*) dos processos mentais (*seelischen Vorgänge*), como as que estamos acostumados a encontrar nas obras dos escritores imaginativos (*Dichter* - poeta), me permite, com o emprego de algumas fórmulas psicológicas, obter pelo menos alguma espécie de compreensão sobre o curso dessa afecção.** Os casos clínicos dessa natureza devem ser julgados como psiquiátricos; entretanto, possuem uma vantagem sobre estes últimos, a saber: **uma ligação íntima entre a história dos sofrimentos do paciente (*Leidensgeschichte*) e os sintomas de sua doença (*Kranheitssymptome*)** – uma ligação pela qual ainda procuramos em vão nas biografias das outras psicoses (idem, *ibidem*, p. 183. Grifos nossos).

A historicização e a colocação em romance, como o atesta a citação acima, superam a limitação da semiologia psiquiátrica, fundada na identificação de síndromes patológicas a partir de signos unívocos, pois consegue articular tanto a identificação dos sintomas de uma doença quanto sua colocação na trama histórica da vida e dos sofrimentos do paciente, restituindo-lhes o sentido, ou organizando o caos de sentido que se apresenta. Trata-se, por

consequente, de uma verdadeira revolução no fazer clínico: do modelo do “quadro” (psiquiátrico), ele é encaminhado para o modelo da história e romance (psicanálise).

A palavra “história”, segundo Le Goff (1990), é derivada do grego antigo *historie*, em dialeto jônico; esta forma, por sua vez, deriva da raiz indo-europeia *wid-weid*: ver. *Histor*, portanto, significa testemunha, aquele que vê e aquele que sabe. Quando Freud solicitava de seus pacientes sua própria historicização, ele estava firmemente ancorado nesse caráter de testemunha: o paciente, apesar de ser acometido pela “cegueira de quem vê” (FREUD, 1893-95/2006, p. 144) e pela “política do avestruz” (idem, 1900/2006, p. 626), isto é, de não querer ver e não querer saber, era quem realmente viu, via e sabia acerca de si e de sua doença.

Estivemos, até o momento, ressaltando a importância da introdução da história e do romance na clínica psicanalítica sem fazer, contudo, nenhuma referência à distinção e às relações existentes entre ambos. *Historiein* é procurar saber. Este é o sentido de história, segundo Le Goff (1990), desde Heródoto: uma procura das ações realizadas pelos homens. Contudo, a palavra história engloba também outro sentido, a saber, o de narração (*story*), seja ela verdadeira ou falsa, sobre uma realidade histórica ou puramente fictícia ou imaginária, assumindo, portanto, o sentido de conto ou romance. Vemos, então, que a história que é inserida no tratamento psicanalítico retoma essa duplicidade da palavra – que na língua inglesa tomou uma distinção gráfica –, englobando tanto o sentido de busca e procura (*history*), quanto o sentido de narrativa, romance, conto (*story*).

A propósito, esses dois sentidos nem sempre foram dissociados e colocados de maneira dicotômica. Se a historiografia ocidental chegou a travar uma luta aberta contra a ficção, constituindo esta, quando muito, sua parte vergonhosa e ilegítima que deveria ser denegada, vemos, com Michel de Certeau (1987), que no século XVII a ficção era situada no extremo oposto: o historiador vangloriava-se por praticar o “gênero retórico por excelência” (p.81). Segundo Certeau (1987), o divórcio entre a história e a literatura, manifesto desde o século XVII, consolidou-se a partir da progressiva diferenciação que, no século XVIII, separou as letras das ciências – restando a historiografia distendida entre ambos os campos – e foi institucionalizada no século XIX pela organização universitária. Ainda segundo Certeau, o aprimoramento das técnicas da historiografia e a evolução geral do saber camuflaram de maneira crescente as ligações, “cientificamente inconfessáveis” (CERTEAU, 1987, p. 81), da história com aquilo que tomou forma de literatura.

Dado o divórcio entre história e literatura, não podemos situar a psicanálise como pertencente mais a um campo do que ao outro. Freud apoia-se em modelos e metáforas de ambos, diminuindo a distância estabelecida entre história e literatura. Na análise que faz das relações entre história e psicanálise, Certeau afirma que o discurso freudiano é a ficção que retorna à seriedade científica, não somente na medida em que a ficção faz parte do objeto da psicanálise, mas, também, como elemento constituinte de sua forma, quando a escrita de Freud se vê tomando formas literárias. Há, em Freud, uma continuidade e coerência entre sua maneira de escutar os pacientes, sua maneira de interpretar e sua maneira de escrever. Nesse sentido, vemos que Freud aproxima-se do arqueólogo Schliemann, que também levou para o campo científico a mitologia e a ficção. Tal como afirma Laplanche (1981), a genialidade de Schliemann, depois dos séculos antigos em que a *Ilíada* foi considerada como pura História e os séculos seguintes em que foi considerada totalmente fictícia, consiste em ter percebido que ela não é totalmente verdadeira nem totalmente falsa. Deve-se saber decifrá-la e interpretá-la, assim como o trabalho analítico opera uma decifração naquilo que se mostra, primeiramente, como um caos de sentido ou um sem-sentido.

O momento que está sob nosso enfoque, correspondente aos *Estudos sobre a Histeria*, pode ser considerado como aquele em que a distinção entre realidade e ficção estava carregada de maior relevância, uma vez que Freud ainda acreditava na realidade do traumatismo sexual infantil. Com a “queda da neurótica” e a descoberta da importância das fantasias no psiquismo, ganha maior espaço a noção de realidade psíquica, em oposição à realidade externa e material, e a questão da veracidade factual é colocada em outro patamar. Além disso, assim como a história da humanidade, no que se refere às origens, tende ao mito – “a idade de ouro, as épocas míticas ou, sob aparência científica, a recente teoria do *big bang*” (LE GOFF, 1990, p. 8) – também a história que emerge na situação analítica assume uma feição mítica e a realidade acontecimental dá lugar à realidade imaginária.

Neste ponto, cumpre ressaltar que Freud jamais aderiu a uma observação e a uma historicização naturais, pois já compreendia que estas não tinham o potencial de informar sobre o psiquismo dos pacientes. Ao excluir o hipotético, o imaginário, o condicional, a história natural e objetiva exclui parte essencial do psiquismo humano, como o “era uma vez...”, as conjunções “se...então...”, enfim, o aorístico, o imaginário, as fantasias, o desejar e tudo aquilo que, a despeito da realidade material, assume valor de realidade no âmbito do psiquismo humano.

O lugar de destaque no espaço psicoterapêutico adquirido pela rememoração e historicização – ou reescritura da própria história, escrita antes de narrá-la a um psicanalista – portanto, não implicava uma busca objetiva do passado do paciente. Mesmo neste momento em que estava em vigor a teoria da etiologia sexual traumática das neuroses, o narrar e o historicizar em ato, como qualificação do expressar-se, sobrepujava a questão da realidade do que se narrava. O objetivo da psicoterapia não consistia – e nunca chegou a consistir – pura e simplesmente em que o paciente ou o terapeuta adquirissem um conhecimento objetivo acerca de seu passado. A cura, sobretudo neste período do método catártico, estava no próprio narrar acerca de si acompanhado de afeto. A fala deve ser tocada, atingida, pelo afeto. Essa é a condição para que a rememoração tenha valor terapêutico. Vemos que Freud não deixou de insistir nesse aspecto de que não se tratava tão somente de descobrir as experiências traumáticas do passado, mas de rememorar-las com a revivescência e a ab-reação do afeto:

Pois é bom reconhecer uma coisa com clareza: o paciente só se livra do sintoma histérico ao reproduzir as impressões patogênicas que o causaram e ao verbalizá-las com uma expressão de afeto (*Affektäußerung*); e assim a tarefa terapêutica *consiste unicamente em induzi-lo a agir dessa maneira* (FREUD, 1893-95/2006, p. 296).

Remeter o paciente à sua pré-história psíquica, levá-lo a uma historicização própria com a finalidade de eliminar os sintomas, esteve, durante um determinado período, atrelado à hipnose dos pacientes. Entretanto, Freud dá-se conta de seus limites como hipnotizador, principalmente nos casos em que o paciente não entrava nesse estado com facilidade.

Seus poderes limitados com relação à hipnose não levaram Freud a abandonar o método catártico e de rememoração. Evocando a teoria de Bernheim, segundo a qual as lembranças dos acontecimentos ocorridos sob o estado hipnótico eram apenas aparentemente esquecidas e podiam ser revividas por meio de “uma ordem delicada e de uma pressão com a mão, destinada a indicar um estado diferente de consciência” (idem, *ibidem*, p. 137), Freud também conseguia, com o método de pressão, levar os pacientes a um processo de rememoração e associação para descobrir as lembranças patogênicas envolvidas na gênese dos sintomas. Contudo, ao abandonar a hipnose, Freud depara-se com uma forte recalcitrância apresentada pelos pacientes no trabalho de rememoração e historicização. Essa oposição imposta pelos pacientes engendrou importantes consequências e transformações na compreensão e na técnica freudiana, que nos exige, por sua vez, dado o presente escopo de apresentar o paradigma histórico-arqueológico inserido por Freud no tratamento psíquico, uma ampliação da noção de história.

2.3 Oposição e entraves à rememoração: defesa e recalque

Apesar de o método da pressão, segundo Freud (1895), mostrar-se muito mais trabalhoso do que a investigação sob hipnose, ele rendeu importantes resultados para o desenvolvimento da teoria e da técnica psicanalíticas, pois permitiu apreender as motivações e os mecanismos em ação na perda das recordações – supostamente traumáticas – e abriu o caminho para a observação dos fenômenos da resistência e do recalque.

Ao abandonar a hipnose, e somente a partir desse abandono, tornou-se possível para Freud perceber um importante fenômeno em sua prática clínica, que teve uma ressonância fundamental com respeito à teoria psicanalítica e à conceitualização do inconsciente: a percepção de que os pacientes impunham fortes obstáculos à rememoração e à historicização. Logo, concluiu que se tratava da mesma força que havia primeiramente excluído tais representações do restante da cadeia de associações, por serem demasiado penosas, aflitivas e capazes de gerar afetos de vergonha, sofrimento e autocensura. Portanto, o conceito de recalque foi estabelecido por Freud como a contrapartida do fenômeno de resistência observado a partir dos entraves e oposições impostos pelos pacientes em remontar a determinados âmbitos de sua pré-história psíquica:

E visto que essa insistência [para trazer à luz os grupos patogênicos de representações] exigia esforços de minha parte, e assim sugeria a ideia de que eu tinha de superar uma resistência, a situação conduziu-me de imediato à teoria de que, por meio de meu trabalho psíquico, eu tinha de superar uma força psíquica nos pacientes que se opunha a que as representações patogênicas se tornassem conscientes (fossem lembradas). Uma nova compreensão pareceu abrir-se ante meus olhos quando me ocorreu que esta sem dúvida deveria ser a mesma força psíquica que desempenhara um papel na geração do sintoma histérico e que, na época, impedira que a representação patogênica se tornasse consciente (FREUD, 1893-95/2006, p. 283).

Percebe-se, então, que a teoria do recalque e da resistência constitui o resultado da observação de um fenômeno clínico que “pode ser observado quantas vezes se desejar se se empreende a análise de um neurótico sem recorrer à hipnose” (FREUD, 1914/2006, p. 26). Por conseguinte, não se trata, de maneira alguma, de uma simples especulação ou suposição.

Da compreensão de que a mesma força estava em jogo tanto na perda da memória, no esquecimento – na dissociação de determinado grupo psíquico – quanto na resistência oposta

à rememoração e ao trabalho terapêutico, surge a noção de defesa contra ideias demasiadamente penosas e aflitivas para serem toleradas. Essa noção teve importante repercussão para a clínica e a teoria psicanalíticas e constituiu o primeiro delineamento de uma concepção de Freud acerca da vida psíquica de modo independente de seus mestres e contemporâneos.

Explicitamos no primeiro capítulo que, na “Comunicação Preliminar” (1893), Freud e Breuer explicavam a dissociação da consciência e a formação de um grupo psíquico isolado a partir de dois grupos de condições. O primeiro grupo dizia respeito à natureza da experiência traumática, seja porque não comportava reação, seja porque estava relacionada a coisas que o paciente “desejava” (*wollte* – queria) esquecer. O segundo grupo estava relacionado não ao conteúdo das lembranças, mas ao estado psíquico em que o paciente viveu a dita experiência, caracterizado como “estado hipnoide”, que tornava patogênica a lembrança, ao mantê-la desde o início dissociada dos demais grupos psíquicos.

Assim, já na “Comunicação Preliminar”, Freud apresenta a noção de defesa psíquica (relativa ao primeiro grupo de condições citado acima), ainda que não use o termo explicitamente. Já a existência dos estados hipnoides constituindo um dos grupos de condições para o desenvolvimento da histeria, apesar de ter sido atestada¹² no mesmo texto, passou a ter sua validade questionada de maneira crescente por Freud, ao ponto de ter afirmado posteriormente que a explicação da etiologia da histeria a partir dessa dupla vertente não passou de uma “efêmera tentativa de permitir que os dois mecanismos existissem lado a lado” (idem, *ibidem*, p. 21).

Entre a “Comunicação Preliminar” (1893) e “A Psicoterapia da Histeria” (1895), Freud publica o artigo “As Neuropsicoses de Defesa” (1894), no qual aborda e desenvolve a noção de defesa extensivamente. No artigo publicado em 1895, “A Psicoterapia da Histeria”, afirma de maneira não muito veemente que, apesar de nunca ter se deparado com uma histeria hipnoide autêntica em sua experiência clínica, aceita a hipótese de sua existência; contudo, coloca a defesa como o seu fator primário. Ao mesmo tempo, afirma em carta a Fliess datada de 12 de junho de 1895 que “a defesa deu um grande passo à frente”. Portanto, a partir das diversas experiências de tratamento, Freud teve maior acesso e compreensão acerca do

¹² Com “certa relutância” por parte de Freud, segundo Jones (1989).

processo defensivo em ação no mecanismo histérico, processo este que passou a sobrepujar completa e definitivamente a explicação a partir da existência de estados hipnoides, encarada posteriormente como “essa infeliz ideia que me fora imposta”, ou como “uma ideia supérflua e enganosa”¹³ (JONES, 1989, p. 279).

Desta feita, Freud passa a explicar a dissociação da consciência e a formação de grupos psíquicos isolados – o inconsciente – unicamente a partir da noção de defesa que ocorre em situações de incompatibilidade na vida psíquica, isto é, em situações em que determinada ideia, experiência ou sentimento suscita um afeto tão aflitivo que a pessoa decide esquecê-lo. Contudo, Freud percebe que o “eu defensivo” (*abwehrende Ich*) nunca chega a ser exitoso em sua tarefa de considerar a representação insuportável (*unverträgliche Vorstellung*) como “*non arrivé*” (FREUD, 1894/2006, p. 56). Já neste ponto do desenvolvimento de seu pensamento, Freud apresenta uma de suas mais firmes convicções, a saber, que o passado vivenciado é indestrutível, ele sempre deixa sua marca, de uma maneira ou de outra: “tanto o traço mnêmico como o afeto ligado à representação lá estão de uma vez por todas e não podem ser erradicados” (ibid, p. 56) (*sowohl die Gedächtnisspur als auch der der Vorstellung anhaftende Affekt sind einmal da und nicht mehr auszutilgen*). Cumpre ressaltar que esta compreensão coaduna-se estreitamente com uma das principais características do inconsciente apresentadas por Freud: *zeitlos*, seu caráter atemporal, sua subtração ao tempo dominante na consciência, com sua contiguidade, seu antes e depois.

Apesar de nenhuma representação ser passível de ser totalmente erradicada do psiquismo, Freud afirma que uma realização aproximada pode ser operada no processo defensivo: o enfraquecimento da representação por meio da retirada do seu afeto. Este mecanismo defensivo, até o ponto que acabamos de descrever, foi estendido não apenas para toda histeria, mas também para as demais psiconeuroses. A defesa passou a constituir, então, o núcleo e elemento comum das psiconeuroses. A diferenciação específica de cada distúrbio é situada por Freud no processo contíguo à retirada do afeto da representação: na histeria, o mecanismo típico é a conversão; nas obsessões e fobias, ocorre o deslocamento e substituição e a paranoia é caracterizada pelo mecanismo de projeção.

¹³ A insistência de Breuer na existência de estados hipnoides que explicariam a formação de grupos psíquicos isolados constituiu, segundo Freud (1914), sua primeira divergência com relação a Breuer.

Ainda que apresente um mecanismo distinto para cada psicose em particular, Freud já descobrira o que as diversas modalidades de defesa têm em comum, a saber, a constituição de um grupo de ideias fora da consciência – as “representações inconscientes patogênicas” – e o seu correlativo, a emergência das recordações, ou, conforme explicitado no primeiro capítulo, a emergência das assombrações, denominada posteriormente de “retorno do recaiado”.

Portanto, além de compreender e demonstrar que o passado, no psiquismo humano, é indelével, Freud também concluiu que partes do passado consideradas esquecidas e abolidas podem retornar, e retornam sub-repticiamente, de maneira mascarada ou substitutiva, como nos sintomas. Ora, ao analisarmos o termo *Abwehr* (defesa) na tradição oral alemã, o sentido que emerge é exatamente o de algo que foi recaiado, afastado, mas que pode retornar em algum momento. Segundo Hanns (1996), o termo alemão evoca um estado de prontidão ativa, pois conota que os inimigos foram apenas afastados – e não necessariamente destruídos – podendo reorganizar-se e voltar a atacar. Assim, *Abwehr*, ao ser traduzido para defesa, perde o sentido do dinamismo que caracteriza o inconsciente: movimento de recaiado e prontidão defensiva, os quais remetem a um “cenário de forças em xeque e à continuidade de conflito” (HANNS, 1996, p. 124). Dessa maneira, afirmamos que a noção de retorno do recaiado traz em si a concepção específica de tempo e memória na psicanálise, mostrando que o passado está inextricavelmente imbricado no presente.

Assim, da compreensão sobre a defesa contra ideias insuportáveis – compreensão esta que foi possibilitada a partir do momento em que Freud insere a historicização sem hipnose no tratamento e esbarra com a recaiância dos pacientes – segue-se a importante concepção de um inconsciente dissociado, com os consequentes desdobramentos de conflito psíquico. Segundo Jones (1989), a noção de defesa constitui a contribuição mais importante de Freud para a teoria psicopatológica no período compreendido entre 1890 e 1896.

A noção de defesa, na modalidade do recaiado ou da resistência, constitui uma virada tanto teórica quanto técnica na psicanálise. Observamos que Freud volta-se novamente para um dos símiles da rede apresentada (e constantemente colocada sob verificação) neste período com relação ao inconsciente e demonstra que o mesmo deixa de ter congruência e validade a partir da apreensão do fenômeno da resistência: trata-se da comparação estabelecida na “Comunicação Preliminar” do material patogênico com um corpo estranho. A ideia de um corpo estranho, afirma Freud (1895), não abarca a relação do material patogênico com as

outras camadas psíquicas, pressupõe apenas uma organização isolada e bem delimitada que gera uma inflamação reativa nas outras camadas. Além disso, a noção de corpo estranho leva ao entendimento de que a psicoterapia consiste em extirpar algo. Freud propõe então, no lugar da comparação com um corpo estranho, a analogia da organização patogênica com um infiltrado, em que suas fronteiras não são passíveis de serem delimitadas claramente. A resistência constitui aquilo que se infiltra e o objetivo da psicoterapia consiste não mais numa extirpação, mas em dissolver a resistência e permitir que a circulação chegue a regiões até então bloqueadas.

Vemos, portanto, que tanto a perda patologizante da memória, quanto o entrave à rememoração e historicização sob a forma de resistências, constituem o resultado de processos psíquicos defensivos. Não obstante, como observado no símile do infiltrado, a resistência não impossibilita o trabalho de rememoração e historicização terapêuticas. Apesar de constituir um importante obstáculo, ela engendra uma abertura para a compreensão acerca de quais ideias específicas eram rechaçadas e das motivações imiscuídas nesse rechaço.

A tarefa do psicoterapeuta passa a exigir, então, um trabalho de superação da resistência que se opõe à rememoração, à associação e à historicização e, para tal, Freud utilizou, neste início da construção de sua técnica terapêutica, a persuasão e a insistência a partir do “artifício técnico” (FREUD, 1893-95/2006, p. 285) da pressão sobre a testa, que nada mais era do que um “truque para apanhar temporariamente desprevenido um ego ansioso por defender-se” (idem, *ibidem*, p. 292) e desviar sua atenção da busca e reflexão conscientes. Apesar de os obstáculos jamais chegarem a ser totalmente superados, mesmo com a ajuda da técnica de pressão, o trabalho de “dissolver” (idem, *ibidem*, p. 303) paulatinamente a resistência indicava os caminhos a serem seguidos, os motivos da resistência e os pontos em que ela atuava mais intensamente, refazia ligações perdidas e desfazia falsas ligações e, lentamente, levava o paciente a reconstituir sua história.

Portanto, o gênio de Freud fez daquilo cuja finalidade principal é frustrar o trabalho terapêutico e impedir o acesso ao inconsciente – a resistência – um acurado meio de acesso ao recalçado e, nas palavras de Laplanche e Pontalis, ao “segredo da neurose” (2004, p. 459). No processo de rememoração a que levava seus pacientes, vemos um deslocamento do foco, anteriormente voltado para as lembranças esquecidas, para as resistências atuantes. Assim, o desvendar das resistências visava a uma recuperação da história e a uma nova distribuição econômica.

Neste ponto, evocamos um questionamento levantado por Viderman (1990) quanto à historicização na psicanálise:

Fica em pé que a questão à qual será necessário responder é a própria possibilidade de recuperar as recordações – de preencher as lacunas da memória, de restabelecer sua continuidade, resumindo: de reconstruir a história do sujeito. Pois parece que a multiplicidade e ambigüidade dos parâmetros colocados em jogo na cura analítica fazem com que toda interpretação profunda não re-construa a história do sujeito, mas, antes, construa uma história, inferida a partir de dados que não permitem concluir com certeza e cujas construções conservam sempre e necessariamente o caráter aleatório de uma aposta. (...) É assaz evidente que não é o passado que o paciente irá evocar através de todos os meios de distorção que as defesas lhe impõem, mas *seu* passado (VIDERMAN, 1990, p. 30).

Ante o pertinente questionamento de Viderman acerca da possibilidade da construção de uma história do sujeito, afirmamos, primeiramente, que a historicização inserida por Freud no tratamento psicanalítico não tem a finalidade de chegar ao conhecimento objetivo do passado. Sua relevância está no próprio historicizar em ato e no desvelamento que ele opera, reconstruindo sentidos e refazendo laços entre passado e presente a partir da relação viva e atual com o analista. Ou seja, tendo em vista os conceitos centrais da psicanálise de resistência e transferência, não se trata de buscar causas no passado para explicar o presente, mas de reconstruir (ou construir, com Viderman) e reconduzir a história no próprio ato de historicizar-se e narrar-se. E, assim como o umbigo dos sonhos vem apontar seu ponto insondável, também a história tem o seu umbigo, o irreconhecível do inconsciente, sua origem que só pode ser vislumbrada a partir das lendas e mitos.

Em segundo lugar, a questão levantada por Viderman nos remete a algumas reflexões próprias ao campo da historiografia, no sentido de um alargamento da noção de história. É ponto pacífico entre os historiadores e filósofos que se voltam para a historiografia, a imiscuição de interesses, ideologias, manipulações e diversas modalidades de distorções no fazer histórico. Não obstante, tal como afirma Le Goff (1990), essa constatação não pode levar a um abandono da noção de verdade em história; por meio do desmascaramento e da desmistificação e, inclusive, do entendimento sobre os processos de deformação, é possível aproximar-se da verdade histórica e compreender os mecanismos de poder, domínio e manipulação nele embutidos. A objetividade histórica, portanto, passa a estar desatrelada de uma pura submissão aos fatos históricos. Não existe um passado independente daquele construído pelo historiador ou pela memória coletiva – assim como, no âmbito psicanalítico, não existe o passado, mas o passado evocado pelo paciente – trata-se, outrossim, de uma

construção sujeita a constantes reconstruções e reinterpretações. Portanto, a historiografia surge “como sequência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões” (LE GOFF, 1990, p. 28). Ricoeur apresenta uma acurada reflexão acerca da objetividade histórica que merece ser aqui reproduzida *ipsis literis*:

A história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que o seu sentido se mantém confuso, misturado... A história é essencialmente equívoca, no sentido de que é virtualmente *événementielle* e virtualmente estrutural. A história é na verdade o reino do inexato. Esta descoberta não é inútil; justifica o historiador. Justifica todas as suas incertezas. O método histórico só pode ser um método inexato... A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tornar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstituir a distância e a profundidade da lonjura histórica. Finalmente, esta reflexão procura justificar todas as aporias do ofício de historiador (...). Estas dificuldades não são vícios do método, são equívocos bem fundamentados (RICOEUR, 1961, p. 226, apud LE GOFF, 1990, p. 22).

Levantamos brevemente estas questões da historiografia para demonstrar que a questão levantada por Viderman não é exclusiva da história pessoal que é inserida na psicanálise, mas faz parte do próprio paradigma histórico. Assim como não existe um passado e uma história independentes do historiador ou da memória coletiva, tal como ressaltado por Le Goff, tampouco existe, para a psicanálise, uma história mais exata, pertinente ou verdadeira do que aquela construída no aqui e agora da situação psicanalítica, entre paciente e analista. E é próprio da história estar entremeada de erros, enganos, mentiras, lacunas, distorções e equivocidades, o que não constitui “vícios do método” e nem reduz seu valor, seja na historiografia ou na psicanálise. “São equívocos bem fundamentados”, nas palavras de Ricoeur, que entram em cena a partir do momento em que a auto-observação, o falar acerca de si e de seu sofrimento, o relatar e colocar em romance são inseridos por Freud no processo terapêutico.

Na análise que faz sobre uma lembrança de infância de Leonardo da Vinci, em 1910, Freud se debruça sobre esta questão e afirma justamente que não são desprezíveis as lendas, mitos, interpretações e tradições que fazem parte da história:

A despeito de todas as distorções e mal-entendidos (*Entstellungen und Mißverständnissen*) elas ainda representam a realidade do passado (*Realität der Vergangenheit*): representam aquilo que um povo constrói com a experiência de seus tempos primitivos e sob a influencia de motivos que, poderosos em épocas passadas, ainda se fazem sentir na atualidade; e, se fosse possível, através do conhecimento de todas as forças atuantes, desfazer essas distorções, não haveria dificuldade em desvendar a verdade histórica que se esconde atrás do acervo lendário. Isto se aplica também às lembranças

da infância ou às fantasias do indivíduo (*Phantasien der einzelnen* – fantasias de cada um) (FREUD, 1910/2006, p. 92).

É certo que, à época dos *Estudos sobre a Histeria*, Freud ainda não se apercebera da importância das fantasias e ainda acreditava na realidade factual das histórias contadas por suas pacientes. Não obstante, essa observação feita a respeito da “lembrança do abutre” em Leonardo da Vinci, ainda que extemporânea com relação ao período que estamos analisando, é de grande pertinência para nossa presente reflexão, sobretudo no que vem informar sobre a imiscuição de forças que operam distorções naquilo que os pacientes recuperam de seu passado para constituir uma história, questão que já estava presente nos casos clínicos apresentados em 1895.

Nesse sentido, mesmo empenhando-se no trabalho de vencer as resistências, Freud deparou-se com narrativas da história pessoal que emergiam de maneira retalhada e deformada – permeadas de lacunas, contradições, interrupções, dissimulações, manipulações, desconexões, obscuridades, falsas ligações, negação, sobreposições e mutilações:

Voltando a olhar de um período posterior para um período anterior da análise, muitas vezes ficamos atônitos diante da maneira mutilada com que surgiram todas as ideias e cenas que extraímos do paciente pelo método de pressão. Precisamente os elementos essenciais do quadro estavam faltando – a relação do quadro com o próprio paciente ou com os principais conteúdos de seus pensamentos – e eis porque ele permanecia inteligível (FREUD, 1893-95/2006, p. 295).

Com isso percebemos que, a partir do momento em que uma maneira particular de historicização – uma historicização pessoal – é inserida no tratamento psicoterápico, junto a ela também é inserida uma problemática própria das reflexões epistemológicas da historiografia: a questão da verdade e da objetividade históricas, das distorções envolvidas no fazer história, das falsificações, omissões, manipulações, enfim, da relação da história com a realidade, questão esta que acaba por desembocar em um questionamento da própria definição de *realidade* e *verdade* históricas.

Portanto, enfatizamos mais uma vez que, ao tratarmos da historicização em psicanálise, concebemos história em sentido amplo, que inclui os erros e falhas de memória, enganos e mentiras, omissões e lacunas, evocações míticas, poéticas, utópicas ou fantásticas do passado. Estas deformações não apenas perdem seu caráter desprezível no âmbito da psicanálise; elas passam a ser fenômenos centrais na teoria e terapêutica freudianas na medida

em que constituem uma manifestação do funcionamento inconsciente do psiquismo. Tal como afirma Lacan,

O inconsciente é esse capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser reencontrada; o mais das vezes ela já está escrita em algum lugar. A saber:

- nos monumentos: e isso é meu corpo, isto é, o núcleo histérico da neurose onde o sintoma histérico mostra a estrutura de uma linguagem e se decifra como uma inscrição que, uma vez recolhida, pode sem perda grave, ser destruída;

- nos documentos de arquivos também: e são as recordações de minha infância, impenetráveis como eles, quando eu não conheço a proveniência;

- na evolução semântica: e isso responde ao estoque e às acepções do vocabulário que me é particular, como ao estilo de minha vida e a meu caráter;

- nas tradições também, e mesmo nas lendas que sob uma forma heroicizada veiculam minha história;

- nos rastros, enfim, que conservam inevitavelmente as distorções, necessitadas pela emenda do capítulo adulterado nos capítulos que o enquadram, e das quais minha exegese restabelecerá o sentido. (LACAN, 1953 [1998], p. 260 - 261).

2.4: Estratificação e exumação

Após essa longa mas inevitável passagem pela introdução da rememoração e historicização na psicanálise, podemos adentrar especificamente na arqueologia do psiquismo proposta por Freud. Inevitável, pois, como explicitamos anteriormente, a arqueologia – tal como evocada por Freud em seu trabalho terapêutico – inscreve-se num contexto histórico: a história constitui a metáfora de raiz com relação à metáfora arqueológica. E, além disso, acreditamos que foi a introdução da colocação em romance e historicização no tratamento psíquico que engendrou, no pensamento freudiano, uma analogia do seu trabalho terapêutico com o trabalho arqueológico. E, ainda aqui, a história fará sua intrusão em nossa análise, uma vez que está inextricavelmente ligada à arqueologia – e à psicanálise.

A arqueologia, como o estudo do homem no tempo por meio de seus elementos materiais, tem como uma de suas condições de trabalho mais comuns a escavação. Ainda que a arqueologia não seja restrita à escavação e ao desenterramento, essa prática mantém sua

crucial importância tanto na práxis quanto na reflexão metodológica e teórica da arqueologia e constitui a principal maneira de produção da documentação arqueológica. (FUNARI, 1988). Na primeira metáfora arqueológica citada por Freud (aquela que encabeça o presente capítulo), em 1895, ele compara, especificamente, o processo desenvolvido no tratamento da Srta. Elisabeth (transformado posteriormente num método regular) com a escavação de uma cidade soterrada. Esse processo, portanto, consistia numa “investigação profunda” (p. 165) em que o material psíquico patogênico era removido, “camada por camada” (p. 165). Percebe-se, então, que o trabalho psicanalítico é visto por Freud, nesse momento, em estreita aproximação com o trabalho arqueológico que revela, nas camadas geológicas de idades e organizações diferentes, os distintos planos estratigráficos, artefatos, objetos e inscrições a serem decifrados.

Neste ponto, vemos que a metáfora arqueológica evoca, por sua vez, a metáfora geológica: embora a estratificação arqueológica ou antrópica, na medida em que lida com o resultado de ações humanas, apresente importantes diferenças com relação à estratificação geológica, ambas estão articuladas entre si. E a estratificação geológica, por sua vez, respondeu a uma preocupação básica dos primeiros escavadores, qual seja, a da datação relativa (FUNARI, 1988). Dessa maneira, o princípio básico de superposição da estratificação geológica vem informar que, quando da formação dos estratos, os superiores são mais recentes do que os inferiores.

Freud (1895), com base no pressuposto de que o material psíquico patogênico, tido como esquecido e inacessível, acha-se, ao contrário, de alguma maneira à disposição e “em ordem correta e adequada” (p. 300) – contanto que as resistências que interpolam o caminho para o material sejam removidas – apresenta uma organização do material psíquico de maneira análoga à estratificação geológica:

O material psíquico nesses casos de histeria apresenta-se como uma estrutura em várias dimensões (*mehrdimensionales Gebilde*), estratificada de pelo menos três maneiras diferentes (*dreifacher* – três camadas) (...). Para começar, há um núcleo (*Kern*) que consiste em lembranças de eventos ou sequências de ideias em que o fator traumático culminou, ou onde a ideia patogênica encontrou sua manifestação mais pura. Em torno desse núcleo encontramos o que é muitas vezes uma quantidade incrivelmente grande de outro material mnêmico (*Erinnerungsmaterial*) que tem de ser elaborado (*durcharbeiten*) na análise e que está, como dissemos, arranjado numa ordem tríplice (*dreifacher Anordnung*) (FREUD, 1893-95/2006, p. 301).

A primeira dessa ordem tríplice diz respeito, segundo Freud, à organização do material psíquico numa “inconfundível ordem cronológica linear” (idem, ibidem, p. 301) com relação a cada tema isolado. Assim como na estratificação geológica, Freud afirma que as camadas superiores são as mais recentes e as inferiores as mais antigas. No trabalho de escavação, parte-se de camadas de terra mais superficiais, e portanto mais recentes, para, na medida em que se escava mais profundamente, chegar às camadas mais antigas historicamente. De maneira análoga, Freud observa que, no relato dos pacientes em análise, as primeiras lembranças evocadas são aquelas relativas a acontecimentos mais recentes; somente com um aprofundamento e remoção das resistências as lembranças mais antigas no tempo são reproduzidas.

O segundo tipo de arranjo diz respeito a uma estratificação de cada agrupamento temático em torno do núcleo patogênico. Quanto mais profundo e próximo do núcleo patogênico, maior é a resistência imposta para trazer à luz o material psíquico, assim como maior é a quantidade de terra a ser retirada e o trabalho exigido numa escavação geológica ou arqueológica. Além disso, quanto mais próximas do núcleo, mais irreconhecíveis são as lembranças. O terceiro tipo de arranjo é de característica dinâmica, em contraposição ao caráter morfológico das outras duas maneiras de arranjo, e está ligado ao conteúdo do pensamento.

Pouco tempo depois, na carta enviada a Fliess em 6 de dezembro de 1896, Freud novamente apresenta um modelo do psiquismo como uma sedimentação em camadas ao formular um aparelho estratificado em três níveis, modelo este que permanecerá por mais de vinte anos: os sistemas “consciente”, “pré-consciente” e “inconsciente”.

Percebe-se, portanto, que Freud fez largo uso do modelo geológico que leva à compreensão do psiquismo como superposição de camadas sedimentárias. Segundo Schneider, essa utilização de metáforas geológicas insere-se em um contexto mais amplo, não restrito apenas à psicanálise, mas relacionado ao impacto das descobertas geológicas sobre a maneira de compreender os espaços e processos psíquicos: “O solo deixará de ser visto como o plano que sustenta a aventura humana para tornar-se o paradigma das estratificações e forças que o homem carrega em si” (SCHNEIDER, 1977, p. 53. Tradução nossa). Bergson, por exemplo, foi outro autor que explorou o psiquismo a partir do modelo geológico, não centrado em superposições de camadas, como Freud, mas sobre a ação do fogo e de forças vivas.

Além disso, trata-se, segundo Schneider, não da transposição de um domínio sobre o outro, mas de um movimento circular de empréstimos que entrelaça na mesma busca a interrogação sobre a figura do mundo e a interrogação sobre a figura de nossa própria configuração subterrânea. Ao mesmo tempo em que a exploração da vida psíquica segue uma tendência de utilizar-se de imagens e modelos geológicos – como o campo psicanalítico, que é enriquecido e carregado pelas descobertas geológicas de estruturas subterrâneas – o terreno de pesquisa geológico foi humanizando-se como se, através das estratificações e dos movimentos telúricos, fosse a uma descoberta de seus espaços internos e de seus próprios impulsos tectônicos que o homem se lançou (SCHNEIDER, 1977).

Ainda com Schneider (1977), a metáfora geológica utilizada por Freud, ao remeter ao modelo de estratificação do solo, consiste essencialmente em um convite de referir todo movimento de superfície a uma pluralidade estratificada de infraestruturas subterrâneas, heterogêneas umas em relação a outras, tendo o privilégio de tornar patente o encobrimento de diversas fases que resumem o desenvolvimento histórico.

No âmbito geológico, a estratificação das camadas de terra pode proporcionar um resumo sensível da ação e do papel da história, o que confere ao solo uma profundidade estruturada, progressiva e temporal. Nisso consiste o interesse freudiano pela metáfora geológica, isto é, a confirmação de uma visão historicizante do ser. Nesse sentido, Schneider afirma que a terra passa a constituir o paradigma daquilo que, no homem, em nível vital, psíquico e histórico, é formado por uma sucessividade do tempo, em uma série por vezes descontínua de movimentos, sedimentação e pressão: “o solo adquire a imagem, para o homem, não mais daquilo que o sustenta, mas daquilo que ele carrega em si mesmo, daquilo que lhe confere densidade e enraizamento” (1977, p. 57). Afirmamos, portanto, que o que foi tomado de empréstimo por Freud da geologia consiste na elucidação do determinante papel da história, não apenas como promotora de transformações, mas como próprio fator de constituição.

Afirmamos, então, que o uso do modelo de estratificação geológica para representar a estruturação e organização do aparelho psíquico coaduna-se com as imagens espaciais utilizadas por Freud que conferem ao psiquismo uma profundidade e caracterizam a psicanálise como psicologia profunda. No capítulo I, demonstramos a profusão de imagens e metáforas que polarizam o psiquismo entre acima (consciência) e abaixo (inconsciente) e o colocam em profundidade espacial, assim como a metáfora do reino das sombras e maus

espíritos. Mas a profundidade evocada pela metáfora geológica, uma vez que se trata de uma profundidade estruturada, progressiva e datada, traz um importante sentido que vai além da espacialização ou polaridade acima e abaixo, a saber, sua dimensão temporal e histórica. Mais especificamente, afirmamos, com Ricoeur (1977), que é o entrelaçamento entre a função de temporalização exercida pela consciência e a característica do inconsciente de ser excluído do tempo que engendra, no freudismo, um sentido do profundo e do abissal.

Conforme afirma Laplanche (1993), o recalque situa-se justamente nesse entrelaçamento entre o nível da temporalização operada pela consciência – com a colocação em romance e auto-teorização continuada – e a atemporalidade do inconsciente, precisamente como aquilo que foi excluído do tempo, como resíduos não traduzidos do processo de temporalização. Nessa perspectiva, Laplanche considera o adjetivo atemporal – *zeitlos* – não como uma qualificação extrínseca do inconsciente, dessa “outra coisa em nós” (LAPLANCHE, 1993, p. 84), mas como a designação do seu próprio ser, determinado por sua gênese: exclusão do trabalho de temporalização.

Na perspectiva da metáfora geológica do aparelho psíquico, vemos em Freud uma fascinação pelo originário que se torna patente, principalmente nos *Estudos sobre a Histeria*, na procura empreendida em seus tratamentos – a partir da exploração camada após camada – pelo arcaico, pelas primeiras palavras, primeiras impressões e acontecimentos que desencadearam a neurose. E esse originário tornou-se de tal maneira estrangeiro à pessoa, excluído do seu tempo e espaço, que ela sequer o reconhece como seu: “quanto mais nos aprofundamos, mais difícil se torna o reconhecimento das lembranças emergentes, até que, perto do núcleo, esbarramos em lembranças que o paciente renega até mesmo ao reproduzi-las” (FREUD, 1893-95/2006, p. 301).

No caso da Srta. Elisabeth Von R., essa busca mostra-se claramente: a partir das lacunas observadas no discurso da paciente, em seus pontos obscuros ou em que faltava um elo na cadeia causal, Freud aprofundava a investigação, descendo para camadas mais profundas e arcaicas. É dessa maneira que ele é conduzido a descrever as camadas das lembranças de Elizabeth de maneira calcada no modelo arqueológico e geológico, como a estratificação sedimentada da terra: a visita de verão à estação de água e seus sentimentos de esgotamento, preocupação e solidão constituem a cena I que, ao ser removida por meio da narrativa (como se remove uma quantidade de terra na escavação), traz à luz a cena II, em que ela se vê bastante tocada pela felicidade observada na irmã com relação ao seu casamento e

em que sente o desejo de ter um marido disposto e cuidadoso como o cunhado. Esta cena remete, por sua vez, a outra cena mais profunda: diante de sua irmã morta, Elisabeth é invadida pelo conflitivo pensamento de que agora seu cunhado estaria livre para ela.

Vemos, portanto, que a última e mais profunda cena é aquela que esclarece a histeria de Elisabeth, ligada ao conflito entre suas convicções morais e suas representações de natureza erótica, seja com relação à época em que seu pai estava enfermo e ela autocensurava-se intensamente por sentir desejos eróticos por um rapaz logo quando seu pai mais precisava de seus cuidados, seja no que diz respeito aos seus sentimentos de atração justamente por um homem que lhe era totalmente proibido.

Portanto, com seu trabalho terapêutico, Freud esperava encontrar, depois de escavadas as diversas camadas psíquicas, um tangível tesouro que viesse a constituir a chave para as lacunas presentes nas histórias de suas pacientes, tesouro semelhante àqueles descobertos pelas grandes escavações arqueológicas. Dessa maneira, a escavação psíquica proposta por Freud torna patente a importante injunção entre o presente e o passado que foi conservado sob as diversas camadas sedimentadas. Na concepção de Freud, assim como na Pompeia soterrada em que as cinzas conservaram a cidade, as representações psíquicas do inconsciente, por estarem isoladas das demais representações, não estão sujeitas ao desgaste natural do tempo, permanecendo vivas e atuantes. Portanto, por trás dos tesouros, cenas e imagens, Freud buscou aquilo que permanecia vivo, que atuou e continuou atuando intensamente.

Sustentado pela crença no traumatismo de uma sedução na infância, Freud pretendia sacar à luz esse originário patogênico: as lembranças relacionadas ao trauma, preservadas como fósseis psíquicos. Nesse sentido, a psicanálise é inserida no outro campo da arqueologia, complementar à reconstrução da história do sítio arqueológico a partir da escavação estratigráfica: o desenterramento que visa à evidência de estruturas fixas e à recuperação de objetos preciosos e artefatos. Enquanto na arqueologia é necessário um imenso trabalho para livrar da terra os muros, colunas, pavimentos e exumar integralmente – na medida em que uma atividade destrutiva como a escavação permite – os materiais e objetos antigos, na psicanálise, o esforço é exigido para a remoção das resistências que impedem o acesso ao material patogênico.

Funari (1988) mostra como os obstáculos materiais (terra, construções recentes, etc), interpostos entre o arqueólogo e seu objeto, constituem um aspecto do próprio objeto de

pesquisa: “partes principais do seu esqueleto – e, portanto, igualmente meios de informação (a distância entre uma ocupação e outra, a ausência de ocupação, a consistência de um determinado estrato arqueológico, são todos dados importantes a serem explicados)” (idem, *ibidem*, p. 37). Da mesma maneira, a interpretação das resistências proporcionava a Freud valiosas informações, direcionamentos e os pontos em que elas atuavam de forma mais intensa e, assim, passou a constituir, junto com a interpretação da transferência, uma importante especificidade de sua técnica.

Outra congruência de grande importância e pertinência na conjunção entre psicanálise e arqueologia situa-se na destrutividade presente no processo de exumação. Além da destruição causada no próprio desenterramento – as camadas e construções que se encontram acima do nível a ser desenterrado são literalmente destruídas, como as construções medievais da Itália ou bizantinas e romanas na Grécia (FUNARI, 1988) –, os objetos arqueológicos, ao serem exumados com o mínimo de dano possível, ficam sujeitos a se desfazerem e desgastarem com o tempo. A destrutividade da exumação também se apresenta, pelo menos, de duas maneiras na psicanálise. Em primeiro lugar, manifesta-se na forma retalhada e mutilada com que o material psicogênico é trazido à luz; o psicoterapeuta deve, então, restaurá-lo e reorganizá-lo: “qualquer um que sinta atração por novas analogias poderá pensar, a esta altura, num quebra-cabeças chinês” (FREUD, 1893-95/2006, p. 304).

E, em segundo lugar, a destruição apresenta-se, no início do percurso freudiano, como esperança otimista de cura. *Flavit e dissipati sunt*¹⁴, “ele soprou, e foram dissipados”, é a citação que Freud pretendia colocar como epígrafe no capítulo sobre a terapêutica em sua pretensa obra sobre as neuroses. Freud, então, nutria o otimismo esperançoso de que bastava sacar à luz as recordações patogênicas recalçadas, desde que acompanhada pela ab-reação do afeto, para que fossem dissipados os sintomas e sofrimentos do paciente:

...cada sintoma histérico individual desaparecia (*verschwanden*), de forma imediata e permanente (*sogleich und ohne Wiederkehr* – imediata e sem retorno), quando conseguíamos trazer à luz com clareza (*zu voller Helligkeit zu erwecken*) a lembrança do fato que o havia provocado e despertar o afeto que o acompanhara, e quando o paciente havia descrito esse fato com o maior número de detalhes possível e traduzido o afeto em palavras (*in*

¹⁴ Segundo Anzieu (1975), trata-se da inscrição gravada em uma medalha inglesa, cunhada em comemoração à vitória dos ingleses sobre a invencível armada espanhola de Philippe II, em 1588.

möglichst ausführlicher Weise schilderte und dem Affekt Worte gab) (idem, ibidem, p. 42).

Vemos, portanto, que os tratamentos exibidos nos *Estudos sobre a Histeria* estão firmemente ancorados na crença em fósseis psíquicos ligados a experiências originárias traumáticas; a exumação desses fósseis-lembranças originários, juntamente com o afeto que os acompanhava, levaria à sua redução a pó, a partir da “correção associativa” (idem, ibidem, p. 271), e a uma nova circulação do afeto que se encontrava estrangulado. Posteriormente, sobretudo após a derrocada da neurótica, Freud percebe que as lembranças não coincidem exatamente com os acontecimentos, como se estes estivessem literalmente fossilizados e conservados; o originário que é recuperado pelo trabalho analítico passa a ser concebido, então, como uma construção, uma composição entre o originário propriamente dito e desejos e fantasias que o recobrem.

Cumprе ressaltar que a metáfora da destruição envolvida na exumação arqueológica apresenta algumas limitações quando trazida para o âmbito psicanalítico, ainda que Freud a tenha empregado inclusive num momento relativamente mais avançado do desenvolvimento da psicanálise, em 1909, no tratamento do Homem dos Ratos. Freud utilizou-se precisamente da destruição à qual estavam fadados os objetos arqueológicos para esclarecer para seu paciente a validade terapêutica da descoberta dos conteúdos inconscientes ligados de fato a sua autocensura, aparentemente infundada. Freud mostra ao Homem dos Ratos as antiguidades de seu consultório afirmando que o enterramento foi a maneira pela qual todos aqueles objetos foram preservados; o mesmo dava-se com os conteúdos do inconsciente que não passavam pelo processo de desgaste do tempo. Freud então relata a seu paciente a destruição de Pompeia após ter sido desenterrada, destruição que também acometeria os conteúdos inconscientes se eles fossem sacados à luz. Quanto a essa destruição à qual estavam fadados os objetos arqueológicos que eram desenterrados, Laplanche (1981) lembra uma interessante curiosidade sobre o consultório de Freud: a jovem servente que recebia os pacientes tinha a missão de orientá-los para que não tocassem, de maneira alguma, o rolo de papiro que se encontrava pendurado perto do divã, caso contrário, ele viraria pó.

2.5 Fazer as pedras falarem – *Saxa loquuntur*

A arqueologia descende de uma prática em que o interesse estava voltado para o próprio objeto, com uma postura inclusive de fetichização dos objetos arqueológicos. Contudo, ela desenvolveu-se paulatinamente em direção a uma prática não mais a serviço do objeto, como nos casos da antiga arqueologia dos salteadores de tumbas e ruínas e dos colecionadores, mas a serviço da compreensão do homem no tempo, de sua história, a partir de fontes materiais. “O arqueólogo não desenterra coisas, mas povos” é uma máxima da arqueologia, enunciada em 1954 por Mortimer Wheeler (RAPOSO E SILVA, 1996), que condensa uma concepção arqueológica humanista e histórica, segundo a qual a exumação de objetos só tem sentido quando os mesmos são inseridos em seu contexto de origem e, sobretudo, se colocados em relação, no âmbito de uma problemática histórica e cultural. No mesmo sentido, evocamos a afirmação de outro importante arqueólogo, Leroi-Gourhan (1950): “Se se escava por causa dos objectos, então vale mais consagrar-se a outra coisa” (apud RAPOSO, 1996, p. 74).

Também nesse aspecto, a metáfora arqueológica mostra sua força e acurácia no domínio psicanalítico. A exumação psíquica tratada anteriormente pode parecer a doce e entusiasta esperança freudiana de cura: basta trazer à luz as lembranças patogênicas para que os sintomas sejam destruídos e todo o sofrimento e incapacidades dos pacientes sejam dissipados. Contudo, desde o momento em que ela é proposta, Freud mostrou com clareza seus limites, presentes também na exumação da arqueologia, que por si só não traz importantes contribuições sobre o homem. Assim, Freud sempre marcou com clareza que não basta trazer à luz a lembrança traumática se esta não vier acompanhada do afeto a ela relacionado.

E mais, a lembrança não pode seguir, ainda que desenterrada, como um grupo psíquico isolado do complexo de associações. Para que tenha eficácia terapêutica, a representação inconsciente exumada deve ser submetida a um trabalho de elaboração associativa (*assoziative Verarbeitung*), a partir do qual se dá uma correção do curso psíquico, restituição de laços perdidos e reconstrução da trama histórica. Retomemos a metáfora freudiana de 1896, por meio da qual somos conduzidos a uma região pouco conhecida (a proximidade com o inconsciente não é mera coincidência), tomada por uma área de ruínas, colunas, lápides e escombros. Após o trabalho de limpeza e escavação da área, descobre-se que

As paredes tombadas são parte das muralhas de um palácio ou de um depósito de tesouro; os fragmentos de coluna podem reconstituir um templo; as numerosas inscrições, que, por um lance de sorte, talvez sejam bilíngües, revelam um alfabeto e uma linguagem que, uma vez decifrados e traduzidos, fornecem informações nem mesmo sonhadas sobre os eventos do mais remoto passado em cuja homenagem os monumentos foram erigidos. *Saxa loquuntur!*(FREUD, 1896/2006, p. 190).

A arqueologia faz as coisas mudas falarem, faz com que digam o que por si próprias e isoladamente elas não dizem, reconstrói a história do homem. Os materiais arqueológicos, restos de muralhas, fragmentos de colunas, pedaços de pedras com inscrições deixam de ser mudos e estáticos e inserem-se no tempo numa cadeia histórica. *Saxa loquuntur*: as pedras falam, desde que, após o árduo trabalho de pesquisa do sítio arqueológico, escavação e desenterramento, sejam submetidas a uma leitura específica, decifração, interpretação e inserção numa relação.

Enfatizamos, portanto, que a simples exumação de representações inconscientes não tem importante eficácia terapêutica. Freud deixou isso claramente explícito quando percebeu a limitação de sua analogia com um corpo estranho: a psicoterapia não consiste em extirpar algo, mas em vencer resistências e, a partir disso desobstruir a circulação psíquica (FREUD, 1893-95/2006). Consiste em fazer com que os sintomas, sonhos, atos falhos e repetições dos pacientes – todos esses fenômenos até então considerados dejetos e resíduos do homem – deixem de ser mudos e falem como testemunhas de sua história psíquica.

Para tal, as lembranças e representações exumadas não podem permanecer dissociadas e inertes, devem recobrar vida e ser percorridas e entrelaçadas por uma cadeia histórica. Mais uma vez, vêm à cena a historicização, a reconstituição de laços e cadeias, o estabelecimento de conexões causais, a reintegração associativa, a simbolização, a recomposição e, finalmente, a reconstrução da trama histórica que constitui a vida psíquica. Assim, o desenvolvimento da psicanálise freudiana mostrou que, ainda que presente o processo de recuperação de lembranças inconscientes – ou exumação –, o verdadeiro efeito terapêutico situa-se no trabalho de interpretação das resistências, nas construções e interpretações, na elaboração e, principalmente, na transferência.

Ademais, a observação do significado do termo alemão *Verarbeitung*, elaboração, leva-nos a afirmar que o processo implicado na terapêutica freudiana exige ainda mais do que a leitura, decifração, interpretação e encadeamento, trazidos pela metáfora arqueológica. Empregado por Freud desde os primeiros até os últimos escritos, mesmo após a reformulação

de importantes pressupostos psicanalíticos, *Verarbeitung* indica, segundo Hanns (1996), um sentido de transformação processual, isto é, um trabalho de modificação, dissolução, rearranjo, absorção e, principalmente, de assimilação do material de maneira prolongada no tempo. Portanto, a utilização desse termo por Freud atesta a exigência, para a o êxito terapêutico, de um processo que envolve, além da profunda transformação e associação, uma integração, ou seja, um tomar para si, uma “digestão visceral” (HANNNS, 1996, p. 208). Nesse sentido, a colocação em história presente na psicanálise implica não somente um encadeamento a partir de uma perspectiva externa, mas um movimento de acolhimento e admissão de algo anteriormente estrangeiro em sua própria trama histórica.

A eliminação dessa distância entre o material exumado e si mesmo está relacionada ao que foi traduzido por “tomada de consciência”. Essa noção, ao ser traduzida para o português – “tomada de consciência” –, leva a uma compreensão intelectualizada, quase pedagógica, do fenômeno que, em alemão, foi denominado por Freud de *Annahme* ou *Aufnahme*. Ao contrário dessa visão pedagógica, como uma tomada de conhecimento externa e objetivada, o termo alemão *Annahme*, segundo Schneider (1993), implica uma admissão, assimilação, num movimento que engaja a própria pessoa e no qual ela se reconhece implicada em uma trama que gostaria de negar:

Não se trata somente de constatar um processo, mas de desposá-lo, de acolhê-lo em si, de dar-lhe um lugar, e quando se trata de representações anteriormente apreendidas como insuportáveis, este movimento de admissão evoca mais a ideia de uma abdicação que de uma tomada de poder, e compreende-se que o sujeito ‘resiste’, tanto quanto pode, antes de aceitar a rendição (SCHNEIDER, 1993, p. 72).

É nesse sentido ampliado pela compreensão do termo *Annahme* que devemos observar, no caso de Elizabeth Von R., o processo que se dá após a exumação do grupo de representações relativo ao amor nutrido por seu cunhado, “cuja aceitação na consciência (*Aufnahme in ihr Bewusstsein*) deparara com a resistência de todo o seu ser moral” (FREUD, 1893-95/2006, p. 180). Na edição brasileira, tem-se a seguinte passagem: “o resgate dessa representação recalcada teve um efeito devastador sobre a pobre moça” (idem, ibidem, p. 180). Contudo, ao observarmos a passagem em alemão, percebemos que não foi o “resgate” – ou, na perspectiva arqueológica que viemos traçando até aqui, a “exumação” – que exerceu esse efeito devastador, e sim o acolhimento, a *Aufnahme*: “*Der Effekt der Wiederaufnahme jener verdrängten Vorstellung war ein niederschmetternder für das arme Kind. (Krankengeschichten, G.W: I, 222)*”

Portanto, não é o conhecimento externo e objetivo do amor sentido por seu cunhado que leva Elizabeth ao desespero e ao pranto copioso, e sim a percepção de sua impotência diante do reconhecimento de que está presa e invadida por esse amor, “descobrimo como seu, um movimento que ela queria poder olhar como simples possibilidade” (SCHNEIDER, 1993, p. 180). Assim, a tomada de consciência implicada na terapêutica freudiana é contrária a uma afirmação de controle sobre o objeto, tal como o que se dá na arqueologia. Como afirma Schneider,

recebendo nela uma representação, é, em certo sentido, sua sujeição que assinala a consciência. É o fim de um combate. O objetivo da resistência era, na verdade, manter a ilusão da exterioridade, permitindo ao sujeito evitar essa queda em si, este abandono em que consiste o “reconhecimento da realidade” (idem, ibidem, p. 73).

A noção de *Annahme*, por conseguinte, invalida as metáforas de expulsão e extirpação usadas inicialmente por Freud, que se apercebe a tempo desse engano e afirma com veemência que a psicoterapia não deve extirpar nada (1894). Portanto, a exumação trazida para dentro da cena psicanalítica, por meio da metáfora arqueológica, deve ser encarada como uma fase de um processo maior, mais próximo da incorporação do que da expulsão. Se algo deve ser exumado no tratamento proposto por Freud, é somente na medida em que esse trazer à luz é necessário para a posterior assimilação: para a “rendição a isto que não está frente a si, mas já em si”, nas palavras de Schneider (idem, ibidem, p. 73), o que está bem distante de uma ideia em que bastaria trazê-lo à luz para que todo o sofrimento fosse reduzido a pó, assim como o papiro do consultório de Freud, sujeito a esfacelar-se ao menor toque.

A capacidade de assimilação e historicização engendrada pelo processo psicanalítico, contudo, é limitada; limites estes que foram reconhecidos por Freud ao afirmar a existência de restos insondáveis e inassimiláveis no psiquismo. Há objetos que resistem à rememoração, à integração, à inserção na cadeia histórica e, portanto, à restituição ou construção de sentido. Na reflexão que faz sobre a relação da psicanálise com a arqueologia, Laplanche (1981) utiliza-se dessa constatação para afirmar a existência, na psicanálise, de um aspecto da arqueologia de velho cunho, dos colecionadores e salteadores, que se voltavam para os objetos isolados, e não para sua inserção no contexto histórico-cultural. Há, no psiquismo, restos infantis indestrutíveis, que são, segundo Laplanche, o mais penoso, mas também o mais delicioso de nossa existência: constituem fonte de desprazer, de sintomas e de angústia, mas também fontes de desejo e de fascínio. Dessa maneira, Laplanche situa a psicanálise tanto no âmbito da arqueologia histórica, quanto no âmbito da arqueologia dos colecionadores e

fetichizadores de objetos antigos: deve-se integrar e tornar próprio aquilo que é passível de ser integrado e, ao mesmo tempo, deve-se exumar, olhar de frente e respeitar aquilo que é irreduzível e está fadado para sempre a ser um objeto estrangeiro.

CAPÍTULO III

A GRAFIA E OS FUEROS:

O PRIMEIRO MODELO DO APARELHO PSÍQUICO

Gostaria de acentuar o fato de que os sucessivos registros representam a realização psíquica de épocas sucessivas da vida. Na fronteira entre essas épocas deve ocorrer uma tradução do material psíquico. Explico as peculiaridades das psiconeuroses com a suposição de que essa tradução não se fez no caso de uma determinada parte do material, o que provoca determinadas consequências. Pois sustento firmemente a crença em uma tendência ao ajustamento quantitativo. Cada transcrição subsequente inibe a anterior e lhe retira o processo de excitação. **Se falta uma transcrição subsequente, a excitação é manejada segundo as leis psicológicas vigentes no período anterior e consoante as vias abertas a essa época. Assim, persiste um anacronismo: numa determinada região ainda vigoram determinados 'fueros', estamos em presença de 'sobrevivências'.**

Uma falha na tradução – isso é o que se conhece clinicamente como 'recalque'. Seu motivo é sempre a produção de desprazer, que seria gerado por uma tradução; é como se esse desprazer provocasse um distúrbio do pensamento que não permitisse o trabalho de tradução (FREUD, 1896/2006, p. 283).

3.1 Traços mnésicos: a introdução da metáfora de impressão gráfica sobre a superfície estratificada

No capítulo precedente, abordamos o modelo de estratificação geológica utilizado por Freud para representar a formação do psiquismo. Freud, nessa mesma perspectiva, apresenta na carta 52 um modelo de aparelho psíquico cuja estrutura é estratificada e orientada de uma extremidade perceptiva a uma extremidade motora. Entre a percepção (W) e a consciência (Bew), Freud apresenta uma estratificação em, pelo menos, três níveis – ou sistemas:

- *W* [*Wahrnehmungen* (percepções)] são os neurônios em que se originam as percepções, às quais a consciência se liga, mas que, nelas mesmas, não conservam nenhum traço do que aconteceu. Pois a consciência e a memória são mutuamente exclusivas.
- *Wz* [*Wahrnehmungszeichen* (indicação da percepção)] é o primeiro registro (*Niederschrift*: escrito, nota, registro, manuscrito, redação, minuta), das

percepções; é praticamente incapaz de assomar à consciência e se dispõe conforme as associações por simultaneidade.

- *Ub* [*Unbewusstsein* (inconsciência)] é o segundo registro, disposto de acordo com outras relações (talvez causais). Os traços *Ub* talvez correspondam a lembranças conceituais; igualmente sem acesso à consciência.
- *Vb* [*Vorbewusstsein* (pré-consciência)] é a terceira transcrição, ligada às representações verbais e correspondendo ao nosso ego reconhecido como tal. As catexias provenientes de *Vb* tornam-se conscientes de acordo com determinadas regras; essa consciência secundária do pensamento é posterior no tempo e provavelmente se liga à ativação alucinatória das representações verbais, de modo que os neurônios da consciência seriam também neurônios da percepção e, em si mesmos, destituídos de memória (FREUD, 1896/2006, p. 284).

Este modelo constitui a primeira hipótese do desenvolvimento cronológico do aparelho psíquico apresentada por Freud, traz a topologia psíquica diferenciada em três sistemas e torna patentes suas considerações teóricas iniciais sobre a maneira como se dá o registro do material psíquico e sobre os fenômenos da percepção, memória, consciência e, ainda, do recalque. Chamamos a atenção para o fato de que Freud, por meio desse modelo, acrescenta uma organização em sistemas de registros e inscrições à topologia e diferentes sistemas de funcionamento já percebidos em 1892, explicitados por meio da metáfora do reino das sombras e maus espíritos.

Como observado na citação acima, ainda que Freud faça referência aos neurônios de cada registro, estes não apresentam nenhuma relevância no presente modelo do aparelho psíquico. Nesse sentido, a carta 52 atesta um relativo afastamento de Freud do embasamento neurofisiológico que, um ano antes, no *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895) apresentava grande força e predominância. Ele já compreendera que somente o aparelho neurológico não é suficiente para explicar a complexidade do psiquismo humano.

Desde já, Freud apresenta a determinante distinção entre percepção e memória, destinando-lhes diferentes sistemas e apresentando os diversos níveis de registro do conteúdo perceptivo no aparelho psíquico. A extremidade externa do aparelho é representada pelo polo perceptivo (*Wahrnehmungen*), que não é capaz de conservar qualquer traço ou registro e não apresenta, portanto, nenhuma forma de memória. Essa distinção entre memória e percepção baseia-se na impossibilidade de que um mesmo sistema possa realizar operações entre si contraditórias, quais sejam, armazenar os traços das percepções a partir de uma alteração permanente que gere memória e, ao mesmo tempo, manter um espaço e abertura para a receptividade de novas percepções. Essa impossibilidade de que uma mesma instância seja

responsável pela memória e pela percepção já fora levantada nos *Estudos sobre a Histeria*, por Breuer, que afirmara que “o espelho de um telescópio de reflexão não pode ser, ao mesmo tempo, uma chapa fotográfica” (BREUER, 1893-95/2006, p. 210). A diferenciação tópica entre a memória e a percepção também foi desenvolvida amplamente por Freud, em 1924, através do modelo do “bloco mágico”.

Os traços mnêmicos, portanto, são alojados para além de onde se dá a percepção, de acordo com o tipo de associação engendrado. O sistema *Wz* – *Wahrnehmungszeichen* (indicação da percepção ou signo da percepção) – constitui esse primeiro registro dos traços das percepções, no qual a associação se dá por simultaneidade temporal e que é praticamente incapaz de emergir à consciência. O segundo registro dá-se no sistema *Ub* – *Unbewusstsein* (inconsciência), tampouco passível de assomar à consciência e cujas relações são supostas por Freud como causais. O terceiro nível de registro dos traços mnêmicos – *Vb-Vorbewusstsein* (pré-consciência) – está ligado às representações verbais e é considerado por Freud como o nosso “ego reconhecido como tal” (FREUD, 1896/2006, p. 285).

Observa-se, então, que esse sistema estratificado proposto por Freud apresenta o percurso da atividade psíquica no aparelho e a complexa relação entre a percepção dos estímulos provenientes do mundo externo, seu registro no psiquismo e a tomada de consciência. Na perspectiva traçada na carta 52, é apresentada a ideia de que cada conteúdo perceptivo só adquire a possibilidade de tornar-se consciente depois de percorridos todos os demais sistemas estratificados e depois de ser vinculado às representações verbais do pré-consciente: a percepção (*W*) e a consciência (*Bews*), portanto, apesar de estarem relacionadas, são diferenciadas em polos opostos, entre os quais seriam situados os demais sistemas. Salientamos que esta concepção destoa das demais elaborações teóricas de Freud a respeito da relação entre consciência e percepção que, desde o *Projeto* são assimiladas e situadas em um mesmo sistema, na extremidade externa do aparelho psíquico e responsável pela recepção simultânea de estímulos provenientes do mundo externo e do mundo interno.

Contudo, essa distinção entre consciência e percepção ainda é mantida na apresentação do aparelho psíquico que consta no capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos* até 1919, quando Freud acrescenta uma nota de rodapé na qual afirma que “o sistema seguinte ao Pcs. é aquele a que se deve atribuir a consciência, ou seja, que Pcpt. = Cs.” (FREUD, 1900 (nota de 1919)/2006, p. 571). Portanto, com exceção da explicitação da carta 52 e do capítulo VII de *A*

Interpretação dos Sonhos (antes da nota de 1919), a assimilação entre consciência e percepção repete-se ao longo de toda a obra freudiana.

Ademais da oposição enfática entre memória e percepção, o modelo freudiano do aparelho psíquico aqui apresentado atribui às lembranças e à memória um estatuto inconsciente. Ressaltamos que a memória, na concepção freudiana, é inconsciente somente no sentido descritivo do termo; ela pode situar-se tanto no sistema inconsciente quanto no sistema pré-consciente. As lembranças registradas no sistema pré-consciente podem ser atualizadas e assomar à consciência sem grandes dificuldades, segundo determinadas condições, tais como o grau de intensidade e a distribuição da atenção. Já aquelas situadas no sistema inconsciente, só têm acesso à consciência por meio do sistema pré-consciente, através do qual devem ser submetidas à crítica e à censura. Freud não deixou de ressaltar que, mesmo quando em estado inconsciente, as lembranças produzem importantes efeitos no psiquismo, inclusive aquelas mais profundamente arraigadas, praticamente sem possibilidade de assomarem à consciência e serem recuperadas pela rememoração, como as da primeira infância que, segundo Freud, são as que causam maior efeito sobre a existência.

Desde o início, Freud mostra-se desconfiado com relação à memória humana, não apenas com relação à finitude do poder mnésico, mas sobretudo no que diz respeito à correspondência entre a evocação mnêmica e a realidade acontecimental. Além de atribuir à memória a característica de ser inconsciente, Freud apresenta na carta 52 a concepção de que a mesma não se dá por um processo linear e contínuo, mas em diferentes temporalizações e níveis de registros, sujeitos a rearranjos (*Umordnung*) e retranscrições.

...como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha-se formado por um processo de estratificação (*Aufeinanderschichtung*): o material presente em forma de traços da memória estaria sujeito de tempos em tempos, a um rearranjo (*Umordnung*) segundo novas circunstâncias – a uma retranscrição (*Umschrift*). Assim, o que há de essencialmente novo a respeito de minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; que ela é registrada (*niederlegt*) em diferentes espécies de indicações. (FREUD, 1896/2006, p. 281).

Como pode ser observado na citação acima, esse modelo de representação do psiquismo acrescenta à organização tópica estratificada – já proposta anteriormente por Freud de maneira rudimentar – um sistema de registros ou de inscrições que compõem a topologia psíquica, sujeitos a rearranjos e vicissitudes devido à passagem do tempo e à passagem de um

sistema para outro. Freud utiliza-se do termo “traços mnésicos” (*Erinnerungsspur*) para nomear a maneira como os acontecimentos e percepções são inscritos ou registrados (*Niederschrift*) nos sistemas pré-consciente e inconsciente do aparelho psíquico. As noções de registro (*Niederschrift*), de transcrição (*Umschrift*) e de signo (*Zeichen* – sinal, senha, signo, símbolo, sintoma, distintivo, marca), utilizadas por Freud para representar o conteúdo psíquico, inserem-se no contexto de sua descoberta de que nada do que acontece no psiquismo pode ser erradicado; portanto, as recordações, que o paciente acreditava estarem esquecidas e apagadas, são indelévels, estão registradas em um lugar psíquico e podem ser recuperadas se utilizado o método adequado. Essa noção freudiana de inscrição permanente no psiquismo fundamenta sua teoria sobre a amnésia infantil e, especificamente, sobre o infantil determinante na disposição existencial de cada ser humano: as lembranças da remota infância não caem no olvido devido a uma imaturidade mnemônica do aparelho psíquico presente nessa fase do desenvolvimento, mas sim como efeito do recalque.

O esquema reproduzido anteriormente torna patente a definição de Freud da atividade psíquica como um processo que percorre os diferentes sistemas do aparelho psíquico, num determinado sentido e, nesse percurso, deixa **marcas de inscrição, traços mnésicos, rastros, registros, impressões**, que são sujeitos a **transcrições e traduções**. Esses termos ressaltados constituem o disparador e fio condutor de nossa presente análise. Desde o início das elaborações freudianas sobre o psiquismo, as expressões gráficas invadem a explanação sobre o conteúdo psíquico, expressões que permanecem até seus escritos posteriores, como em “Uma Nota sobre o Bloco Mágico” (1925 [1924]). Interessante notar que o surgimento da metáfora gráfica no texto freudiano, precipuamente sob os termos “traço”, “inscrição”, “transcrição” e “tradução” é contemporânea ao sonho de Irma, que é encerrado com uma inscrição, “impressa em negrito” (FREUD, 1900/2006, p. 150), da fórmula química da trimetilamina, cuja relação direta com a sexualidade, como um dos produtos do metabolismo sexual, lhe havia sido recentemente revelada por Fliess.

Anzieu (1975) aponta que a estrutura terciária da fórmula da trimetilamina refletirá na estrutura também terciária dos sistemas de neurônios que compõem o aparelho psíquico do *Projeto*, que é apresentado pela primeira vez em uma carta enviada a Fliess três semanas após o sonho de Irma. A presença de inscrições ou letreiros foi uma constante nos sonhos de Freud

dessa época, como o sonho de outubro de 1896, ocorrido na noite seguinte ao enterro de seu pai¹⁵, que se resume a uma inscrição em um aviso ou placa, “semelhante aos avisos proibindo que se fume nas salas de espera das estações de trem” (FREUD, 1900/2006, p. 343): “Pede-se que você feche o(s) / um olho (s)”. Ou, ainda, o quarto sonho da série de sonhos de Roma, em que Freud espantava-se com a grande quantidade de cartazes e letreiros em alemão afixados numa esquina de rua romana.

Anzieu (1975) faz uma acurada análise da série dos sonhos de Roma e constata que todos são figurados, bem como o sonho de Irma e o sonho relativo aos funerais do pai de Freud, sob a aparência de fórmulas, cartazes, letreiros, regras, nomes de lugares e nomes próprios. Segundo Anzieu, em todos esses sonhos há uma prevalência do visual sobre os demais sentidos, que acaba por desembocar diretamente no domínio da escrita. Esse superinvestimento por Freud do visual e da escrita, levantado por Anzieu, permite-nos compreender então a prevalência de metáforas retiradas do domínio gráfico e da escrita na elaboração de sua teoria sobre o inconsciente, como o atestam as metáforas presentes na carta 52 – de traço, inscrição, transcrição, tradução – ou, ainda, metáforas ulteriores, como as analogias com hieróglifos, palimpsestos ou rébus, que abundam na *Interpretação dos Sonhos*, e a metáfora do Bloco Mágico. Na perspectiva trilhada por Anzieu, a prevalência da visão e da escrita inscreve-se numa capacidade de pensar a partir do segundo nível de simbolização da linguagem – linguagem escrita e não mais falada – e segundo a forma superior desse nível – a escrita e não a leitura –, o que, segundo Anzieu, leva Freud a transcrever o código próprio do inconsciente, observado tanto em seus pacientes, quanto em si mesmo.

Além da importante análise realizada por Anzieu – em cima desses relevantes documentos pessoais que constituem os sonhos de Freud – com respeito à prevalência do visual e do nível de simbolização escrito da linguagem no pensamento freudiano, cumpre ressaltar também que a utilização de metáforas gráficas e do domínio da escrita para descrever o psiquismo e, em específico, o inconsciente, insere-se numa longa tradição de representação dos fenômenos psíquicos por meio de termos gráficos. A utilização de termos gráficos em torno da percepção, memória e imaginação remontam à origem da filosofia ocidental, com

¹⁵ Em *A Interpretação dos Sonhos*, Freud afirma que o sonho aconteceu na noite anterior aos funerais; já na correspondência com Fliess, consta que o sonho ocorreu na noite seguinte.

Platão e Aristóteles, que marcaram a reflexão sobre a percepção e a memória sob o signo da impressão, a partir da metáfora da impressão do sinete sobre a cera.

Ressaltamos, contudo, que a noção de impressão e inscrição retomada por Freud distancia-se da analogia com a marca do anel ou do sinete sobre o bloco de cera na medida em que Freud não recorre, ao explicar a inscrição psíquica, a uma estrita semelhança entre as marcas ou traços inscritos e a realidade. Por um lado, Freud afirma que é retido permanentemente no registro de nossa memória “algo mais do que o simples *conteúdo* das percepções que incidem sobre o sistema *Pcpt.* (FREUD, 1900/2006, p. 569). Freud supõe a existência de vários elementos mnêmicos, nos quais a mesma excitação transmitida pelo polo perceptivo fixa uma variedade de registros diferentes, em consonância com os tipos diversos de associações que são estabelecidas, tal como a associação por simultaneidade temporal estabelecida no primeiro dos sistemas mnêmicos, relação de similaridade, causalidade, e assim por diante. E, por outro lado, Freud ressaltou com clareza que as lembranças, quando voltam ao estado consciente, apresentam uma qualidade sensorial ínfima – ou não apresentam qualquer qualidade sensorial – se comparada com as percepções.

A carta 52, ao propor a estratificação do aparelho psíquico e a oposição entre o polo perceptivo e o polo responsável pela consciência, entre os quais se distendem os diversos registros mnêmicos, torna patente que as relações entre os estímulos provenientes do mundo externo e o fenômeno de tomada de consciência são mediadas por diferentes etapas. Nesse sentido, o pensamento consciente, então denominado por Freud de “consciência secundária do pensamento”, surge como a última etapa de um processo em que a informação sensorial vinda do mundo externo passa por diferentes organizações, rearranjos e elaborações, o que atesta o distanciamento e a dessemelhança entre os estímulos originais e sua representação no psiquismo. Também a relação entre a recordação consciente e a experiência originária é apresentada como um processo que se desdobra em diferentes tempos e registros e que passa por sucessivas reelaborações, o que coloca a recordação como um fenômeno já distante, mediado e com certo grau de deformação em relação à experiência originariamente vivenciada.

Salientamos, portanto, que desde o início das formulações teóricas freudianas, a percepção não corresponde a uma simples atividade passiva em que há completa correspondência entre o objeto da percepção e sua representação no psiquismo. Ainda que possa ser identificada, nos textos iniciais de Freud – sobretudo antes do abandono da Teoria

da Sedução – uma preocupação com a apreensão e a representação fiéis e verdadeiras da realidade, a formulação dos diversos registros e retranscrições em ação no processo perceptivo demonstra que se trata, antes, de um processo do qual o aparelho psíquico participa ativamente, processando e transformando aquilo que é percebido.

Com o desenvolvimento da teoria psicanalítica, a percepção distancia-se cada vez mais de uma concepção em que ela é abordada como reflexo fiel da realidade externa e passa a ser considerada como uma construção do psiquismo na qual o desejo inconsciente desempenha importante função. A realidade externa, no processo perceptivo, não é simplesmente reproduzida de maneira fiel, mas é recriada, remoldada e transformada. Essa concepção psicanalítica da percepção atingiu seu ponto culminante em “Uma Nota sobre o Bloco Mágico” (1925 [1924]), em que Freud afirma, metaforicamente, que o inconsciente estende sensores orientados para o mundo externo, por meio do sistema Pcpt.-Cs., e os recolhe depois de classificadas as excitações oriundas da realidade externa.

Enfatizamos, então, que a metáfora gráfica utilizada por Freud não pressupõe a inscrição do traço mnésico a partir da semelhança da marca com a realidade, o traço não é um ícone do objeto da realidade. Desde o *Projeto*, os traços são definidos como rastros, restos, vestígios – a propósito, esse é o sentido do vocábulo alemão *Spur* – daquilo que incide sobre o psiquismo. Contudo, esse rastro não mantém com o referente uma relação como a que se dá entre a pegada de um animal e sua pata, ou ainda entre o sinete e a marca na cera; os rastros não se assemelham ou representam o referente e, em si mesmos, não possuem sentido próprio.

O que define o traço psíquico em sua relação com o referente, portanto, não é representabilidade fiel ou a iconicidade, mas o fato de ser um sinal ou signo (*Zeichen*) do que se passa no psiquismo, que está em constante transformação e rearranjo e cujo sentido só é agregado posteriormente, quando ligado à “ativação alucinatória das representações verbais” (FREUD, 1896/2006, p. 283) relativa à consciência. Traços, portanto, são sinais aleatórios, rastros e restos deixados como vestígios da atividade psíquica, mas que, em si mesmos, não possuem referência linguística e não se inserem em um sistema codificado de significações. Quando investidos, os traços mnésicos resultam em representações; representação de coisa quando o investimento é inconsciente, ou representação de palavra, quando o investimento dá-se no sistema consciente. Seu significado, portanto, emerge apenas a partir da atividade consciente de elaboração secundária e ligação às representações verbais ou, ainda, quando

identificados nos derivados do inconsciente – mais ou menos deformados – podem ser significados a partir do trabalho de decifração proposto por Freud.

A noção de traço psíquico e de impressão gráfica foi amplamente abordada no desenvolvimento pós-freudiano da psicanálise, principalmente sob a característica de escrita e linguagem, ao ponto de ser levada ao extremo e culminar, com Lacan, na máxima “O inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Essa afirmativa lacaniana engendrou enfáticas oposições e discussões entre diversos autores e escolas do meio psicanalítico. Nosso presente escopo não comporta uma análise dessa controversa questão e tampouco a explicitação dos diferentes pontos de vista querelantes. Pretendemos apenas mantermo-nos fiéis àquilo que Freud apresentou, na medida em que seja possível esta tarefa. Outrossim, cabe-nos ressaltar que o próprio Freud levou a metáfora gráfica para o domínio da escrita – *Niederschrift*, arquivos, hieróglifos, rébus, transcrição, tradução –, o que fundamenta asserções como a de Derrida (1967, p. 192), segundo a qual a metáfora da escrita apossou-se da questão do aparelho psíquico tanto em sua estrutura, quanto em relação ao texto psíquico em sua textura.

Contudo, convém notar que as noções de traço e de grafia ou impressão gráfica são mais amplas que as de escrita, ainda que pertença a suas origens. Uma impressão gráfica marca a presença de uma ausência, seja como réplica imagética (como no caso da marca do sinete sobre a cera), como signo ou como traço destituído de figuração com relação ao referente. Ou, ainda, como escrita. O que caracteriza o grafismo e o traço é a fixação sobre uma superfície material e a conseqüente transformação desse suporte – seja um sulco causado por uma incisão ou o depósito de tinta – e, portanto, da espacialidade. Com efeito, é precisamente essa transformação da superfície material e topológica causada pela impressão e sua conseqüente saturação, prontamente percebidas por Freud, o que fundamenta a separação operada em seu modelo de aparelho psíquico entre memória e percepção. Com respeito à noção de traço como fixação e transformação em uma superfície material, lembramos ainda que Freud também utilizou o termo fixação (*Fixierung*) – além do sentido genético de fixação em determinada fase da libido – para designar a inscrição permanente de conteúdos nos diferentes sistemas mnêmicos e no inconsciente, aos quais a pulsão mantém-se ligada.

Neste ponto, cumpre enfatizar uma importante conclusão engendrada, por um lado, pela noção ampliada de grafia e traço, mais abrangente que a de escrita, e, por outro lado, pela concepção freudiana das sucessivas transcrições a que está sujeito o material psíquico. Ora,

uma vez que o traço psíquico apresenta-se como o rastro vestigial e isento de referências linguísticas e, dado que Freud apontou com clareza que a ligação das inscrições a representações verbais só se dá no último momento das sucessivas transcrições – no sistema pré-consciente –, somos levados a compreender o inconsciente – tal como proposto por Freud – não como um sistema constituído apenas de traços de representações verbais, de linguagem ou de significantes. Ao contrário, afirmamos que os traços inconscientes constituem os rastros deixados por tudo o que incide sobre o psiquismo: traços da experiência do corpo próprio, de imagens, da experiência do mover e do sentir. Sua emergência como linguagem, portanto, só acontece *a posteriori*, a partir da ativação alucinatória das representações verbais pertencentes ao sistema pré-consciente.

Outro importante desdobramento da análise do traço psíquico, entendido na acepção traçada pelo termo alemão *Spur*, é que, além da ideia de transformação da espacialidade, a noção de inscrição do traço psíquico também traz uma concepção específica de temporalidade para o seio do funcionamento do aparelho psíquico proposto por Freud. Ora, um rastro, um vestígio, é o signo por excelência da passagem do tempo, do tempo decorrido. Os rastros e os vestígios constituem aquilo que resta e permanece de uma ação anterior, seja a passagem de um animal que deixa suas pegadas como rastro, seja uma civilização antiga que foi destruída, mas da qual restam vestígios materiais, ou uma incidência passada sobre o psiquismo.

Contudo, e eis a peculiaridade que constitui um dos determinantes da atemporalidade do inconsciente, o traço é um signo em si mesmo atual e presente, mas que pode representar os restos e vestígios da anterioridade e do ausente, contanto que seja colocado dentro de uma rede contextual e sujeito a um processo de decifração. Portanto, o traço inscrito no inconsciente é um traço em si presente e indelével que, no âmbito do funcionamento inconsciente, não é investido de qualquer referência ao tempo. Mais especificamente, os traços inconscientes são subtraídos da sucessividade temporal dominante na consciência. Sua colocação numa cadeia temporal, no antes-agora-depois, ou seu sentido de signo ou vestígio da anterioridade e do decurso do tempo, só podem emergir a partir da ligação a outros traços e a representações de palavra e, principalmente, a partir de um trabalho da consciência e da elaboração secundária.

Para encerrar nossa digressão sobre a noção de traços mnésicos, chamamos a atenção para o fato de que nossa análise levou-nos a concluir que o termo traço mantém sua força e pertinência na obra freudiana e apresenta importantes repercussões no desenvolvimento

psicanalítico não no seu sentido, ainda hoje utilizado nas neurociências, de traços cerebrais e corticais. A importância da noção de traços utilizada por Freud situa-se, antes, nos sentidos de indício, rastro, resto e vestígio, inerentes ao vocábulo alemão *Spur*. Com efeito, os rastros e restos – da humanidade ou de cada paciente que se apresentou a Freud – constituíram uma das fontes da psicanálise, essa técnica, segundo Freud, “que também está acostumada a adivinhar coisas secretas e ocultas a partir de aspectos menosprezados ou inobservados, do monte de lixo (*refuse*), por assim dizer, de nossas observações” (FREUD, 1914, p. 228).

Ora, um dos grandes feitos de Freud não foi justamente restituir um sentido, a partir de sua significação inconsciente, àquilo que até então havia sido subestimado como lixo, escória e dejetos sem importância, tal como os sonhos, lapsos e atos falhos? Não é, afinal – além dos demais sentidos desenvolvidos no capítulo anterior –, a decifração dos rastros e vestígios, e sua colocação numa cadeia histórica, o elemento que aproxima a psicanálise freudiana da arqueologia?

Nesse sentido, e em estreita relação com nosso segundo capítulo, remetemos a noção de rastro (*Spur*) para o domínio da história, no qual, a partir da historiografia moderna e da revolução documental que alargou a noção de documento, o rastro passa a ser imbuído de uma qualidade documental, não mais restrita a textos escritos. Contudo, os rastros podem ser apagados, destruídos, alterados e deformados e, contra essa ameaça de destruição, institui-se, na história, o arquivamento. E foi justamente a partir da metáfora de arquivos que Freud situou, nos *Estudos sobre a Histeria*, a questão do registro e inscrição de tudo o que acomete o psiquismo, como o instante da memória arquivada:

Esses arquivos são um traço bastante geral de cada análise, e seu conteúdo sempre emerge numa ordem cronológica tão infalivelmente fidedigna quanto a sucessão dos dias da semana ou dos meses numa pessoa mentalmente normal. Eles dificultam o trabalho da análise pela peculiaridade de que, ao reproduzirem as lembranças, invertem a ordem em que estas se originaram. A experiência mais recente e mais nova do arquivo aparece em primeiro lugar, como uma capa externa, e por último vem a experiência com a qual a sequência de fatos realmente começou. Descrevi esses agrupamentos de lembranças semelhantes, em coleções dispostas em sequências lineares (como um arquivo de documentos, um maço de papéis, etc.) como constituindo ‘temas’. (FREUD, 1895/2006, p. 301).

Evocamos essa metáfora para explicitar que Freud, por meio dessa analogia com arquivos, representou sua descoberta de que os acontecimentos, experiências arcaicas, sensações, modos de relacionar-se, pessoas pré-históricas, são conservados e organizados no psiquismo como rastros ou documentos da história individual. No inconsciente, nada acaba,

nada é esquecido. Contudo, ressaltamos que, com a metáfora de arquivos, Freud introduz a conservação, mas não exclui a deformação, corrupção e transformação desses documentos. Pois, como o mostra claramente a historiografia, as deformações e alterações já estão presentes no próprio processo de arquivamento, bem como na consulta e interpretação dos arquivos, que não constituem atividades passivas e isentas de projeções, desejos e intencionalidade por parte daquele que arquiva ou consulta.

Com a metáfora de arquivos, dirigimo-nos para um domínio específico da grafia: a escrita.

3.2 Dos traços (*Spur*) aos hieróglifos e rébus: a escrita psíquica

Como explicitado clara e enfaticamente no tópico anterior, Freud não introduziu especificamente a metáfora de escrita por meio da noção de traços, mas sim pelos termos *Niederschrift* – registro, escrita, redação, manuscrito, nota –, *Umschrift* – transcrição, transliteração, paráfrase – e, posteriormente, palimpsestos, hieróglifos, ideogramas, pictogramas, rébus. De saída, acentuamos que estes últimos termos remetem a uma importante questão que conduzirá nossa análise, a saber: os tipos de escrita aos quais Freud fez referência para representar o conteúdo psíquico.

Antes de adentrarmos na metáfora de escrita do texto freudiano, cumpre ressaltar que a escrita constitui a imagem predominante para representar a memória e a lembrança, não apenas com Freud, mas na maioria das incursões literárias, filosóficas, históricas e psicológicas no campo da memória, seja ela individual ou coletiva. Percebe-se, portanto, que a escrita foi investida, desde a tábua de cera de Aristóteles até os fugazes *e-mails* da contemporaneidade, de um sentido que a afirma como uma duradoura marca deixada pelos homens. Observamos que, nos estudos historiográficos sobre a memória histórica, é dada uma ênfase determinante às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória escrita, como também à transição da oralidade para a escrita. Ao ponto de a escrita ser utilizada como o eixo estruturante das análises realizadas por historiadores, como Le Goff e Leroi-Gourhan, sobre a memória histórica e social.

A escrita emerge, portanto, como a principal arma na luta travada contra o esquecimento. Das inscrições sobre pedras e mármore, sobre ossos, peles, cascos de tartaruga, papiro, pergaminho e papéis, aos textos assentados sobre suportes virtuais; dos monumentos, praças, cemitérios, estelas funerárias, grandes bibliotecas e nossa atual rede virtual, a escrita foi e é utilizada como o modo predominantemente instituído de armazenamento e perpetuação ao longo do tempo e do espaço. Contudo, a escrita também teve o seu estatuto de marca segura, confiável, fiel e duradoura questionada. Os materiais escritos não são ingênuos documentos da história que perpetuam o passado tal como ocorreu, e sim o resultado de forças e poderes vigentes, dotados de intencionalidade e interesses e, portanto, devem ser decifrados, organizados, interrogados, contextualizados e colocados numa cadeia histórica. E tampouco a leitura, a interpretação e a decifração dos textos estão isentos de interesses e deformações. É essa noção de escrita, a nosso ver, que Freud importou para a psicanálise, com seu duplo caráter: ao mesmo tempo em que armazena, organiza e perpetua, a escrita também corrompe e deforma.

É, portanto, no sentido de fixação e de registro, de representação presente do ausente e pretérito, que a escrita é introduzida por Freud no modelo de aparelho psíquico. Da noção de traço sem significado próprio ou referência linguística, a metáfora de registro do psiquismo evolui para a escrita: de *Spur* para *Schrift*, evidenciada pelos vocábulos *Niederschrift* – o primeiro registro das percepções – e *Umschrift* – as transcrições a que estão sujeitos esses registros nas sucessivas fases. E, ao afirmar na carta 52 que as sucessivas transcrições representam a produção psíquica de épocas sucessivas da vida, vemos ser introduzida não apenas a metáfora da escrita, mas também uma metáfora de narrativa, de texto, uma escrita da sucessão cronológica e do desenvolvimento psíquico.

O conteúdo da maquinaria é apresentado, portanto, como um complexo sistema de inscrições, transcrições e traduções. Contudo, um questionamento insiste em nossa presente análise: qual o tipo de escrita, de texto e, por conseguinte, de linguagem, está inscrito no inconsciente, segundo Freud? Não foi a carta 52 que ofereceu os subsídios para o desenvolvimento dessa questão, mas preponderantemente, a *Interpretação dos Sonhos*:

- No capítulo sobre a distorção nos sonhos, Freud cita um trecho de James Sully, como a concepção que mais se aproxima de sua hipótese acerca da deformação dos sonhos, que articula os sonhos às cartas cifradas ou aos palimpsestos:

Como a carta cifrada, a inscrição onírica, quando examinada de perto, perde sua primeira impressão de disparate e assume o aspecto de uma mensagem séria e inteligível. Ou, para variar ligeiramente a imagem, podemos dizer que, como um palimpsesto, o sonho revela, sob seus caracteres superficiais destituídos de valor, vestígios de uma comunicação antiga e preciosa. (SULLY, apud FREUD, 1900/2006, p. 170).

- Ao tratar da interpretação da proximidade temporal na psicanálise, Freud afirma que a mesma deve seguir o princípio que rege nosso sistema seriado e sequenciado de escrita: “se eu escrever seqüencialmente um ‘a’ e um ‘b’, eles terão de ser pronunciados como uma única sílaba ‘ab’. O mesmo se aplica aos sonhos” (FREUD, 1900/2006, p. 275).
- Na investigação das relações e transformações entre o conteúdo manifesto dos sonhos e os pensamentos oníricos latentes, é introduzida a escrita pictográfica e o rébus, que constitui o modelo a partir do qual Freud conseguiu pensar e expressar essa intrincada relação:

Os pensamentos do sonho e o conteúdo dos sonhos nos são apresentados como duas versões do mesmo assunto em duas linguagens diferentes. Ou, mais apropriadamente, o conteúdo do sonho (*Traumgedanken*) é como uma transcrição (*Übertragung*) dos pensamentos oníricos em outro modo de expressão (*Ausdrucksweise*) cujos caracteres (*Zeichen*) e leis sintáticas (*Fügungsgesetze*) é nossa tarefa descobrir (*kennenlernen* – conhecer), comparando o original e a tradução. Os pensamentos do sonho tornaram-se imediatamente compreensíveis tão logo tomamos conhecimento (*sie erfahren haben* - experimentar) deles. O conteúdo do sonho, por outro lado, é expresso, por assim dizer, numa escrita pictográfica (*Bilderschrift*) cujos caracteres (*Zeichen* – signos) têm de ser individualmente transpostos (*Übertragen*) para a linguagem dos pensamentos do sonho. Se tentássemos ler esses caracteres segundo seu valor pictórico (*Bilderwert*), e não de acordo com sua relação simbólica (*Zeichenbeziehung* – relação sígnica), seríamos claramente induzidos ao erro. Suponhamos que eu tenha diante de mim um quebra-cabeça feito de figuras (*Bilderrätsel*), um rébus. Ele retrata uma casa com um barco no telhado, uma letra solta do alfabeto, a figura de um homem correndo com a cabeça misteriosamente desaparecida, e assim por diante. Ora, eu poderia ser erroneamente levado a fazer objeções e a declarar que o quadro como um todo, bem como suas partes integrantes, não fazem sentido (*unsinnig zu erklären*). Um barco não tem que estar no telhado de uma casa e um homem sem cabeça não pode correr. Ademais, o homem é maior do que a casa e, se o quadro inteiro pretende representar uma paisagem, as letras do alfabeto estão deslocadas nele, pois esses objetos não ocorrem na natureza. Obviamente, porém, só podemos fazer um juízo adequado do quebra-

cabeças se pusermos de lado essas críticas de composição inteira e de suas partes, e se, em vez disso, tentarmos substituir cada elemento isolado por uma sílaba ou palavra que possa ser representada por aquele elemento de um modo ou de outro. As palavras assim compostas já não deixarão de fazer sentido, podendo formar uma frase poética de extrema beleza e significado. O sonho é um quebra-cabeça pictográfico desse tipo, e nossos antecessores cometeram o erro de tratar o rébus como uma composição pictórica (*zeichnerische Komposition* – composição ricamente pictórica), e como tal, ela lhes pareceu absurda e sem valor (idem, *ibidem*, p. 303-304).

- As artes plásticas da pintura e escultura são evocadas para representar a natureza do material psíquico de que se compõem os sonhos – o material inconsciente. Freud afirma que, assim como as artes plásticas, que não têm a fala como recurso expressivo, o sonho está submetido a certas limitações de sua capacidade de expressar. Portanto, vale-se do mesmo artifício utilizado pelas pinturas antigas que, antes do desenvolvimento de leis próprias de expressão estritamente pictóricas, colocavam legendas escritas para representar os enunciados que o pintor pretendia representar.
- Ao apresentar os meios de representabilidade – *Darstellbarkeit* (ou encenação) – Freud afirma que a existência de elementos na cena onírica, sem qualquer função específica, deve ser compreendida como os determinantes da escrita hieroglífica, que não devem ser pronunciados, mas apenas elucidar outros sinais. A analogia com a escrita hieroglífica é utilizada ainda para demonstrar que, apesar das aparentes ambigüidades decorrentes do trabalho do sonho que se inserem no processo de interpretação, este não apresenta maiores dificuldades do que aquelas encontradas na interpretação das antigas inscrições hieroglíficas.

Como percebido a partir dessas citações retiradas de *A Interpretação dos Sonhos*, Freud utilizou-se amplamente dos sistemas de escrita para representar a distorção operada pelo trabalho do sonho, os meios de representação (figurabilidade ou encenação) em funcionamento nos sonhos, a organização e figuração da cena onírica ou, ainda, os princípios propostos para uma adequada interpretação. O que salta aos olhos, porém, é que, com exceção da analogia com o aspecto seriado e sequenciado de nossa escrita – “a” + “b” = “ab” –, todos os exemplos utilizados por Freud referem-se a escritas não fonéticas, como os rébus, pictogramas ou hieróglifos. Assim, se com a carta 52 Freud introduz – metaforicamente, devemos salientar – a escrita no âmbito do funcionamento psíquico, com *A Interpretação dos Sonhos* ele define a especificidade dessa escrita, que, como vimos, não se restringe a uma

escrita fonética. Com a referência aos hieróglifos, Freud insere a escrita pictórica e ideogramática; com os palimpsestos, a escrita cifrada; e com o rébus, a conjugação, na mesma escrita, de elementos fonéticos e pictóricos.

A metáfora de escrita utilizada por Freud suscitou vários desdobramentos no desenvolvimento psicanalítico pós-freudiano e abre um amplo e frutífero campo de análise. Contudo, devemos especificar claramente o que interessa nessa rede de símiles para o escopo do presente trabalho e que, por sua vez, delimita nossa análise da metáfora freudiana de escrita. Destarte, a conceitualidade gráfica inserida para representar o conteúdo do aparelho psíquico, que se ampliou para o grafismo específico da escrita e que, por sua vez, especificou-se predominantemente numa escrita não estritamente fonética, interessa-nos naquilo que vem informar sobre a natureza do conteúdo psíquico nos diferentes sistemas do aparelho, sua organização, funcionamento, dinâmica, transformações e relações internas.

Debrucemo-nos, primeiramente, sobre a citação em que Freud faz referência não a qualquer tipo específico de escrita, mas à relação entre imagens e linguagem escrita em jogo na expressividade. Como citado anteriormente, Freud remonta à pintura antiga para mostrar a limitação da capacidade de expressão da imagem pictórica com relação à linguagem verbal. A desesperança dos artistas com respeito a seu potencial expressivo por meio de recursos unicamente pictóricos de expressão levou-os, segundo Freud, a lançar mão de caracteres escritos para expressar os enunciados atribuídos às personagens de seus quadros. A mesma limitação é atribuída por Freud aos sonhos, que não dispõem das conjunções gramaticais para representar as relações lógicas estabelecidas entre os diferentes elementos do sonho. Ora, de saída, essa analogia com a pintura antiga delimita a questão da escrita do psiquismo: trata-se, sim, de uma composição de diferentes elementos que são organizados, dispostos, combinados e segmentados, conforme determinadas regras e relações lógicas – ainda que não se trate de uma lógica formal –, no âmbito de uma estrutura interna. Contudo, não se trata de elementos ou regras verbais e gramaticais e sua ordenação não segue a linearidade das representações verbais, mas é constituída de diversos centros que mantêm entre si pontos de contato:

As diferentes porções (*Die einzelnen Stücke* – cada porção isolada) dessa complicada estrutura (*Gebildes* - construção) mantém, é claro, as mais diversificadas (*mannigfaltigsten* - multifacetada) relações lógicas entre si. Podem representar o primeiro e o segundo planos, digressões e ilustrações, condições, sequências de provas e contra-argumentações. Quando a massa inteira desses pensamentos do sonho é submetida à pressão do trabalho do sonho, e quando seus elementos

são revolvidos, transformados em fragmentos e aglutinados – quase como uma massa de gelo – surge a questão do que acontece às conexões lógicas que até então formaram sua estrutura. Que representação fornecem (*erfahren* – como são representados nos sonhos) os sonhos para ‘se’ (*wenn*), ‘porque’ (*weil*), ‘como’ (*gleichwie*) ‘embora’ (*obgleich*), ‘ou... ou’ (*entweder — oder*), e todas as outras conjunções sem as quais não podemos compreender as frases ou os enunciados? (idem, *ibidem*, p. 338).

Com efeito, Freud identifica os outros dispositivos utilizados para representar as relações lógicas presentes nos pensamentos oníricos:

- A ligação entre diferentes elementos é representada num sonho pela proximidade espacial – como o pintor que reúne num quadro da Escola de Atenas ou do Parnaso todos os filósofos ou poetas que, apesar de nunca haverem estado juntos, representam um grupo conceitual (idem, *ibidem*, p. 340);
- Uma relação causal é normalmente representada pela sequência temporal, seja uma sequência de sonhos ou pela transformação direta de uma imagem onírica em outra;
- A alternativa “ou... ou”, segundo Freud, não pode ser representada de nenhuma maneira; mesmo quando aparenta tratar-se de uma alternativa, deve ser encarada como uma adição;
- Sobre os contrários e contraditórios, Freud afirma inicialmente que são totalmente desprezados pelos sonhos: “O ‘não’ não parece existir no que diz respeito aos sonhos” (idem, *ibidem*, p. 344). Contudo, em seguida faz algumas ressalvas a essa afirmação: os contrários podem ser representados pela identificação ou, ainda, pela sensação de inibição e paralisação ou por situações em que entra em cena um “não poder fazer nada”;
- A relação de semelhança, consonância ou aproximação, representada na linguagem verbal pelas conjunções “tal como”, “tal qual”, “assim como”, é representada nos sonhos pela identificação a partir de um elemento comum ou pela construção de figuras compostas.

Além das conjunções, Freud identifica ainda a maneira como a sintaxe entre orações é representada nos sonhos: uma oração subordinada pode ser representada por uma interrupção

na continuidade do sonho e pela interpolação de outro tempo e de outro cenário, e uma oração condicional pode ser representada pela simultaneidade.

O que queremos ressaltar com a apresentação dos modos de representabilidade – *Darstellbarkeit* (ou encenação) – levantados por Freud é, especificamente, que o material inconsciente não comunga com a fonografia e, tampouco, com a sintaxe gramatical das escritas ocidentais. Portanto, acentuamos que Freud explicitou clara e inequivocamente que a escrita proposta para representar metaforicamente o material psíquico inconsciente não consiste numa escrita fonética e verbal. Ora, observemos que Freud realiza, em sua exposição teórica, uma tradução das conjunções gramaticais para as leis de expressividade do inconsciente, que remetem a imagens, cenas, atos e dramatizações, e não a letras, palavras, verbos, conjunções, advérbios ou substantivos. Porém, como bem recorda Derrida (1995), a palavra e o discurso não desaparecem completamente da cena do sonho e do inconsciente, mas mudam de função e passam a ser subordinados. E a analogia com a pintura antiga, também nesse ponto, é muito elucidativa e eloquente: as legendas não constituem o elemento central, mas o complemento que vem aumentar o poder de expressividade do quadro.

Nesse sentido, compreende-se a introdução da analogia da escrita psíquica com a escrita hieroglífica, que veio a constituir o paradigma freudiano da escrita inconsciente, na medida em que não se reduz a palavras e a elementos fonéticos, mas abarca também elementos pictóricos e ideogramáticos. Acerca dos hieróglifos, Anzieu (1975) identifica uma relação entre o duplo trilinguismo sob o qual se desenvolveu a escolaridade de Freud em Viena – Freud conhecia três línguas mortas: latim, grego e hebreu, e três línguas vivas estrangeiras: inglês, espanhol e francês –, a estrutura ternária da trimetilamina do sonho de Irma e, principalmente, a pedra de Roseta, cuja inscrição trilingue (egípcio sacro, demótico ou egípcio popular, grego) permitiu a Champollion efetuar sua descoberta sobre os hieróglifos. Anzieu ressalta que, tal como se deu a decifração das escritas cuneiformes no século XIX, somente uma inscrição trilingue possibilita a decifração de uma escrita ainda completamente desconhecida.

Ademais, Champollion logrou identificar as três categorias de sinais hieroglíficos que constituem a escrita egípcia: o sinal ideográfico, no qual o significante é a representação figurativa do significado; a palavra, que representa significados que não podem ser figurados por imagens; os determinativos – explicitamente evocados por Freud –, que são sinais discriminatórios colocados no fim da palavra, que a elucidam e indicam a que categoria ela

pertence em cada contexto específico. Nesse sentido, Anzieu acredita que a descoberta de Champollion sobre a diversidade dos sinais hieroglíficos forneceu a Freud um fio condutor em suas próprias investigações sobre o psiquismo, sobretudo no que diz respeito à concepção do aparelho psíquico como uma estrutura dividida em três sistemas de inscrições que, embora diferentes, podem ser transcritas e decifradas de um sistema para outro. E, especificamente, constituiu um marco para sua concepção sobre a diversidade das representações presentes, por um lado, no inconsciente, e, por outro lado, no pré-consciente/consciente, sistema ao qual corresponde a ligação das representações de coisa às representações verbais, único sistema do qual participam a linguagem e a gramática propriamente ditas.

A metáfora hieroglífica proposta por Freud traz, portanto, uma importante elucidação acerca da escrita inconsciente: não apenas atesta que a mesma não consiste numa escrita estritamente fonética como, também, evidencia que tampouco se trata de uma escrita constituída tão somente por sinais pictóricos e ideográficos, que representam o significado a partir da figuração imagética. Da escrita inconsciente, participam também os determinantes, os rébus e, em menor grau, as palavras. É essa diversidade e plurivocidade dos signos e de suas funções e configurações presentes na escrita inconsciente que a metáfora hieroglífica expressa com nitidez e acurácia, tornando-se, na obra freudiana, um dos principais paradigmas para a escrita dos sonhos.

A introdução da metáfora que conjuga o sonho ao rébus é, a nosso ver, a que melhor delimita e expressa a especificidade da escrita psíquica: Freud afirma que o conteúdo do sonho é dado como uma escrita pictográfica (*Bilderschrift*), cujos caracteres devem ser lidos de acordo com sua referência significativa (*Zeichenbeziehung*), e não segundo seu valor pictórico, o qual conduziria inevitavelmente ao erro – uma casa com um barco no telhado, uma letra solta do alfabeto, a figura de um homem correndo com a cabeça misteriosamente desaparecida, e assim por diante. O termo utilizado por Freud não deixa lugar a dúvidas: *Bilderschrift* significa, literalmente, escrita figurada, e não inscrição de uma imagem, tal qual o sinete sobre a cera. É essa justamente a especificidade do rébus, seu aspecto figurativo não deve ser, como nos pictogramas, lidos diretamente a partir de seu valor de imagem, e sim foneticamente. O rébus introduz, portanto, a fonetização na escrita ideogramática e pictórica; as figuras e imagens são descoladas de ser valor pictórico e passam a representar sílabas, palavras ou frases. Assim, um barco no telhado de uma casa deve ser lido como uma palavra ou uma sílaba; um homem correndo sem cabeça pode formar uma sílaba que, em associação com as letras que pairam na paisagem, formam outra palavra, e o seqüenciamento dessas

diferentes unidades de significado representadas por figuras cuja imagem deve ser isolada e apagada podem resultar num enunciado lógico e coerente.

Portanto, observamos que a analogia com o rébus tornou-se um modelo fundamental para representar a escrita do inconsciente e, ainda, da interpretação psicanalítica das formações do inconsciente. Estas não devem ser lidas em bloco ou a partir do que a imagem representa, e sim isoladamente e de maneira deslocada de seu valor pictórico. Seus significados não são dados a partir de uma percepção simples e imediata, mas a partir de leitura e decifração. Interessante notar que a palavra latina rébus é o ablativo plural de *res*, coisa. Ora, Freud definiu a representação inconsciente como uma representação de coisa, que não dever ser compreendida – e nesse sentido a metáfora do rébus o mostra claramente – necessariamente como a imagem mnésica direta da coisa, como um análogo ou ícone psíquico, mas como o reinvestimento de traços mnésicos mais ou menos próximos ou derivados da própria coisa, que não mantém com ela nenhuma relação de representabilidade figurativa. E, Freud não deixou de salientar que inclusive as palavras e números que participam do inconsciente como transcrições imagéticas são tratadas como coisas.

Concluimos, então, que a metáfora de escrita é pregnante e recorrente na obra de Freud. No esquema argumentativo freudiano, ela se desdobra do início ao fim de sua obra em um longo encadeamento de comparações, símiles e analogias. Dos restos de inscrições de civilizações antigas ao aparato do bloco mágico, Freud utiliza-se da escrita para representar a maneira como a atividade psíquica resta consignada, registrada ou estocada no psiquismo. Contudo, a importância da metáfora de escrita não recai apenas em sua força argumentativa na obra freudiana, mas constitui um suporte, um marco para sua investigação e teorização.

Progressivamente, a metáfora de escrita foi distendida e ampliada no texto freudiano, ao ponto de constituir um modelo para o aparelho psíquico, como o indica seu artigo sobre o bloco mágico de 1924: “nesse caso, a superfície sobre a qual essa nota é preservada, a caderneta ou a folha de papel, é como uma parte materializada de meu aparelho mnêmico que, sob outros aspectos, levo invisível dentro de mim” (FREUD, [1925 (1924)] /2006, p. 255). Curioso notar que, nesse artigo, Freud chega inclusive a inverter a ordem: é o aparelho psíquico que constitui o modelo para todos os instrumentos e aparatos auxiliares inventados pelo homem para otimizar suas funções sensoriais e mnemônicas, e não o contrário. Na leitura de Derrida, com a nota sobre o bloco mágico, a metáfora de escrita, até então reservada apenas para o conteúdo da máquina psíquica, para o “texto psíquico”, toma posse também da

própria estrutura do aparelho psíquico, como uma máquina de escrever.

Não obstante, é necessário ressaltar que a metáfora de escrita proposta por Freud, sobretudo no âmbito da delimitação traçada neste estudo, deve ser compreendida sob a especificidade dos modos de escrita introduzidos pelas analogias aos hieróglifos e aos rébus. São esses os modos de escrita que conseguem atingir e abarcar a especificidade da inscrição inconsciente que, como vimos, não se restringe a uma escrita fonética e verbal, comporta uma diversidade de sinais com funções múltiplas e não consiste numa representação pictórica e icônica do acontecimento, da experiência ou da percepção. As representações inconscientes, portanto, estão sujeitas a determinadas leis e princípios de disposição, organização e funcionamento, sob o regime do processo primário, mas diferem de maneira fundamental de uma escrita ou linguagem verbais.

Nessa perspectiva, podemos sacar alguma elucidação com respeito à afirmação lacaniana de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Acreditamos que essa afirmativa alcança plenamente a concepção freudiana se o termo linguagem for tomado em um sentido genérico, ou, ainda, se pensarmos que, assim como a linguagem, o inconsciente também apresenta um sistema de organização, disposição e combinação. Não obstante, acreditamos que o inconsciente tal como foi concebido por Freud não pode ser assimilado a uma linguagem diacrítica ordinária – que restringe-se ao pré-consciente – uma vez que o mesmo é composto por representações imagéticas, de sensações, cinestésicas e de restos e escombros de linguagem, muito bem representados pela metáfora arqueológica.

O rébus, especificamente, evidencia uma importante característica da escrita inconsciente: Freud não propõe uma escrita de sinais estáticos, rígidos e com sentidos embalsamados e petrificados. Trata-se de uma escrita que exige decifração e uma decodificação que se faz a cada nova leitura. A escrita inconsciente é impassível de ser dicionarizada e gramaticalizada, não há uma codificação fixa e de uma vez por todas estabelecida ou convencionalizada. Donde a recusa freudiana com respeito a uma simbólica dos sonhos, a um dicionário dos sonhos.

Além disso, se Freud propõe um aparelho, este não está desligado, mas em constante atividade e dinamismo. Seus três sistemas constituem também três momentos da atividade psíquica, cuja inscrição deve ser transcrita, traduzida e decifrada, na passagem de um sistema para outro. Não há, no psiquismo, uma escrita estanque, atomizada e estática, mas uma escrita

sempre em movimento e atividade, construída não apenas por palavras, mas também por imagens, atos, cenas, palavras colocadas em cena, atuação, dramaturgia. Quiçá o verbo alcance melhor a proposta de Freud do que o substantivo: trata-se não de uma escrita – no sentido que ela assume como um procedimento para imobilizar e fixar a linguagem falada –, mas de um constante escrever, reescrever, transcrever, parafrasear, traduzir, decifrar.

3.3 Transliteração, tradução e falha de tradução: censura e recalque

O sistema estratificado apresentado por Freud na carta 52 representa o desenvolvimento do aparelho psíquico, em que os sucessivos registros e inscrições representam o desenrolar e a realização de épocas sucessivas da vida. Nesse sentido, os três sistemas estratificados – inconsciente, pré-consciente, consciente – representam não apenas três sistemas distintos de registro no aparelho psíquico, mas três sistemas cronologicamente sucessivos, retratando, também, o desenvolvimento psíquico e a história pessoal.

Como salientado anteriormente, o conteúdo psíquico é representado por Freud em constante atividade e movimento, sujeito a sucessivas transcrições. A cada nova apresentação do registro, Freud afirma que se dá outra retranscrição (*Umschrift*). A associação das progressivas transcrições passa a constituir, então, as vias por onde tramita a excitação, os caminhos abertos ou sulcos por onde ela escoar. Chamamos a atenção para o vocábulo alemão utilizado por Freud para referir-se a essas transcrições: *Umschrift*, cuja forma verbal *Umschreiben*, além do significado de transcrever, tal como é traduzido para o português, abarca também os seguintes sentidos:

- Circunscrever;
- Transliterar;
- Escrever de outra forma;
- Parafrasear;
- Ampliar, reduzir ou alterar um texto;

- Usar determinada expressão para suprir a falta de uma mais adequada;
- Amenizar ou dissimular determinado conteúdo por meio de outra expressão mais leve.

Percebe-se que, enquanto o termo transcrição remete à reprodução idêntica de um conteúdo em outro suporte de armazenamento, ou à reprodução escrita da fala, todos os outros sentidos de *Umschreiben* implicam em alguma alteração (com exceção do sentido de circunscrição). Dessa maneira, acreditamos que o termo *Umschrift* utilizado por Freud deve ser compreendido também em seus demais sentidos, que aqui concentraremos no termo transliteração. Nessa perspectiva, se pensarmos na analogia do hieróglifo, tão cara a Freud, tem-se que a transcrição de um texto egípcio hieroglífico consiste na exata reprodução dos sinais hieroglíficos em outro suporte, sem qualquer alteração. Já a transliteração implicaria na substituição do conjunto de caracteres por outros. Uma transliteração consiste, portanto, na substituição do conjunto de caracteres de uma língua pelo conjunto de caracteres de outra língua e, também, pela substituição das convenções de escrita, dos princípios associativos, da regularização, dos espaços entre as palavras, das pontuações, o que se dá, por exemplo, na passagem do alfabeto de um texto árabe para o alfabeto romano.

Essa abertura de sentido engendrada pela análise do vocábulo alemão *Umschrift* permite-nos compreender que, a cada novo registro que se dá no sistema estratificado do psiquismo proposto por Freud, a cada tempo dos vários em que se desdobra a memória, ocorre não apenas uma transcrição, mas uma transliteração. Ou seja, o “rearranjo segundo novas circunstâncias” (FREUD, 1896/2006, p. 281) a que está sujeito de tempos em tempos o material psíquico presente em forma de traços da memória consiste numa substituição por outro sistema de representação, por outras maneiras de organização e disposição e por outros princípios associativos, o que resulta em alterações, deformações, omissões, perdas ou acréscimos.

Portanto, desde já, Freud define a atividade psíquica a partir de uma dinâmica que implica em transformação, deformação e cifração que, por sua vez, vai demandar interpretação e decifração, daí a metáfora, tomada de James Sully, da carta cifrada e do palimpsesto. E, com efeito, o que é o rébus, utilizado metaforicamente por Freud para representar o sonho, senão uma cifração decorrente de uma transliteração incompleta e parcial, que resultou em uma escrita composta por diferentes categorias de sinais e princípios associativos? Ressaltamos o caráter incompleto e parcial da transliteração proposta por Freud

no domínio do psiquismo: uma parte do material é substituída e outra parte permanece, constituindo uma combinação, segundo distintos nexos, de uma diversidade de signos e funções, que o rébus tão bem representa: ideogramas, sinais fonéticos, imagens que devem ser lidas foneticamente, e não segundo seu valor pictórico, imagens com valor pictórico, palavras e números tomados imagetivamente. A diferença entre as relações e nexos associativos em funcionamento nos distintos sistemas, que ao ser parcialmente transliterada vai gerar uma combinação entre diferentes princípios, é explicitamente acentuada por Freud em seu esquema:

O primeiro desses sistemas *Mnem.* conterá, naturalmente, o registro da associação por *simultaneidade temporal*, ao passo que o mesmo material perceptivo será disposto nos sistemas posteriores em função de outros tipos de coincidência, de maneira que um desses sistemas posteriores, por exemplo, registrará relações de similaridade, e assim por diante, no que concerne aos outros (Freud, 1900/2006, p. 569-570).

Quando se trata da fronteira entre diferentes épocas da vida, representadas por diferentes sistemas de inscrição, Freud utiliza não mais o termo *Umschrift* para definir o processo de transformação ocorrido entre os diferentes registros, e sim o termo *Übersetzung* – tradução. Contudo, e eis o ponto no qual se fundamentou sua explicação sobre a etiologia das psicneuroses, a tradução também é incompleta e parcial: certa porção do material psíquico não é submetida à tradução, impedida pela evitação de desprazer, que dela seria decorrente:

Uma falha na tradução – isso é o que se conhece clinicamente como ‘recalque’. Seu motivo é sempre a produção de desprazer, que seria gerado por uma tradução; é como se esse desprazer provocasse um distúrbio do pensamento que não permitisse o trabalho de tradução (idem, 1896/2006, p. 283).

Ora, qual a distinção entre transliteração e tradução? Enquanto a transliteração recai de forma predominante sobre o aspecto formal da escrita, sobre os caracteres, as regras de combinação e segmentação e os princípios associativos, a tradução recai precipuamente sobre o conteúdo, sem necessariamente haver mudanças no sistema de caracteres. Para tornar mais claro: quando se passa um texto árabe para a língua portuguesa, ocorre tanto a transliteração – a mudança do alfabeto árabe para o alfabeto latino –, quanto a tradução. No caso de um texto francês para o português, ocorre apenas a tradução, uma vez que se trata do mesmo alfabeto. Dessa forma, uma vez que as expressões verbais de uma língua, sua sonoridade, seu “corpo de

expressão”, nas palavras de Derrida, não são passíveis de serem traduzidos para outra língua, o que resta e interessa é a transposição do significado e do conteúdo.

Desse modo, compreendemos que, quando Freud define o recalque como uma falha de tradução, o que falhou e não foi emitido na passagem de um registro para outro foi o conteúdo censurável do material psíquico. Na perspectiva do princípio do prazer, se determinado conteúdo é demasiadamente penoso e aflitivo, portanto provocador de desprazer, ocorre uma defesa patológica que impede que o mesmo seja traduzido e acompanhe o curso da atividade psíquica. Freud afirma que esse mecanismo atua principalmente sobre os acontecimentos sexuais que, por não serem passíveis de inibição – pois as excitações deles decorrentes aumentam por si mesmas com o amadurecimento sexual – atuam sobre a fase seguinte como eventos atuais. Assim, “o que determina a defesa patológica (recalcamento), portanto, *é a natureza sexual do evento e sua ocorrência numa fase anterior*” (FREUD, 1896/2006, p. 284).

O que não é passível de ser traduzido, por conseguinte, é o conteúdo sexual de determinada representação. Nesse caso, uma vez que a tradução não é realizada com sucesso, a excitação permanece sob o regime psíquico vigente no período anterior e de acordo com os caminhos trilhados nessa época. Essa dinâmica inconsciente é bem representada pelos versos da Eneida trabalhados no primeiro capítulo *flectere si nequeo superos acheronta movebo*: onde as instâncias superiores permanecem inflexíveis e inalteráveis – pois a emissão do sentido sexual falhou – as forças infernais, os conteúdos recalcados, continuam em movimento e ação.

As seguintes citações clínicas são bastante elucidativas com relação à falha na passagem da significação que constitui o recalque:

Os ataques de vertigem e acesso de choro – tudo isso tem como alvo *uma outra pessoa* – mas, na sua maior parte, uma outra pessoa pré-histórica, inesquecível, que nunca é igualada por nenhuma outra posterior. Até o sintoma crônico de um indivíduo ser um dorminhoco preguiçoso é explicado da mesma forma. Um dos meus pacientes ainda choraminga durante o sono, como costumava fazer para ser levado para sua cama por sua mãe, que morreu quando ele tinha 22 meses de idade. (idem, ibidem, p. 287)

A pessoa que constitui o alvo do ataque de choro é, na verdade, uma representação psíquica da mais remota infância, cujo significado não foi traduzido e permaneceu

encarcerado no tempo, soterrado, incólume às alterações decorrentes da passagem do tempo e do desenvolvimento psíquico. Da mesma maneira, o choramingar ao dormir. Insistimos no fato de que, apesar de estar soterrado e com as ligações com o presente rompidas, aquilo que foi recalcado e não traduzido permanece atuante e "irromperá em sua vida com impulsos obsessivos, governará suas ações, decidirá de suas antipatias e simpatias e, muitas vezes, determinará sua escolha de objeto amoroso, para a qual é tão frequentemente impossível achar uma base racional" (FREUD, 1939/2006, p.126).

Resta-nos, contudo, esclarecer um ponto que pode ser problemático: ressaltamos que, na tradução, a questão recai predominantemente sobre o conteúdo e seu significado censurável. Não obstante, percebe-se que estivemos utilizando o termo “significado” no âmbito do psiquismo de maneira metafórica, conforme engendrado pela metáfora de tradução. Afinal, o que estaria sendo representado metaforicamente pelo termo significado? Acreditamos que Freud responde a essa questão quando afirma que aquilo que é recalcado e permanece sob o regime de uma fase psíquica anterior é a excitação. E, ainda, quando no capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos* assinala o limite da metáfora transcritiva e tradutiva:

O que temos aqui em mente não é a formação de um segundo pensamento situado num novo lugar, como uma transcrição que continuasse a existir junto com o original; e a noção de irromper na consciência deve manter-se cuidadosamente livre de qualquer ideia de uma mudança de localização. Do mesmo modo, podemos falar de um pensamento pré-consciente que é recalcado e desalojado e então acomodado pelo inconsciente. Essas imagens, derivadas de um conjunto de representações relacionadas com a disputa por um pedaço de terra, podem tentar-nos a supor como literalmente verdadeiro que um agrupamento psíquico situado numa dada localização é encerrado e substituído por um novo agrupamento em outro lugar. Substituamos essas metáforas por algo que parece corresponder melhor ao verdadeiro estado de coisas, e digamos, em vez disso, que uma catexia de energia é ligada a um determinado agrupamento psíquico ou retirada dele, de modo que a estrutura (*das psychische Gebilde* – construção psíquica) em questão cai sob a influência de uma dada instância ou é subtraída dela. O que fazemos aqui, mais uma vez, é substituir um modo tópico de representar as coisas por um modo dinâmico (*topische Vorstellungsweise durch eine dynamische*). (FREUD, 1900/2006, p. 635).

Essa questão engendrou, posteriormente, um embate e oscilação no pensamento de Freud entre a hipótese tópica – que supõe uma dupla inscrição – e a hipótese funcional – na qual se presume uma única inscrição. Como salientado, trata-se de uma oscilação, Freud não se decidiu definitivamente sobre nenhuma das hipóteses, mas colocou a questão sob outro prisma: o da representação de coisa e representação de palavra. Essa discussão foge ao nosso

escopo; o que queremos ressaltar é que, ao introduzir o dinamismo à metáfora tópica, Freud está indicando que aquilo que produz e configura o significado é a própria excitação, a força pulsional. Mais uma vez, torna-se patente que a escrita metafórica proposta por Freud para representar a atividade psíquica deve ser compreendida, portanto, como uma escrita da movimentação e dinâmica da energia psíquica, e não como uma escrita fixa e imobilizada, que seria reproduzida, retranscrita, na passagem de um sistema para outro. Vemos que o aparelho psíquico proposto por Freud constitui-se a partir de sistemas de circulação e transformação de forças e sentidos.

Afirmamos, então, que as noções de transcrição, transliteração e tradução, pregnantes e recorrentes no sistema argumentativo de Freud, constituíram um elemento central na teorização freudiana do aparelho psíquico e em sua explicação sobre as psiconeuroses desde o início de suas investigações – em 1895 compara, juntamente a Breuer, o inconsciente a uma língua estrangeira. Acreditamos que isso se fundamenta, por um lado, no fato de ter apreendido logo cedo os diferentes sistemas de representação, funcionamento, organização e princípios associativos em jogo no aparelho psíquico e a necessidade de encontrar um modo de conciliação a partir das transcrições e traduções dessas diferentes “línguas” de cada subsistema. E, por outro lado, as alterações, distorções e acréscimos, inevitavelmente implicados tanto na transliteração quanto na tradução, evidenciam a constante e permanente ação da censura sobre a atividade psíquica.

Com efeito, Freud apontou com clareza que o que impede que determinada parte do material psíquico seja traduzido, resultando no ciframento e distorção dos sonhos (carta cifrada, palimpsesto), na característica lacunar da consciência e em relatos totalmente retalhados e repletos de omissões, deformações, mutilações, interpolações, supressões e falsas ligações, é justamente a ação da censura. Essa ideia foi apresentada desde os *Estudos sobre a histeria*, nos quais Freud não deixou de evidenciar a característica retalhada, deformada e posteriormente remendada dos relatos de suas pacientes. Uma metáfora presente no caso clínico da Sra. Emmy Von N. mostra claramente que a noção de censura já estava presente na concepção freudiana de então, apesar de o termo “censura” não ter sido utilizado:

Também me ocorreu que, dentre todas as informações íntimas que me foram dadas pela paciente, houve uma ausência completa do elemento sexual, que é, afinal de contas, passível mais do que qualquer outro de ocasionar traumas. É impossível que suas excitações nesse campo não tivessem deixado quaisquer vestígios; **o que me foi permitido ouvir foi, sem dúvida** (*wahrscheinlich* – provavelmente), **uma editio in usum delphini** |uma

edição expurgada da história de sua vida (*Lebensgeschichte*). (idem, 1893-95/2006, p. 130)

A *editio in usum delphini* consistia em edições de autores clássicos, especialmente encomendadas pelo duque de Montasieur para uso didático do delfim, o príncipe herdeiro de Louis XIV (Ceia, s.d.). Eram edições, portanto, censuradas e adequadas para o uso de uma criança, nas quais eram omitidas as passagens indevidas para tal faixa etária – como aquelas de temática sexual ou que pudessem constituir atentado ao pudor – e acrescentadas notas explicativas. Portanto, vemos que inclusive a incidência da censura sobre a sexualidade, amplamente abordada na carta 52, está embutida nessa metáfora.

Outra metáfora relativa à censura, presente numa carta enviada a Fliess, datada de 22 de dezembro de 1897, é bastante eloquente no sentido de evidenciar as deformações decorrentes da ação da censura e, também, ao conjugá-la a um território de controle e barragem seletiva entre dois territórios: “Você já viu alguma vez um jornal estrangeiro que tenha passado pela censura russa na fronteira? Palavras, orações e frases inteiras são obliteradas, de modo que o que resta se torna ininteligível”. Na carta 52, ao explicitar a falha na tradução que ocorre na fronteira entre épocas sucessivas, Freud também situa a censura, ainda que de modo implícito, na fronteira entre dois regimes distintos, num território limítrofe que controla a passagem de um para outro.

A censura, no quadro da primeira tópica, é relacionada por Freud ao sistema pré-consciente, a instância crítica que controla e determina toda e qualquer transição do Ics. para o Pcs., por um lado, e do Pcs. para o Cs., por outro lado. Ressaltamos que, inicialmente, Freud supôs apenas a censura entre Ics. e Pcs. e, em seguida, afirmou a existência também de uma segunda censura entre Pcs. e Cs. Acentuamos, portanto, que a censura é uma função constante que se interpõe a cada transição de um ato psíquico para um sistema que se encontra imediatamente acima, realizando uma espécie de filtragem, de barragem seletiva, o que engendra a deformação, seja pela transformação, seja pela supressão e omissão – como no caso da censura russa – pelo acréscimo e construção de falsas ligações, ou, ainda, pela valorização excessiva ou desvalorização de determinado conteúdo – como o caso do “príncipe de opera disfarçado de mendigo”, citado por Freud.

Nesse sentido, afirmamos que a censura não é uma atividade ocasional, mas está sempre em atividade e funcionamento, inclusive quando dormimos, nos sonhos. No capítulo que versa sobre as distorções nos sonhos, Freud afirma que é justamente a censura uma das

duas forças psíquicas determinantes na construção dos sonhos. Enquanto o inconsciente constrói o desejo expresso pelo sonho, a censura faz o seu trabalho de seleção e distorção, ao ponto de tornar o desejo irreconhecível para o próprio sonhador, desejo este que constitui uma solução de compromisso entre as duas forças atuantes. Daí a alteração inserida na sua fórmula que representa a tese principal de *A Interpretação dos Sonhos*: “o sonho é uma realização (disfarçada) de um desejo (suprimido ou recalcado)” (FREUD, 1900/2006, p. 193).

A censura, além do sentido editorial que o próprio termo carrega embutido e que foi salientado por Freud tanto na *editio in usum delphini* como em outras passagens de *A Interpretação dos Sonhos* (por exemplo, “o escritor tem de estar prevenido contra a censura e, por causa dela, precisa atenuar e distorcer a expressão de sua opinião” p. 176), foi metaforizada por Freud, predominantemente, sobre duas direções principais: a antropomorfização – polícia, o ‘censor’, “um guardião mais ou menos vigilante e perspicaz – e a espacialização na figura de um território de controle fronteiro. A antropomorfização, segundo Martins (2010) deve ser compreendida a partir da figura do censor como representante da moral, das regras e leis consuetudinárias do grupo familiar e da sociedade, como bem ilustra a principal personagem histórica do censor: Catão, Marcos Pórcio Cata, que foi o maior cuidador e fiscal romano, exercendo sua censura tanto dentro de Roma, quanto com relação ao exterior, com Cartago. Dessa forma, Martins afirma que o censor é a figura portadora do dever e do ideal, da lei, e da moral, que cuida da conservação do grupo tanto contra inimigos internos, limitando desejos individuais, quanto externos. Foi nesse sentido levantado por Martins, portanto, que, com o desenvolvimento da segunda tópica, a censura foi relacionada ao superego, a instância de auto-observação, censor do ego, consciência moral.

A espacialização da censura como território fronteiro – que também implica uma antropomorfização – foi evidenciada por Freud pela metáfora da censura russa, pela identificação do pré-consciente como uma tela criticamente filtradora entre inconsciente e consciência, pela localização do “guardião mais ou menos vigilante e perspicaz” na porta que antecede o salão de recepção, ou, ainda, na passagem da carta 52 em que afirma que uma tradução é impedida na fronteira entre dois sistemas. Freud alertou-nos e evidenciou suas ressalvas com respeito à metaforização espacial, mas não abriu mão da imagem que figura sistemas diferentes (FREUD, 1900). Nesse sentido, propõe a metáfora da imagem produzida num telescópio pela passagem de raios luminosos, na qual a censura passa a ser comparada à refração ocorrida quando um raio de luz passa de um meio para outro. Mais uma vez, tem-se uma metáfora de limite entre dois meios ou regimes diferentes.

Portanto, afirmamos que, se Freud não abriu mão de uma figuração do psiquismo que evidenciasse sistemas distintos de funcionamento – mesmo ciente dos riscos que corria – ele tampouco deixou de acentuar a existência de um território limítrofe regulador e controlador entre os dois sistemas, entre dois regimes diferentes de funcionamento, duas regiões em que vigoram leis, hábitos, costumes e desejos diferentes, ou, ainda, duas cenas. O que não pode ser perdido de vista, bem como no caso da metáfora espacial do psiquismo, é que se trata de uma maneira de figurar e compreender o psiquismo, e não da existência de regiões-fronteira, como postos alfandegários, no qual, e apenas nele, se realizaria a censura. Ao contrário, a censura é uma ação constante, concomitante e paralela a qualquer atividade psíquica.

3.4 *Fueros* psíquicos

O sentido da censura como fronteira controladora, não apenas entre diferentes regiões, mas entre regiões de regimes e sistemas jurisdicionais distintos, permite-nos compreender, por fim, a súbita inserção, na carta 52, da metáfora dos *fueros*: “Assim, persiste um anacronismo: numa determinada região ainda vigoram determinados ‘*fueros*’, estamos em presença de ‘sobrevivências’”. Portanto, quando Freud depara-se, em sua explicação sobre o aparelho psíquico, com a questão do impedimento de tradução ocorrido na fronteira entre sistemas, ele é levado a introduzir na sua tessitura argumentativa – que na carta 52 sustenta-se precipuamente sobre uma metaforização e conceitualidades gráficas – uma metáfora de região jurisdicional que, à primeira vista, parece inclusive estar deslocada entre tantas metáforas gráficas e de escrita.

A metáfora dos *fueros*, eco do conhecimento de Freud da cultura castelhana e da leitura de Dom Quixote, remete ao pluralismo jurídico e à grande diversidade de legislações, de vigência meramente local, que fracionaram o reino espanhol em várias regiões com leis próprias e independentes: os *fueros*. Essa situação constituiu-se no século XII, em decorrência da política de Reconquista espanhola do território ibérico, amplamente ocupado por muçulmanos, que se baseava não apenas na conquista militar, mas também na ocupação e repovoamento do território. O repovoamento deu-se a partir da concessão de privilégios políticos à nobreza militar ou aos senhores de terras, com o objetivo de atrair a população para que ali se assentasse e protegesse, principalmente, as zonas de fronteira e, portanto, a partir da fomentação de um direito local e de um ordenamento jurídico cuja aplicação era limitada a determinada região:

Aqueles que habitavam as cidades recebiam do soberano os *fueros*, onde estava assegurada a sua liberdade pessoal, bem como a autonomia administrativa, judicial e militar expressa no conselho que garantia o ordenamento na região. Esta autonomia das cidades castelhanas, principalmente as setentrionais, de ocupação cristã mais antiga, pode ser explicada pela necessidade de repovoar as regiões que estavam sendo retiradas das mãos dos muçulmanos graças ao movimento de reconquista territorial. No entanto, o preço pago pela coroa, em decorrência do processo de repovoamento, consistiu em uma realidade de localismos jurídicos que, se nos séculos XI e XII foram úteis à coroa, no séc. XIII representou um entrave à unificação do reino (BEJDER, 2006, p.10, apud RODRIGUES DE OLIVEIRA, 2010).

Os *fueros* constituem, por conseguinte, tanto as diferentes regiões, com ordenamentos próprios e autonomia administrativa, judicial e militar, como também os documentos jurídicos nos quais eram institucionalizados os usos e costumes consuetudinários de cada comunidade, bem como os privilégios outorgados, constituindo as leis que regiam determinada região, ou *fuero*.

Observamos, então, que a política de criação de *fueros*, como uma das principais estratégias da reconquista, engendrou a coexistência, no mesmo reino, de distintas regiões jurisdicionais, cada uma com suas leis, funcionamento e ordenamento próprios. Esse pluralismo jurídico, de vigência puramente local, passou a constituir uma grave dificuldade para o processo de consolidação do poder monárquico, que passou a ter de combater tanto as forças externas, quanto as forças internas dissidentes e querelantes. A partir do século XIII, com a unificação política dos reinos de Castilla e León, o reino castelhano passou por um período de grande crescimento territorial, econômico e cultural e pelo desenvolvimento de um projeto de unificação e homogeneização da pluralidade e diversidade jurídicas. Esse projeto teve seu ápice com Afonso X, O Sábio, que instaurou uma política legislativa caracterizada por um corpo de leis que buscava proporcionar uma unidade jurídica a um reino totalmente fragmentado em diferentes *fueros* (CARVALHO SILVEIRA, 2009).

Contudo, esse processo de unificação e centralização do poder não se deu sem dificuldades e, tampouco, de maneira total. Enquanto o reino castelhano já possuía uma matriz legislativa que deveria ser seguida por todas as regiões, de maneira a esvaziar os focos locais de poder e unificar o reino juridicamente, alguns *fueros* mantiveram-se resistentes e continuaram sob a vigência de suas antigas leis, regimes e ordenamentos, como, por exemplo, os *fueros* de Navarra e do País Vasco.

Vejam, então, o modelo do aparelho psíquico proposto por Freud na carta 52 sob a perspectiva traçada pela metáfora dos *fueros*: a censura, que está na origem do recalque, em sua ação controladora impede que determinada parte do material seja traduzida e prossiga no caminho da atividade psíquica em direção à consciência. A metáfora dos *fueros* vem indicar justamente que essa porção do material psíquico, cuja passagem foi impedida pela censura, não desaparece ou é extinta, mas “sobrevive” e continua atuante sob a égide do regime e leis psicológicas vigentes no período anterior, daí o anacronismo que se instala no psiquismo. Assim como determinados *fueros* espanhóis não aderiram ao projeto de unificação legislativa e jurídica da coroa espanhola, Freud considera que, ao longo do desenvolvimento do psiquismo, constituem-se determinadas regiões que continuam sob a égide de leis e regimes de funcionamentos antigos.

Nesse sentido, a metáfora dos *fueros* mostra acurácia, força e congruência ao levantar a questão do anacronismo e das sobrevivências que restam no psiquismo: determinadas regiões, apesar do desenvolvimento e transformação do instrumento legislativo e jurídico de todo o reino, não acompanham essa transformação e continuam funcionando conforme o modo arcaico. Não é isso, afinal, que constitui o *Das Infantile* na teoria freudiana, uma sobrevivência arcaica que continua exercendo uma influência determinante na disposição existencial de cada um? Dessa forma, podemos compreender os exemplos de Freud citados anteriormente – os ataques de vertigem e de choro direcionados a uma pessoa pré-histórica e inesquecível e inigualável – como uma ativação de modos de funcionamento vigentes em determinado *fuero* psíquico, ou seja, como a regressão a um modo arcaico de funcionamento.

Por fim, afirmamos que a metáfora dos *fueros* espanhóis coaduna-se estreitamente com a metáfora do reino das sombras e maus espíritos tratada no primeiro capítulo, fechando a cadeia metafórica que propusemos para explicitar a descoberta de Freud do inconsciente e a conceitualização do aparelho psíquico. Se a metáfora do Reino das sombras introduz de maneira rudimentar, quase intuitiva, a tópica freudiana e anuncia a noção de regime psíquico ligado a essa tópica, com mecanismos, leis e modos de funcionamento específicos, a metáfora dos *fueros* espanhóis a consolida a partir de uma referência direta e explícita à coexistência, num único reino, de uma pluralidade e diversidade jurídica e legislativa.

Nessa perspectiva, a metáfora dos *fueros* estabelece uma compreensão do psiquismo a partir da coexistência de diferentes regimes e interesses, muitas vezes antagônicos, o que dá lugar ao conflito psíquico. A noção de conflito social expressa pela metáfora torna patente que

Freud concebeu o funcionamento psíquico marcado por constante luta e conflito. Portanto, a metáfora dos *fueros* proposta por Freud permite-nos ampliar a compreensão engendrada pela metáfora de escrita e tradução, no sentido de proporcionar um modelo em que a estrutura do psiquismo é representada não apenas por diferentes sistemas de escritas ou de linguagens, mas diferentes instâncias jurisdicionais nas quais vigoram leis, julgamentos, princípios, modos de funcionamento, hábitos e desejos específicos a cada uma.

Conclusões

Os três encadeamentos de metáforas – e todas as outras que elas evocaram – levantaram questões fundamentais e revelaram importantes conexões e delineamentos para o objetivo proposto neste percurso de estudar a descoberta e a progressiva conceitualização do inconsciente psicanalítico. Pretendemos, agora, retomar e sublinhar os principais pontos suscitados pela análise e interpretação dessas tramas metafóricas e concluir com uma reflexão acerca da relevância da metáfora no pensamento freudiano, especificamente no período delimitado.

A primeira metáfora analisada – Reino das sombras e assombrações – revelou o momento inicial da descoberta de Freud de que a consciência é descontínua, lacunar e fugaz e a decorrente necessidade de pensar a existência de outro âmbito no psiquismo. Ela mostra claramente que, em 1892, Freud já apreendia os fenômenos lacunares com os quais se deparava na clínica da histeria a partir de uma ideia muito próxima ao que foi conceitualizado como o inconsciente psicanalítico, apesar de não ser concebida sob este termo.

Os termos utilizados pelo então corrente pensamento psiquiátrico – *condition seconde*, segunda consciência ou divisão da consciência – não lograram nomear e atingir a complexidade do fenômeno clínico da histeria e tampouco constituíram uma conceitualização capaz de proporcionar uma reflexão que qualificasse o psiquismo humano em toda sua dimensão. Já a metáfora, que toma de empréstimo termos da imagem popular que se fez da histeria desde a Idade Média – uma possessão pelo demônio e por assombrações oriundas das trevas – levantou questões relevantes e mostrou maior potencial no sentido de proporcionar uma reflexão sobre a clínica da histeria e sobre o funcionamento psíquico. Além disso, constatamos que a metáfora anuncia e prefigura muitos dos posteriores significados que o conceito de inconsciente adquire com o desenvolvimento da psicanálise:

- A ideia de reino embutida no enunciado metafórico, ao remeter às noções de domínio e território submetidos a determinado regime, com funcionamento e leis específicas, introduz a representação espacial do psiquismo e, particularmente, a noção do inconsciente como um sistema com características próprias. Nesse sentido, essa metáfora carrega os rudimentos da primeira tópica freudiana, apresentada pela primeira vez em *A Interpretação dos Sonhos*.
- A metáfora apresenta a seguinte sequência, que manteve um lugar

central por todo o desenvolvimento da teoria psicanalítica sobre o funcionamento psíquico: o armazenamento (o recalçamento), a vida insuspeitada (as ideias inibidas estão ativas no Inconsciente, apesar de serem desconhecidas pelo sujeito), a reaparição (o retorno do recalçado) e a tomada do corpo (o sintoma).

- A assombração que vem atormentar a consciência evocada pela metáfora revela os aspectos dinâmicos do inconsciente, bem como a noção de conflito psíquico, que se tornou uma importante noção da psicanálise, como característica constitutiva do psiquismo.

- Ao fazer referência a sombras, trevas, inferno e assombrações, a metáfora tratada no primeiro capítulo coloca sob questionamento a ideia romantizada de inconsciente, unicamente como fonte de criação e imaginação. Aponta, portanto, para a concepção freudiana do inconsciente em seu potencial violento e destrutivo, além de suas grandiosas formações. Neste ponto, constatamos uma limitação da metáfora: ao conjugarmos metaforicamente o inconsciente a um reino sombrio, corremos o risco de colocá-lo como o próprio lugar de sofrimento. Contudo, a noção de emergência das assombrações salva a metáfora ao mostrar que é na injunção entre a consciência e o que escapa do inconsciente que se dá o conflito e o sofrimento.

- As antinomias “luz e sombra” e “acima e abaixo” nas quais se estrutura a metáfora revelam a representação em profundidade do psiquismo, bem como a ideia freudiana da elevação como a imagem clássica do sublime e da civilização. A polaridade “luz e sombra”, especificamente, levou-nos a compreender a conjugação, no pensamento de Freud, do iluminismo com o romantismo.

A metáfora histórico-arqueológica foi analisada em sua articulação com o desenvolvimento do método psicanalítico e com a possibilidade então instaurada, a partir dessa transformação clínica, de conhecer em detalhes o inconsciente e concebê-lo e conceituá-lo na especificidade que o mesmo assume na psicanálise. Nesse percurso, observamos como a rememoração e historicização – a colocação da palavra dos pacientes, da narrativa e do relato acerca de si em uma posição privilegiada da cena terapêutica – promoveram uma verdadeira revolução no fazer clínico, até então fundado na semiologia psiquiátrica: do modelo do quadro clínico ele é deslocado para o modelo da história, tanto em seu sentido de busca e procura (*history*), quanto no sentido de narrativa, romance, conto (*story*).

Constatamos também que a introdução da rememoração e historicização, quando passou a ser desatrelada da hipnose, rendeu importantes resultados para a psicanálise ao possibilitar a observação dos fenômenos de resistência e defesa. Da compreensão sobre a defesa contra ideias insuportáveis, seguiu-se a importante concepção de um inconsciente dissociado, com os consequentes desdobramentos de conflito psíquico. Além disso, os conceitos de resistência e defesa, que tornam patente a imiscuição de deformações, mutilações, mentiras e manipulações nas narrativas dos pacientes, levaram-nos à seguinte conclusão: ao tratarmos da historicização em psicanálise, devemos conceber história em sentido amplo, que inclui os erros e falhas de memória, enganos e mentiras, omissões e lacunas, evocações míticas, poéticas, utópicas ou fantásticas do passado. Somente nesse sentido o inconsciente é devidamente qualificado no âmbito do funcionamento psíquico, bem como as noções de fantasia e do imaginário que se fazem tão presentes na clínica.

A metáfora arqueológica mostrou que o método psicanalítico, no período compreendido entre a fase pré-psicanalítica até *A Interpretação dos sonhos*, aproxima-se de uma arqueologia do Eu, do desvendamento de um mistério, camada por camada, do traçar e reconstruir o passado e reintegrá-lo ao presente a partir da restituição dos laços perdidos. Além disso, concluímos que a referência à estratificação geológica consiste em uma percepção de todo movimento de superfície de maneira articulada com uma pluralidade estratificada de infra-estruturas subterrâneas, heterogêneas umas em relação a outras, tendo o privilégio de tornar patente o encobrimento de diversas fases que resumem o desenvolvimento histórico.

O passado mostrou-se o principal elo entre psicanálise, arqueologia e história. A arqueologia do psiquismo proposta por Freud evidenciou a importante relação entre o presente e o passado que foi conservado sob as diversas camadas sedimentadas: as representações psíquicas do inconsciente, por estarem isoladas das demais representações, não estão sujeitas ao desgaste natural do tempo, permanecendo vivas e atuantes. Portanto, a arqueologia coaduna-se estreitamente com a ideia freudiana de que nada do que ocorre no psiquismo pode fenececer ou ser erradicado. Tudo, na esfera psíquica, é de alguma maneira preservado e pode, sob determinadas condições, ser trazido à luz, ainda que de maneira deformada, mutilada ou transformada.

Constatamos que a destrutividade presente na escavação e exumação também foi levada para o domínio da psicanálise: Freud nutriu o otimismo esperançoso de que bastava

sacar à luz as recordações patogênicas recalçadas, desde que acompanhada pela ab-reação do afeto, para que fossem dissipados os sintomas e sofrimentos do paciente. Contudo, assim como na arqueologia a exumação dos objetos só é relevante quando os mesmos são colocados num contexto histórico e cultural, concluímos que a recuperação de representações inconscientes só tem eficácia terapêutica quando submetidas a um processo de elaboração associativa (*assoziative Verarbeitung*), a partir do qual se dá uma correção do curso psíquico, restituição de laços perdidos e reconstrução da trama histórica.

Por fim, concluímos que a exumação trazida para dentro da cena psicanalítica, por meio da metáfora arqueológica, deve ser encarada como uma fase de um processo maior, mais próximo da incorporação e assimilação do que da expulsão. As noções de elaboração (*Verarbeitung*) e *Annehmung* mostraram que a colocação em história presente na psicanálise implica um movimento de acolhimento e admissão de algo anteriormente estrangeiro em sua própria trama histórica.

A análise e interpretação da combinação de uma metáfora gráfica com uma metáfora de região jurisdicional engendraram importantes reflexões sobre o primeiro modelo do aparelho psíquico apresentado por Freud. Concluímos que essa metáfora acrescenta à organização estratificada do aparelho psíquico um sistema de registro e inscrições da atividade psíquica. A noção de traços mnésicos mostrou que a metáfora gráfica proposta por Freud é mais ampla que a escrita: o que caracteriza o grafismo é a fixação sobre uma superfície material e sua decorrente transformação.

Os traços constituem rastros, restos e vestígios da atividade psíquica, que não mantém com o referente nenhuma relação de semelhança e, por si mesmos, não possuem significado. Sua significação só é dada na passagem ao sistema pré-consciente, quando submetidos à elaboração secundária e ligados a representações verbais. Concluímos, então, que o inconsciente foi concebido por Freud como um sistema constituído por restos e vestígios de tudo o que incide sobre o psiquismo: linguagem, representações verbais, imagens, experiências do corpo próprio e experiências do mover e do sentir.

A noção de traços mnésicos também revelou um importante aspecto da temporalização no psiquismo ao constatarmos que são signos presentes da anterioridade e do tempo decorrido. Concluímos que os traços inconscientes não são investidos de qualquer referência ao tempo e são subtraídos da sucessividade temporal presente na consciência. Sua colocação

numa cadeia temporal, no antes-agora-depois, ou seu sentido de signo ou vestígio da anterioridade e do decurso do tempo, só podem emergir a partir da ligação a outros traços e a representações de palavra e, principalmente, a partir de um trabalho da consciência e da elaboração secundária.

Sobre a metáfora de escrita introduzida por Freud por meio das noções de registro, inscrição, transcrição e tradução, constatamos que a mesma deve ser compreendida a partir das analogias aos rébus e hieróglifos. São esses os modos de escrita que conseguem abarcar e refletir o registro da atividade psíquica nos diferentes sistemas do aparelho. Concluimos, portanto, que a escrita psíquica não se reduz a uma escrita fonética e verbal, comporta uma variedade de sinais com funções múltiplas e tampouco consiste numa representação pictórica do acontecimento ou experiência. Tornou-se evidente, então, que as representações inconscientes diferem de uma escrita ou linguagem verbais, que são restritas ao sistema pré-consciente/consciente.

A analogia com o rébus mostrou que Freud, ao supor uma escrita inconsciente, está longe de propor uma escrita composta por sinais estáticos, rígidos e com sentidos petrificados. Trata-se de uma escrita que exige decifração e uma decodificação que se faz a cada nova leitura. Portanto, a escrita inconsciente é impassível de ser dicionarizada e gramaticalizada, não há uma codificação fixa e de uma vez por todas estabelecida ou convencionada.

Percebemos, também, que a escrita proposta por Freud no âmbito do registro no psiquismo não deve ser concebida como um procedimento de imobilização e fixação. Não se trata de uma escrita imóvel e estanque, mas de uma escrita sempre em movimento e atividade, construída não apenas por palavras, mas também por imagens, atos, cenas, palavras colocadas em cena, atuação, dramaturgia.

A escrita, em seu dinamismo e atividade, está sujeita a sucessivas transcrições. A cada nova apresentação do registro, Freud afirma que se dá outra retranscrição (*Umschrift*). A partir da análise do vocábulo alemão *Umschrift*, constatamos que a cada novo registro do material psíquico não ocorre apenas uma transcrição, mas um processo que implica em substituição por outro sistema de representação, outras maneiras de disposição e organização, outros princípios associativos, o que resulta em alterações, deformações, omissões, perdas ou acréscimos. Portanto, concluimos que a atividade psíquica é definida por Freud a partir de uma dinâmica que implica em transformação, deformação e cifração, que, a seu turno,

demandará interpretação e decifração. Mais uma vez, as metáforas do rébus e do hieróglifo mostraram acurácia e ampla possibilidade de reflexão.

Ao tratar da passagem de um sistema para outro, observamos que Freud utilizou não mais o termo transcrição, e sim o termo tradução. Foi sobre o processo de tradução – especificamente sobre uma falha desse processo – que Freud sustentou sua explicação do recalque, que foi definido como um impedimento da tradução de determinada representação. Concluimos, então, que a tradução proposta por Freud não incide somente sobre as características formais da escrita, mas também sobre o seu sentido e conteúdo que, quando penosos, aflitivos e inadmissíveis, não são passíveis de serem traduzidos. É o caso das experiências sexuais.

Portanto, as metáforas de transcrição, transliteração e tradução mostraram que Freud apreendeu, desde o início de suas investigações, os diferentes sistemas de representação, funcionamento, organização e princípios associativos em jogo no aparelho psíquico e a necessidade de encontrar um modo de conciliação a partir das transcrições e traduções dessas diferentes “línguas” de cada subsistema. Ademais, as alterações, distorções e acréscimos, inevitavelmente implicados tanto na transliteração quanto na tradução, evidenciaram a constante e permanente ação da censura sobre a atividade psíquica.

Percebemos que Freud esteve sempre atento aos limites e perigos da metaforização espacial do psiquismo, evidenciando suas ressalvas. Apesar disso, escolheu não dispensá-la, dada a necessidade de uma maneira de representar o psiquismo a partir de uma imagem que evidenciasse seus diferentes sistemas e regiões. E, no mesmo sentido, tampouco deixou de acentuar a existência de um território limítrofe regulador e controlador entre os diferentes regimes de funcionamento: a censura.

A metáfora dos *fueros* espanhóis suscitou uma acurada reflexão sobre a questão do anacronismo instalado no aparelho psíquico a partir do momento em que determinadas representações não são traduzidas. Ela mostra justamente que essas representações continuam vivas e atuantes na disposição existencial de cada pessoa, sob a égide de um sistema e regime de funcionamento anterior. Concluimos, então, que os *fueros* espanhóis corroboram e consolidam os sentidos vislumbrados por meio do reino das sombras com relação à representação tópica e dinâmica do psiquismo: o aparelho psíquico é constituído por diferentes instâncias nas quais vigoram leis psicológicas, regimes de funcionamento, critérios

de julgamento, hábitos e desejos específicos a cada uma. Daí a concepção do conflito psíquico como a característica constitutiva do ser humano. A noção de conflito social, presente não apenas nessa metáfora, mas no contexto de vida de Freud, reflete em sua teorização sobre o psiquismo: a luta e o conflito são constantes e permanentes tanto no mundo externo quanto no âmbito do psiquismo individual.

Por fim, chegamos a uma conclusão com relação ao inconsciente freudiano, que se fez presente de maneira nítida e pregnante em todas as metáforas analisadas: constatamos a importância da descoberta e conceitualização do inconsciente para a compreensão do psiquismo e para a revolução clínica operada pela psicanálise, que estabeleceu uma qualificação não apenas da doença, mas do ser humano em toda sua plenitude, do seu sofrimento, das suas potencialidades e da realidade psíquica em articulação com a realidade material. Contudo, todas as metáforas evidenciaram com clareza que, para a verdadeira qualificação do ser humano, o inconsciente deve ser compreendido na imbricada relação que mantém com os demais sistemas e regimes do aparelho psíquico. As três redes metafóricas mostraram a importância de não incorrer em uma concepção que supervalorize o inconsciente e o caracterize de maneira isolada e solipista: uma teoria só do inconsciente não qualifica as importantes noções de censura, de elaboração secundária, operações de referenciamento no tempo, pessoa, espaço, da coexistência de diferentes desejos e leis e do conflito que se instala. Ao contrário, deve-se pensar o funcionamento psíquico a partir de um Eu que busca conciliação e solução no conflito e composição de forças, constitutivos do psiquismo.

Para fechar nosso trabalho, afirmamos que o recorrente emprego de metáforas no texto freudiano mostrou-se como uma importante possibilidade epistemológica de investigação, reflexão, verificação e expansão de hipóteses, elucidação, revelação de vínculos e correlações. Sobretudo no momento que esteve sob nosso enfoque, caracterizado por intensa investigação e grandes descobertas que ainda não apresentavam uma carga conceitual, mas eram descritos por Freud por meio de termos da linguagem ordinária e coloquial. Observamos que noções fundamentais como recalque, retorno do recalcado, resistência, defesa, censura, aparelho psíquico, lugar psíquico, conflito psíquico e o próprio inconsciente, entre outras, foram apreendidas e elaboradas nesse período, algumas de maneira ainda incipiente e rudimentar, investidas de um sentido apenas nocional, mas não conceitual. Com o desenvolvimento da psicanálise, essas noções foram formalizadas e sistematizadas em conceitos assentados de maneira mais consistente.

Se Freud inaugurou um novo olhar sobre o psiquismo e operou uma revolução no fazer clínico, a complexidade com que se deparava na clínica exigiu, por sua vez, um grande esforço para conseguir descrevê-la e apresentar o que até então não havia sido dito. E a metáfora, os provérbios, analogias, anedotas e alegorias constituíram um importante instrumento heurístico e epistemológico, como possibilidade de reflexão e construção dos conceitos psicanalíticos. Mais ainda, a metáfora mostrou-se um dos poucos recursos disponíveis capaz de explicar o funcionamento psíquico de uma maneira não reificada, em sua constante atividade e movimento e abarcando a complexa problemática envolvida. Freud, ao longo de sua obra, também fez uso de metáforas de máquinas ou metáforas substancializantes. Mas observamos que sua combinação com metáforas arqueológicas, de assombrações, de conflitos sociais, de escritas antigas, do inferno – e as demais metáforas enunciadas posteriormente ao período delimitado neste trabalho – logrou atingir a complexidade do ser humano.

Acentuamos, portanto, que as metáforas tratadas neste trabalho não se reduzem a recursos demonstrativos ou explicativos isolados, mas pervadem todo o pensamento freudiano sobre o psiquismo e, desde então, a reflexão sobre o homem. Dessa forma, concluímos que essas metáforas, entrelaçadas e articuladas, formam a base que constituiu um observar e um pensar radicalmente novos, um paradigma até então inaudito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia: inferno*. Tradução e notas de Ítalo Eugenio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 1998.

ANDERSSON, Ola. *Freud precursor de Freud: estudos sobre a pré-história da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

ANZIEU, Didier. *A auto-análise de Freud e a descoberta da psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. *L'auto-analyse de Freud* (tomos 1,2). Paris: Presses Universitaires de France, 1975.

ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da moeda, 1990.

BLACK, Max. *Modelos y Metáforas*. Madrid: Editorial Tecnos, 1966.

CEIA, Carlos. Ad usum delphini. In: *E-Dicionário de termos literários*.

Disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/invest/edtl/verbetes/A/ad_usum_delphini.htm.

Acessado em: 07/04/2010.

CERTEAU, Michel de. *Histoire et Psychanalyse: entre science e fiction*. Paris: Gallimard, 1987.

DERRIDA, Jacques. Freud e a cena da escritura. In: *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

_____. A mitologia branca – A metáfora no texto filosófico. In: *Margens da Filosofia*. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

DUVAL, Alain. “A arqueologia”. In AKOUN, André (org.). *Dicionário de Antropologia*. Lisboa: Verbo, 1983.

EY, Henri (org.). *O Inconsciente* (VI colóquio de Bonneval). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979

FREUD, Sigmund. “Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim” [1886]. E.S.B. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Histeria” [1888]. E.S.B. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Um caso de cura pelo hipnotismo” [1892-93]. E.S.B. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Algumas Considerações para um Estudo Comparativo das Paralisias Motoras Orgânicas e Históricas” (1893 [1888-1893]). E.S.B. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Esboços para a Comunicação Preliminar de 1893” [1892]. E.S.B. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Extratos dos documentos dirigidos a Fliess” [1892-1899]. E.S.B. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. *Estudos sobre a histeria* [1893-95]. E.S.B. Vol. II. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Charcot” [1893]. E.S.B. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos históricos: uma conferência” [1893]. E.S.B. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “As neuropsicoses de defesa” [1894]. E.S.B. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Projeto para uma psicologia científica” [1895]. E.S.B. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “A etiologia da histeria” [1896]. E.S.B. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Sinopse dos escritos do dr. Sigmund Freud” [1877-1897]. E.S.B. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “O método de interpretação dos sonhos: uma análise de um sonho modelo”. In: *A Interpretação dos Sonhos* [1900]. E.S.B. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “A distorção nos sonhos”. In: *A Interpretação dos Sonhos* [1900]. E.S.B. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “O trabalho do sonho”. In: *A Interpretação dos Sonhos* [1900]. E.S.B. Vol. IV e V. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “A psicologia dos processos oníricos”. In: *A Interpretação dos Sonhos* [1900]. E.S.B. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Fragmento da análise de um caso de histeria” (1905 [1901]). E.S.B. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade” (1905). E.S.B. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Delírios e Sonhos na Gradiva de Jensen” (1907[1906]). E.S.B. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Uma nota sobre o inconsciente na psicanálise” [1912] E.S.B. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II)” [1914] E.S.B. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “O Moisés de Michelangelo” [1914] E.S.B. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “A história do movimento psicanalítico” [1914] E.S.B. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “O inconsciente” [1915] E.S.B. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Repressão” [1915] E.S.B. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Uma nota sobre o bloco mágico” (1925 [1924]) E.S.B. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Construções em análise” [1937] E.S.B. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Esboço de Psicanálise” (1940 [1938]) E.S.B. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Algumas Lições Elementares de Psicanálise” [1938] E.S.B. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. “Moisés e o Monoteísmo” [1939] E.S.B. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.

HANNS, Luiz Alberto. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

JONES, Ernest. *A Vida e a Obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1989.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas de La vida cotidiana*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2009.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

_____. “Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise” (1953). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LAPLANCHE, Jean. El Psicoanálisis. Historia o arqueología? In: Conferência pronunciada em outubro de 1981 no Centro Beaunois d'Etudes Historiques, I Beaune, França. Disponível em: http://www.apuruguay.org/bol_pdf/bol-laplanche.pdf. Acessado em: 25/02/2010.

_____. Court Traité de l'inconscient. *Nouvelle Revue de Psychanalyse: L'inconscient mis à l'épreuve*. n. 48, p. 69-96. Paris, Gallimard, outono, 1993.

_____. *O Inconsciente e o Id*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Freud e a filosofia. *Revista Brasileira de Psicanálise*. Vol. 40, nº 1, p. 21-26, 2006.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, I. *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória*. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990.

MANN, Thomas. A posição de Freud na moderna história das idéias. *Revista Brasileira de Psicanálise*. Vol. 40, nº 1, p. 27-42, 2006.

MARTINS, Francisco. *Psicopathologia II – Semiologia Clínica*. Brasília: Laboratório de Psicopatologia e Psicanálise/ABRAFIPP, 2003.

MARTINS, Francisco. Seminário de Psicanálise. Notas do seminário realizado em 20/05/2010.

MATOS, Olga. Notas soltas sobre a “descoberta” da arqueologia no século XIX. *Praxis Archaeologica*. nº2, p. 75-96, 2007.

Disponível em: http://www.praxisarchaeologica.org/issues/PDF/2007_7596.pdf. Acessado em: 11/05/2010.

OLIVEIRA, João Gabriel. A Configuração Foral Castelhana nos Séculos XII e XIII e o Sonho da Reconquista Jurídica nos Moldes do Realengo do Rei Sábio. Trabalho apresentado no *XIV Encontro regional da ANPUH-Rio, Memória e Patrimônio*, 19 a 23 de julho de 2010.

Disponível em:

http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=368. Acessado em: 08/09/2010.

RAPOSO, Luís; SILVA, Antônio C. *A Linguagem das Coisas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.

RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação – O Discurso e o Excesso de Significação*. Lisboa, 1976.

_____. *Da Interpretação: ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1977.

_____. *A memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

_____. *A Metáfora Viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SCHNEIDER, Monique. Métaphores géologiques et figuration du psychisme. *Les Etudes Philosophiques*, nº 1, p. 53-65. Paris: Presses Universitaires de France, janeiro/março 1977, nº1.

_____. *Afeto e linguagem nos primeiros escritos de Freud*. São Paulo: Editora Escuta, 1993.

SILVEIRA, Marta. Os mecanismos de exercício da Lei na Castela do século XIII. *Aedos*, vol. 2, nº 2, 2009.

Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/9857/5708>. Acessado em: 03/08/2010.

ZAMBRANO, María. *A metáfora do Coração e outros escritos*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2000.

VIDERMAN, SERGE. *A construção do espaço analítico*. São Paulo: Escuta, 1990.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução de Manuel Odorico Mendes (s.d.). Versão para eBook eBooksBrasil.com. Digitalização do livro em papel Clássicos Jackson, vol. III. Digitalização confrontada com a edição de 1854, disponível na web em:

rtf no “Projeto Odorico Mendes” www.unicamp.br/iel/projetos/OdoricoMendes.

Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/eneida.html>.

Acessado em: 23/05/2010.